

APRESENTAÇÃO

Cuida o presente trabalho de expor o resultado de esforço coletivo de construção multidisciplinar, através de visitas a campo, sistematização das informações coletadas e devolução/validação das mesmas, realizado ao longo do mês de outubro e novembro de 2019. Foram 27 profissionais envolvidos, de diversas formações profissionais e históricos de trabalho institucional nas áreas afetadas ao presente estudo, entre remunerados e voluntários do Instituto Guaicuy. Todos foram mobilizados e coordenados para a finalidade de atendimento ao escopo do presente **Plano de Trabalho de Assessoria Técnica às Comunidades da Área 5 – municípios banhados pelo Lago da UHE de Três Marias (São Gonçalo do Abaeté, Felixlândia, Morada Nova de Minas, Biquinhas, Paineiras, Martinho Campos, Abaeté e Três Marias) – Atingidas pelo Rompimento da Barragem B-I e Soterramento das Barragens B-IV e B-IVA da Mina do Córrego do Feijão da empresa Vale S.A.** O presente plano de trabalho é entrega decorrente de exigência prevista no edital de chamamento público publicado no site do CIMOS/MPMG¹ para a contratação de Assessorias Técnicas Independentes aas pessoas atingidas pelo crime socioambiental da Vale S.A. em 25/01/2019 em Brumadinho/MG. Foram reunidas, portanto, expertises pessoais e institucionais diversas áreas de conhecimento e experiências diversas, somando currículos e capacidades notáveis para ultimar a presente proposta que, espera-se, tenha convergência e alinhamento ao escopo desejado pelas Instituições de Justiça que participam do processo decorrente do já referido crime socioambiental.

¹<https://www.mpmg.mp.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A91CFA969FBF85E0169FDA6F7130D41>



SUMÁRIO

1	Introdução	13
2	Sobre o Instituto Guaicuy	16
3	Justificativa	17
4	Objetivo Geral	21
4.1	Objetivos Específicos	22
5	Contextualização socioambiental da Área 5: Felixlândia, Três Marias, Abaeté, Morada Nova De Minas, Paineiras, São Gonçalo do Abaeté, Biquinhas e Martinho Campos	23
6	Público potencial da ATI	42
7	O processo de construção do Plano de Trabalho	44
8	Metodologias e pressupostos conceituais	53
8.1	Metodologias e pressupostos de mobilização e comunicação social	54
8.1.1	Metodologias para o diálogo e a interação social	58
8.1.2	Núcleos comunitários	61
8.1.2.1	<i>Mapeamento dos territórios</i>	63
8.1.3	Assembleias	64
8.1.4	Grupos Temáticos	64
8.2	Diagnóstico familiar e individual sobre perda das pessoas atingidas - DFIPA	65
8.3	Tecnologia da Informação: Suporte de dados	66
8.4	Estruturação proposta das atividades	67
9	Pagamento emergencial para todas as pessoas atingidas	69
10	A mobilização social para a construção da autonomia	76
10.1	Acolhimento e escuta ampliada: contatos iniciais e contínuos com os sujeitos e com as comunidades	77



10.1.1	Acolhimento	78
10.2	Atividades e as ações de mobilização e de comunicação social	79
10.3	Participação informada: formação e empoderamento comunitário	81
10.3.1	Setor agrário, pesca e sistemas aquícolas	83
10.3.2	Informações ambientais	85
10.3.3	Impactos nas economias e nos sistemas produtivos	88
10.3.3.1	Turismo	90
10.4	Sistematização de dados secundários	92
11	O Direito e a construção da matriz de danos	93
11.1	A construção da matriz de danos (O que?)	95
11.1.1	O diagnóstico de danos individuais	95
11.1.1.1	<i>Da identificação e dimensionamento de perdas patrimoniais e de renda</i>	96
11.1.1.2	<i>Da identificação e dimensionamento das lesões imateriais (dignidade, saúde mental, honra, memória, imagem, sonhos, etc)</i>	97
11.1.2	O diagnóstico de danos coletivos e diagnóstico de danos difusos	97
11.3	O trabalho em assistência técnica aos autores processuais e a interação necessária com o perito judicial	99
12	Governança	100
12.1	Articulação Institucional	101
12.1.1	Articulação com o Poder Público	101
12.1.2	Canais de Diálogo com o Comitê Técnico Científico	103
12.1.3	Canais de Diálogo com o Empreendedor	103
13	Controle social e transparência	104
13.1	Instrumento de Monitoramento e Avaliação	105



14	Pandemia de Coronavírus	106
14.1	Protocolo de atuação junto às comunidades atingidas frente à COVID-19	108
14.2	Comunicação e mobilização	109
14.3	Situação socioeconômica	110
14.4	Água e saneamento	110
14.5	Serviços de saúde	111
14.6	Assistência social	112
15	Infraestrutura, logística, Gestão de pessoas e Orçamento	112
15.1	Infraestrutura e logística	112
15.1.1	Escritório regional Felixlândia	113
15.1.2	Escritório regional Morada Nova de Minas	113
15.1.3	Unidade Móvel de Acolhimento do Instituto Guaicuy	114
15.1.4	Sede administrativa em Belo Horizonte	114
15.1.5	Rotas entre as localidades da Área 5	114
15.2	Gestão de pessoas	117
15.3	Consultorias especializadas	121
15.4	Orçamento	123
16	Cronograma	139
17	Cronograma de desembolso	143
17.1	Dados bancários Instituto Guaicuy	145
17.2	Coordenação e Acompanhamento Metodológico/Finalístico	145
18	Considerações finais	146
19	Referências Bibliográficas	148



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Comunidade de Ribeiro Manso	29
Figura 2 – Comunidade de Ilha do Mangabal	30
Figura 3 – Comunidade do Lago dos Cisnes	31
Figura 4 – Comunidade de São José do Buriti	32
Figura 5 – Comunidade de Náutico do Tucunaré	33
Figura 6 – Comunidade de Forquilha do Cabral	34
Figura 7 – Comunidade de Balsa Porto Melancia	35
Figura 8 – Comunidade de Frei Orlando	36
Figura 9 – Comunidade de Represa Frei Orlando	37
Figura 10 – Comunidade de Vau das Flores	38
Figura 11 – Comunidade de Poção	39
Figura 12 – Comunidade de Pontal do Abaeté	40
Figura 13 – Comunidade de Beira Rio	41
Figura 14 – Reunião em Felixlândia, aplicação do DRP	47
Figura 15 – Reunião em Morada Nova, aplicação do DRP	47
Figura 16 – Matriz realidade desejo e Rio da Reparação	48
Figura 17 - Nuvem de palavras: "O Que Queremos"	51
Figura 18 – Momento de aclamação do Plano de Ação em Felixlândia, em setembro de 2019	52
Figura 19 – Participação de moradores durante apresentação do DRP, em Morada Nova 09/11/2019	53
Figura 20 – Esquema do raciocínio básico do Plano de Trabalho	68
Figura 21 – Modelo proposto Unidade Móvel de Acolhimento do Instituto Guaicuy	114



LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Municípios ao longo da bacia do Rio Paraopeba atingidos pelo rompimento da barragem de rejeito de minério da Vale S.A. com destaque para a Área 5,	14
Mapa 2 - Localidades atingidas na Área 5	27



LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dados Sociodemográficos e Contexto Regional dos Municípios	24
Quadro 2 – Estimativa de residências, famílias e população, por localidade	42
Quadro 3 – Pautas iniciais apontadas no DRP pelas pessoas atingidas....	50
Quadro 4 - Proposta de formação de Núcleos comunitários	62
Quadro 5 – Metodologias sugeridas por público.....	75
Quadro 6 – Distâncias entre as localidades da Área 5	115
Quadro 7 – Distância entre as localidades da Área 5 e Belo Horizonte ...	117
Quadro 8 – Proposta de formação da equipe do Instituto Guaicuy	118
Quadro 9 – Detalhamento da equipe do Instituto Guaicuy	119
Quadro 10 – Consultorias técnicas especializadas por tipo e objetivo	121
Quadro 11 – Orçamento Síntese 1º Semestre	124
Quadro 12 – Atividades e Metodologias Participativas 1º Semestre	125
Quadro 13 – Recursos Humanos – 1º Semestre	126
Quadro 14 – Infraestrutura.....	129
Quadro 15 – Custeio – 1º Semestre	130
Quadro 16 – Comunicação – 1º Semestre	131
Quadro 17 – Consultorias – 1º Semestre	131
Quadro 18 – Orçamento Síntese	132
Quadro 19 – Metodologias participativas.....	133
Quadro 20 – Recursos Humanos	135
Quadro 21 – Infraestrutura.....	136
Quadro 22 – Custeio.....	137
Quadro 23 – Comunicação	138
Quadro 24 – Consultorias	138



Quadro 25 – Cronograma	140
Quadro 26 – Planejamento orçamentário mensal.....	143



1 INTRODUÇÃO

O dia 25 de janeiro de 2019 é um marco na história social e ambiental brasileira em função do grande desastre em que ocorreu o rompimento das barragens B-I, B-IV e B-IVA, situadas na Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho/MG. As barragens destinavam-se à deposição de rejeitos (B-I) e à contenção de sedimentos (B-IV e B IV-A). O dano potencial era classificado como alto – classe C, segundo estudos realizados pela empresa responsável, Vale S.A., e acabou por lançar em torno de 13 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração ao longo do Rio Paraopeba.

O rompimento da barragem de rejeitos de minério da empresa Vale S.A. ocasionou 270 (duzentos e setenta) vítimas fatais, sendo 259 (duzentos e cinquenta e nove) mortes confirmadas e 11 (onze) desaparecidos². Pela amplitude do desastre trata-se também de impactos que interromperam todo o ciclo de vida que envolve aspectos ambientais, econômicos, sociais, históricos e culturais, afetando a conexão e as relações de diversas comunidades com o Rio Paraopeba.

As instituições de justiça, Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) e Defensoria Pública da União (DPU) assinaram, de imediato, no dia 25 de janeiro de 2019, junto ao Governo do Estado de Minas Gerais e a empresa Vale S/A um Termo de Ajuste Preliminar (TAP), em que foi garantido a responsabilidade civil da empresa diante de todas as consequências do rompimento das barragens situadas na Mina Córrego do Feijão.

Por se tratar de danos com diferentes e complexas dimensões, a serem identificados em uma lógica temporal e territorial dinâmica, envolvendo inclusive grupos sociais à jusante da Mina Córrego do Feijão localizada em Brumadinho/MG, viu-se a necessidade de instruir o processo de reparação integral dos danos em respeito aos direitos humanos violados e em consideração a fundamental participação direta das pessoas e das comunidades atingidas.

Nessa perspectiva, no dia 04 de abril de 2019, em audiência judicial, ficou estabelecido que as Instituições de Justiça dariam início ao processo de escolha de organizações sem fins lucrativos com interesse em prestar assessoria técnica independente às comunidades atingidas pelo rompimento da Barragem B-I e soterramento das Barragens B-IV e B-IV A da Mina Córrego do Feijão. Acordo este entre as instituições de Justiça, o Estado de Minas Gerais e a Vale S.A, no processo n. 5010709-36.2019.8.13.0024, movido

² Dados do Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais, 28 de dezembro de 2019, Jornal Estado de Minas 28/12/2019.



pelo Estado de Minas Gerais, apresentado ao juízo da 6ª Vara de Fazenda Pública de Belo Horizonte.

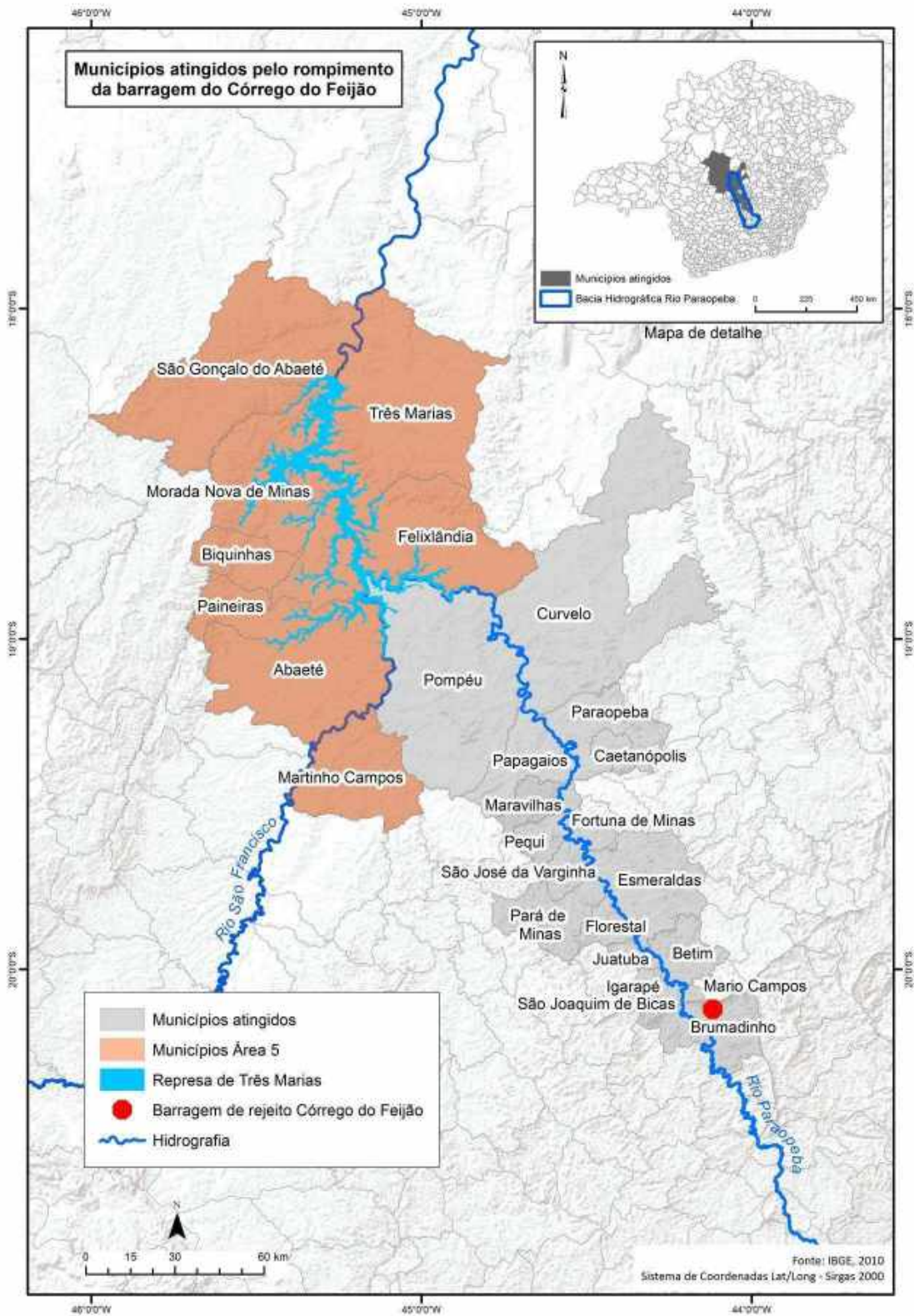
O processo seletivo da Assessoria foi feito por meio de Edital de Chamamento Público e a seleção realizada pelas comunidades, organizadas por meio de comissões, considerando a abrangência de 5 regiões que compreendem 26 municípios (Mapa 1) pré-estabelecido pelo MPMG, a saber: Região 1 - Brumadinho; Região 2 - Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Betim, Igarapé e Juatuba; Região 3 - Esmeraldas, Florestal, Pará de Minas, Fortuna de Minas, São José da Varginha, Pequi, Maravilhas, Papagaios e Paraopeba; Região 4 - Pompéu e Curvelo; Região 5 - Demais municípios banhados pelo Lago da UHE de Três Marias (São Gonçalo do Abaeté, Felixlândia, Morada Nova de Minas, Biquinhas, Paineiras, Martinho Campos, Abaeté e Três Marias).

O Instituto Guaicuy foi eleito para atuar na Área 5, a partir da votação das comissões de pessoas atingidas, no dia 25 de agosto de 2019, no Auditório da Escola Municipal Heloísa de Campos Santos, localizada à Rua Inácia Maria do Rosário, nº 571, Centro, Morada Nova de Minas/MG, com a presença de representantes das Instituições de Justiça. O Instituto Guaicuy obteve mais de 50% dos votos.

Segundo o edital, a Assessoria Técnica visa, de forma multidisciplinar, garantir o direito à informação, inclusive técnica, às pessoas atingidas, em linguagem adequada às características socioculturais e locais, bem como possibilitar a participação informada nos processos de reparação integral dos danos decorrentes do rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão. Dessa forma, o presente documento pretende apresentar estratégias e mecanismos que irão fundamentar a atuação do Instituto Guaicuy, estruturados por meio da proposição de ações comprometidas em possibilitar o desenvolvimento de processos participativos pertinentes às realidades e contextos das comunidades que integram a problemática da reparação de danos na Área 5.



Mapa 1 - Municípios ao longo da bacia do Rio Paraopeba e Rio São Francisco atingidos pelo rompimento da barragem de rejeito de minério da Vale S.A. com destaque para a Área 5



Fonte: Instituto Guaicuy (2019)



2 SOBRE O INSTITUTO GUAICUY

O Instituto Guaicuy é uma entidade não governamental associativa, cultural e técnico-científica de fins não econômicos, criada no dia 20 de junho de 2000, com a finalidade de apoiar os objetivos do Projeto Manuelzão de desenvolver ações socioambientais, culturais e educativas voltadas para a preservação e recuperação ambiental, associados à promoção da saúde e do exercício da cidadania.

A bacia hidrográfica foi escolhida como área de atuação por ser um território sistêmico onde se dão as relações entre ambiente, sociedade e economia, que se refletem em diferentes campos, inclusive na saúde coletiva. A saúde não deve ser tratada apenas como uma questão médica, mas está diretamente associada com condições ambientais e de vida, experimentadas pelas pessoas em seus territórios, especialmente no que se refere à disponibilização de água em qualidade e quantidade. Para a realização dessas iniciativas o Instituto Guaicuy vem trabalhando com abordagens ecossistêmicas e críticas frente às questões que envolvem os conflitos ambientais, tendo a água como eixo transversal. Essas abordagens estão intimamente ligadas à participação popular e ao empoderamento das populações nos seus territórios.

Ao longo dos anos, o Instituto Guaicuy/Projeto Manuelzão vem desempenhando atividades que buscam a abordagem multidisciplinar, intersetorial, interinstitucional e principalmente entre saberes populares e conhecimentos científicos, buscando articular a sociedade civil com o poder público e com os usuários de água, através da estruturação de núcleos de mobilização populares para discussões socioambientais organizados por microbacias hidrográficas. Essa iniciativa, com abordagem participativa, resultou na criação dos 40 Núcleos Manuelzão, através dos quais se discute os conflitos pelo uso da água, a relação com as populações atingidas por grandes empreendimentos e pelo avanço das mineradoras sobre grandes áreas de produção de água. Tais grupos deram origem, e preencheram com participação da sociedade civil, 23 Subcomitês vinculados ao Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, fazendo com que a gestão das águas ocorra de forma participativa conforme preconiza a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9433/97). Evidencia-se, nesse processo, a importância de garantir às comunidades o direito à informação de qualidade, com linguagem adequada às características de cada localidade, assim como propiciar e garantir a verdadeira participação das comunidades nos espaços e processos de tomadas decisão.

O Instituto Guaicuy tem representações sociais em diversos fóruns participativos visando a criação de políticas públicas no qual destacam-se: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas; Conselho do Parque



Estadual do Sumidouro; Parque Nacional Serra do Gandarela; Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais; Conselho Estadual de Meio Ambiente; Conselho Nacional de Meio Ambiente, dentre outros.

Após o rompimento da barragem da Samarco/Vale/BHP sobre o Rio Doce, em 2015, o Instituto Guaicuy realizou expedições, mobilizações e estudos que interagiram com comunidades e entidades diversas para discutir os processos sociais neste contexto. Esse movimento se consolidou na luta pelo Projeto de Lei 3676/2016 “Mar de Lama Nunca Mais” sancionado como Lei Estadual 23291/2019, e na publicação do livro “Mar de Lama da Samarco na Bacia do Rio Doce: em busca de respostas”.

Com o rompimento da Barragem da Mina do Córrego do Feijão acometendo todo o rio Paraopeba, foi articulado, junto aos movimentos sociais em busca de apoio para as pessoas atingidas, o “Gabinete de Crise da Sociedade: Plataforma de Informação e Justiça Socioambiental”³ com o propósito de realizar a cobrança de responsabilidades e mudanças na legislação que geram crimes dessa magnitude.

Através de edital elaborado pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais para fornecer assessoria às pessoas atingidas, as comissões de atingidos da Área 5 escolheram o Instituto Guaicuy como assessoria técnica independente para atuar nestas áreas.

3 JUSTIFICATIVA

As consequências do rompimento da barragem de rejeitos de mineração da empresa Vale S.A para as comunidades da bacia do rio Paraopeba são complexas e dinâmicas. E são ainda mais para a Área 5, que compreende os municípios no entorno da represa de Três Marias, onde o rio Paraopeba entrega suas águas para a bacia do rio São Francisco. Compreender as múltiplas dimensões de danos e conseqüentemente de pessoas e comunidades atingidas, assim como compreender os direitos que foram violados, demanda perceber a complexidade dos processos sociais e históricos emergentes nesse contexto de conflito ambiental.

A discussão sobre os impactos do rompimento da barragem na Área 5 é complexa por diferentes fatores, alguns cabem de ser ilustrados. A primeira questão é por entender a própria dinâmica fluvial e perceber que o reservatório de Retiro de Baixo, localizado à montante da Área 5, amortece a dinâmica de transporte de sedimentos, de forma que a transposição de materiais para jusante é significativamente mais lenta. Esse contexto, não

³ Acesso à página <http://gabinetedasociedade.org/>



significa que a área 5 está livre de possibilidades de danos a partir do rompimento, mas que esses impactos devem ser percebidos em uma dinâmica temporal diferente que as áreas à montante. Ao mesmo tempo, dadas as grandes proporções do reservatório de Três Marias, percebe-se que a dimensão do impacto não deve ser a mesma em diferentes locais, variando com características morfológicas, geomorfológicas e ambientais do reservatório.

Com o rompimento da barragem, todavia, a percepção de impacto se construiu de forma muito rápida e intensa nas diferentes comunidades em torno do lago de Três Marias. O cenário da possível contaminação impactou sobremaneira as formas e percepções da sociedade sobre a qualidade das águas nessa região e impactou diferentes atividades econômicas e sociais que têm o reservatório como centralidade: pesca, criação de peixes, turismo, lazer, comércio, serviços e outros, foram impactados e tiveram significativos danos econômicos e sociais devido ao rompimento.

A “sombra do rompimento” é uma realidade social e técnica e que deve ser percebida e trabalhada com o cuidado em se olhar as múltiplas interpretações e questões que estão associadas à percepção dos danos ambientais e sociais gerados pelo rompimento da barragem.

Cada sujeito e grupo social, a partir dos seus variados modos de vida, constroem vínculos afetivos, utilizam dos recursos naturais com as mais variadas finalidades, de forma a edificar territórios e territorialidades que são cheias de sentido e de valor simbólico. Qualquer abordagem que considere aspectos pontuais e específicos como referência para o entendimento e definição dos atingidos pelo rompimento da barragem estará desconhecendo a amplitude da diversidade social e dos variados tipos de usos e importâncias que o rio desempenha para as pessoas e para as comunidades. O desastre provocado pelo rompimento da barragem de rejeitos de mineração da empresa Vale S.A., deve ser reconhecido como o deflagrador de mudanças sociais em várias dimensões e não apenas nos âmbitos patrimonialistas ou hídricos. (VAINER, 2008).

Entender o conceito de atingido não tem apenas um caráter etimológico, mas tem um significado legal e social de percepção de pautas, temáticas e leituras de mundo que significa o respeito à legitimação de direitos de seus detentores à fins de reconhecimento, ressarcimento, indenização, compensação ou reparação, inclusive em formas não pecuniárias, para o dano.

O conceito de atingido pode ser percebido a partir do território (e suas múltiplas territorialidades) e das variadas práticas sociais que foram alteradas com o rompimento, impactando aspectos econômicos, culturais, de saúde e de reprodução dos modos de vida. A assessoria técnica independente se torna necessária para buscar mobilizar todo o



universo populacional que compreende pessoas e comunidades atingidas pelo rompimento das barragens localizadas na Mina Córrego do Feijão, no entendimento dos danos e na busca da reparação, alicerçando formas mais amplas do entendimento de atingido e que abarquem todas as comunidades e pessoas, com suas diferentes leituras de mundo.

A assessoria técnica independente é fundamental como meio de equalizar assimetrias econômico-políticas entre os atingidos e empresa ré (Vale S.A.). A empresa Vale S.A. tem muitos meios de produzir informações, seja através da formação da opinião pública com grandes campanhas de marketing, seja por estruturação de pesquisa técnica e que influi na percepção social e nas formas de se entender o dano e os impactos gerados a partir do rompimento. Adotando estratégias para a fragmentação das demandas coletivas e a individualização do dano, aviltando os direitos subjetivos pretendidos em troca da celeridade de uma injusta reparação/compensação.

A empresa, em seus acordos individuais, não considera as diversas dimensões sociais dos danos, construindo acordos feitos sob uma lógica patrimonialista que focam nos bens materiais perdidos ou depreciados. Mas isso é insuficiente para reparar as perdas e compensar a dor decorrente dos aspectos subjetivos da vida. É fundamental construir uma percepção do dano e do conceito de atingido a partir do protagonismo das pessoas e dos diferentes grupos sociais.

A construção do conceito de atingido pelo rompimento da barragem deve reconhecer todas as pessoas, as famílias, os grupos sociais e as comunidades que tiveram a sua forma de vida afetada nas mais variadas dimensões: inviabilização ou diminuição da produção pesqueira, restrição ao uso dos recursos naturais, alterações na segurança alimentar e de lazer, geração de problemas de saúde física e mental, intensificação de vulnerabilidades sociais e diversas outras questões que apenas podem ser identificadas e elaboradas por meio da participação ampliada e informada de cada comunidade e pessoa atingida.

Nessa perspectiva, não se pode ignorar os impactos na vida das pessoas, quando o medo, a insegurança e descrença aparecem em suas falas: *“Temos medo da água estar contaminada. Não conseguimos vender os peixes porque o povo fala que estão contaminados. Como vamos sustentar nossas famílias se ninguém quer comprar nossos peixes?”*, *“Perdemos o turista, os peixes, a natureza, pessoas que nunca mais vamos ver”*, *“A vida era melhor: tinha muito peixe, vendia com bom preço, sustentava a casa... Tinha mais compradores”*.

Entender essa multiplicidade social implica ainda em “considerar que há dimensões não estritamente pecuniárias ou materiais. Há perdas que são resultantes da própria



desestruturação de relações prevaletentes, da eliminação de práticas de perdas de valores e recursos imateriais”. (VAINER, 2008, p. 40).

Entende-se por atingidos, portanto, toda pessoa ou grupo social que sofreu qualquer alteração na sua vida, em diferentes dimensões temporais e espaciais, em uma abordagem abrangente e tão múltipla quanto a diversidade social. Essa concepção é uma condição para se pensar as diferentes necessidades de ações para a recomposição da qualidade de vida nesses territórios, através da justa reparação e da compensação pelos danos causados.

Esse entendimento apenas será melhor e efetivamente construído com as comunidades e pessoas atingidas a partir da atuação da assessoria técnica independente, em campo e possibilitando formas de diálogo e meios para facilitar a compreensão dos diferentes sujeitos em seu reconhecimento enquanto atingido, de forma a possibilitar autonomia para a construção de um justo processo de reparação de danos.

De acordo com o direito internacional dos direitos humanos, indivíduos que sofrem graves violações não devem ser vistos apenas como receptores de medidas de reparação, devendo também participar ativamente da criação, avaliação e operação desses mecanismos. Isso é particularmente importante em casos de violações de direitos humanos cometidos por empresas, tendo em vista a necessidade de equilibrar as assimetrias existentes entre elas e as pessoas atingidas. É importante, ainda, que a participação ocorra antes mesmo do início da implementação das medidas de reparação, para que as partes apontem conjuntamente qual será o modelo de reparação adotado. Portanto, às pessoas atingidas deve ser dada a oportunidade de efetivamente influenciar a concepção e execução dos processos de remediação e de determinar quais medidas são adequadas para reparar toda a gama de danos por elas sofridos. Para que essa participação seja livre e informada, as comunidades atingidas também devem ter pleno acesso a informações relevantes sobre os danos por eles sofridos, mecanismos de reparação disponíveis, bem como sobre todos os recursos jurídicos, médicos e psicológicos existentes. (CONNECTAS DIREITOS HUMANOS, 2018, p. 9).

Diante da complexidade das abordagens apresentadas, o Instituto Guaicuy define que a assessoria técnica independente reconhece a dimensão e a complexidade do conflito ambiental e a necessidade de utilizar metodologias apropriadas para construir e mediar um processo dialógico, inclusivo e participativo para a construção de um justo processo de reparação, garantindo protagonismo e controle social dos atingidos em suas ações e atividades.

As ações propostas são instrumentos de interação e de diálogo com as comunidades afetadas e tem a finalidade de promover condições adequadas para participação ativa e ampliada das pessoas atingidas, garantir acesso à informação de confiança e definir conjuntamente estratégias para equacionar as assimetrias técnicas e



informativos entre as diferentes pessoas e grupos sociais, estruturando processos de tomada de decisão que garantam a defesa dos direitos fundamentais e coletivos.

Para tanto, justifica-se a necessidade da promoção de uma participação social ampliada e efetiva, que se estrutura a partir da construção de um ambiente de reciprocidade e de confiança entre os sujeitos, as comunidades e a assessoria técnica. O reconhecimento dos diferentes interesses, a formação da consciência coletiva e o diálogo constante que só se efetiva com a assessoria independente e que reconhece nos atingidos seus direitos, suas potencialidades e suas demandas.

A assessoria técnica fomenta e constrói espaços de diálogo, de aproximação e de encontro, para potencializar a interação entre diferentes conjuntos de ideias, conceitos e entendimentos dos danos e das possibilidades de reparação e de compensação. É a construção de um processo de diálogo intimamente ligado às dinâmicas educativas e comunicativas, que entende o povo como protagonista e destinatário principal das formas de comunicação e de diálogo propostas.

A assessoria atua em uma perspectiva que busca *“alterar o injusto, alterar o opressor, alterar a inércia histórica que impõe dimensões sufocantes, através de uma vocação libertadora que se nutre por uma multiplicidade de experiências comunicativas”*. (PERUZZO, 2008, p. 48). Aproximando-se das leituras da pedagogia freiriana, que sustentam que conceitos e práticas são perpassadas por princípios como o do diálogo para a prática da liberdade, da criticidade, com aderência à realidade e para a transformação social. (PERUZZO, 2017).

É, portanto, a partir dos entendimentos sobre o conceito de pessoas atingidas e do papel das assessorias técnicas independentes, à luz da garantia da participação, da educação e da comunicação popular, que se justifica a necessidade das assessorias técnicas independentes atuarem em campo.

4 OBJETIVO GERAL

O presente plano de trabalho apresenta as formas e as ações que serão desenvolvidas pelo Instituto Guaicuy, durante as atividades de Assessoria Técnica na Região 5 (Felixlândia, Três Marias, Abaeté, Morada Nova de Minas, Paineiras, São Gonçalo do Abaeté, Martinho Campos e Biquinhas), e que têm como objetivo garantir, de modo transdisciplinar, o direito à informação, inclusive técnica, às pessoas atingidas, em linguagem adequada às características socioculturais e particularidades locais, possibilitando a interface dos substituídos processuais com seus substitutos através da



participação informada nos processos de mobilização social, inclusive para a produção de prova técnica de identificação e mensuração dos danos decorrentes do Rompimento da barragem B-I e do soterramento das barragens B-IV e BIV-A da mina Córrego do Feijão – pertencentes à empresa Vale S.A visando a reparação integral.

4.1 Objetivos Específicos

1. Acolher as demandas, as dúvidas e os questionamentos apresentados pelas pessoas e pelas comunidades atingidas, apoiando encaminhamentos, atividades e ações necessárias para o processo de reparação;
2. Fortalecer o envolvimento e a mobilização das pessoas e das comunidades atingidas pelo rompimento da barragem, na construção popular de formas, metodologias e estruturas necessárias, garantindo o respeito à diversidade e às particularidades sociais e singulares das localidades;
3. Construir junto às pessoas atingidas formas e prioridades de trabalho adequadas às diferentes realidades sociais e particularidades locais, de forma a garantir a inclusão ampla e irrestrita das pessoas atingidas no processo de reparação;
4. Identificar, reconhecer e valorizar os diferentes conhecimentos e saberes populares possibilitando trocas de conhecimentos e buscando a valorização da região;
5. Dialogar, junto às pessoas e às comunidades atingidas, dados e informações geradas pelas comunidades, por órgãos públicos, por instituições privadas e pela assessoria técnica e que contribuam para o entendimento dos diferentes danos gerados a partir do rompimento da barragem;
6. Subsidiar os autores processuais na produção da prova técnica para identificar e mensurar os danos suportados visando a reparação integral a partir da visão e fala da comunidade e pessoas atingidas.
7. Quesitar complementarmente o planejamento e condução de pesquisas proposto pelo Comitê Técnico da UFMG instituído pelo douto Juízo da 6ª Vara de Fazenda Pública de Belo Horizonte, tendo em vista a configuração das ATIs como assistentes técnicos dos autores.
8. Facilitar junto aos atingidos a formulação de novos critérios de elegibilidade ao recebimento de auxílio emergencial, bem como dos meios de verificação; identificar possíveis descumprimentos na aplicação dos critérios anteriores e futuros.



5 CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA ÁREA 5: FELIXLÂNDIA, TRÊS MARIAS, ABAETÉ, MORADA NOVA DE MINAS, PAINEIRAS, SÃO GONÇALO DO ABAETÉ, BIQUINHAS E MARTINHO CAMPOS

Os municípios que compõem a Área 5 – Felixlândia, Três Marias, Abaeté, Morada Nova de Minas, Paineiras e São Gonçalo do Abaeté e Martinho Campos – encontram-se na mesorregião Central Mineira. Embora sejam municípios que têm apresentado crescimento econômico, como a maioria dos municípios brasileiros, ainda apresentam vulnerabilidade proveniente da desigualdade social. A maioria dos municípios, exceto Abaeté e Morada Nova de Minas, apresentavam mais de 30% da população vulnerável à pobreza, com renda abaixo de R\$255,00 por mês, no ano de 2010. Em relação ao percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal (excetuando-se Três Marias com 32,5%) todos os demais ultrapassam 40%, indicando a baixa escolaridade e alta informalidade existente. A efeito de contextualização, a síntese dos dados sociodemográficos desses municípios se encontra no Quadro a seguir.



Quadro 1 – Dados Sociodemográficos e Contexto Regional dos Municípios

DADOS	Felixlândia	Três Marias	Abaeté	Morada Nova de Minas	Paineiras	São Gonçalo do Abaeté	Biquinhas	Martinho Campos
População total (IBGE, 2019)	15.336	32.356	23.237	8.863	4.486	8.389	2.515	13.388
Área (km ²)	1.554,63	2.678,25	1.817,07	2.084,28	637,309	2.692,17	458,948	1064,13
Densidade Demográfica	9,86	12,08	12,78	4,25	7,04	3,11	5,48	12,58
Expectativa de vida (2010)	73,9	76,9	75,9	74,8	74,4	72,8	76,4	75,6
Mortalidade Infantil	17,1	12,5	14	15,7	16,2	19	13,3	14,4
Pop rural	22,65	5,22	13,16	21,78	22,31	33,46	991	12,7
IDH	0,648	0,752	0,698	0,696	0,669	0,67	0,688	0,669
Renda per capita	459,52	645,33	707,24	577,61	589,16	502,57	565,37	579,07
% Extremamente pobres ¹	3,38	2,95	1,61	0,96	1,34	5,32	3,81	1,33
% Pobres ²	12,69	10,14	6,69	6,84	7,47	12,42	6,97	9,77
% Vulneráveis à pobreza ³ [1]	39,46	31,43	26,65	27,01	30,57	36,56	27,71	27,14
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	49,37	32,25	45,77	43,99	57,33	47,44	58,99	46,97
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	19,98	15,89	20,27	16,49	10,21	19,37	39,09	20,98

[1] 1. Renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$70,00; 2. Renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$140,00 3. Renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$255,00 mensais (Valor referente a 50% do salário mínimo de agosto de 2010).

FONTE: IBGE (2019), PNUD et al (2013).

O município de Felixlândia se estende por uma área de 1.554,6 km² e população estimada de 15.336 habitantes. A densidade demográfica é de 9,86 habitantes por km² e apresenta IDH considerado médio, de 0,648. Felixlândia apresenta 13,2% de domicílios com esgotamento sanitário adequado e 0,8% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Segundo



o IBGE em 2017 o salário médio mensal era de 2,0 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 13,5% (IBGE, 2019). Segundo o censo do IBGE (2010), o município apresentava 22,65% da sua população em área rural, onde se encontra a maioria das localidades atingidas pelo rompimento da barragem, inicialmente mapeadas pelo Ministério Público: Ribeiro Manso, Ilha do Mangabal, Lago dos Cisnes, São José do Buriti, Náutico Tucunaré e La Poveda e a sede de Felixlândia também mapeada pelo MP.

O município de Três Marias apresenta população estimada em 32.356 habitantes distribuídos em uma área de 2.678,253 km². A densidade demográfica é de 12,08 habitantes por km² e o IDH do município é de 0,752, considerado médio, entretanto o maior dentre os municípios atingidos. Apresenta 84,8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado. Em 2017 o salário médio mensal era de 2,4 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 20,8% (IBGE, 2019). Três Marias apresenta, segundo o IBGE (2010), 5,22% dos habitantes em área rural. O município se destaca entre os municípios atingidos por apresentar maior população, melhor condição sanitária e IDH, além da forte urbanização. As localidades atingidas pelo desastre, inicialmente mapeadas pelo Ministério Público são: moradores dos Ranchos e Sitiantes e Forquilha. Dentro da sede de Três Marias foram mapeados inicialmente pelo MP: pescadores, piscicultores, guias turísticos, Pilotos das embarcações, todos tiveram sua renda impactada.

O município de Abaeté apresenta população estimada de 23.237 habitantes distribuídos em uma área de 1.817,067 km², cuja densidade demográfica é de 12,49 hab/km². O IDH do município é de 0,698, considerado médio. Apresenta 85% de domicílios com esgotamento sanitário adequado e 13,9% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Em 2017, o salário médio mensal era de 1,7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 18,3% (IBGE, 2019). Segundo IBGE (2010) o município apresentava 13,16% da população vem área rural, indicando forte urbanização, além da segunda maior população, maior renda per capita e menor vulnerabilidade à pobreza dentre os municípios atingidos. De acordo com o mapeamento inicial do Ministério Público a sede é a principal área atingida.

O município de Morada Nova de Minas ocupa uma área de 2.084,275 km² e população estimada de 8.863 habitantes. A densidade demográfica é de 4,25 hab/km² e apresenta IDH considerado médio, de 0,696. Morada Nova de Minas apresenta 2,2% de domicílios com esgotamento sanitário adequado e 19,8% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada. Em 2017, o salário médio mensal era de 1,7 salários



mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 24,2% (IBGE, 2019). Segundo o IBGE (2010), o município apresentava 21,78% da sua população em área rural, onde se encontra a maioria das localidades atingidas pelo rompimento da barragem inicialmente mapeadas pelo Ministério Público: Frei Orlando (Junco), Vau das Flores e a sede de Morada Nova de Minas, onde os principais atingidos são os pescadores.

O município de Paineiras se estende em uma área de 637,309 km² e população estimada de 4.486 habitantes. A densidade demográfica é de 7,04 habitantes por km² e apresenta IDH considerado médio, de 0,669. Paineiras apresenta 0,6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado e 0% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Segundo o IBGE, em 2017 o salário médio mensal era de 2,0 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 13,5% (IBGE, 2019). Segundo o IBGE (2010), o município apresentava 22,31% da sua população em área rural, sendo que a localidade atingida pelo rompimento da barragem, inicialmente mapeada pelo Ministério Público é a sede.

O município de São Gonçalo do Abaeté se estende em uma área de 2.692,171 km² e possui população estimada de 8.389 habitantes. A densidade demográfica é de 2,33 habitantes por km² no território do município, que apresenta IDH considerado médio, de 0,670. O município apresenta 58,5% de domicílios com esgotamento sanitário adequado e 5,7% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização. Em 2017, o salário médio mensal era de 1,8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 20,5% (IBGE, 2019). Segundo o IBGE (2010), São Gonçalo do Abaeté apresentava 33,46% da sua população em área rural, sendo que as localidades atingidas pelo rompimento da barragem, inicialmente mapeadas pelo Ministério Público são Fazenda Morada dos Peixes, Pontal do Abaeté e Beira Rio.

O município de Biquinhas possui uma área de 458,948 km² e população estimada de 2.515 habitantes. A densidade demográfica é de 5,48 habitantes por km² e apresenta IDH considerado médio, de 0,688. Apresenta 1,3% de domicílios com esgotamento sanitário adequado e 2,3% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada. Em 2017, o salário médio mensal era de 1,7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 13,3% (IBGE, 2019). Em 2010, o município apresentava 37,68% da sua população em área rural, sendo que a localidade atingida pelo rompimento da barragem, inicialmente mapeada pelo Ministério Público é a sede do município.

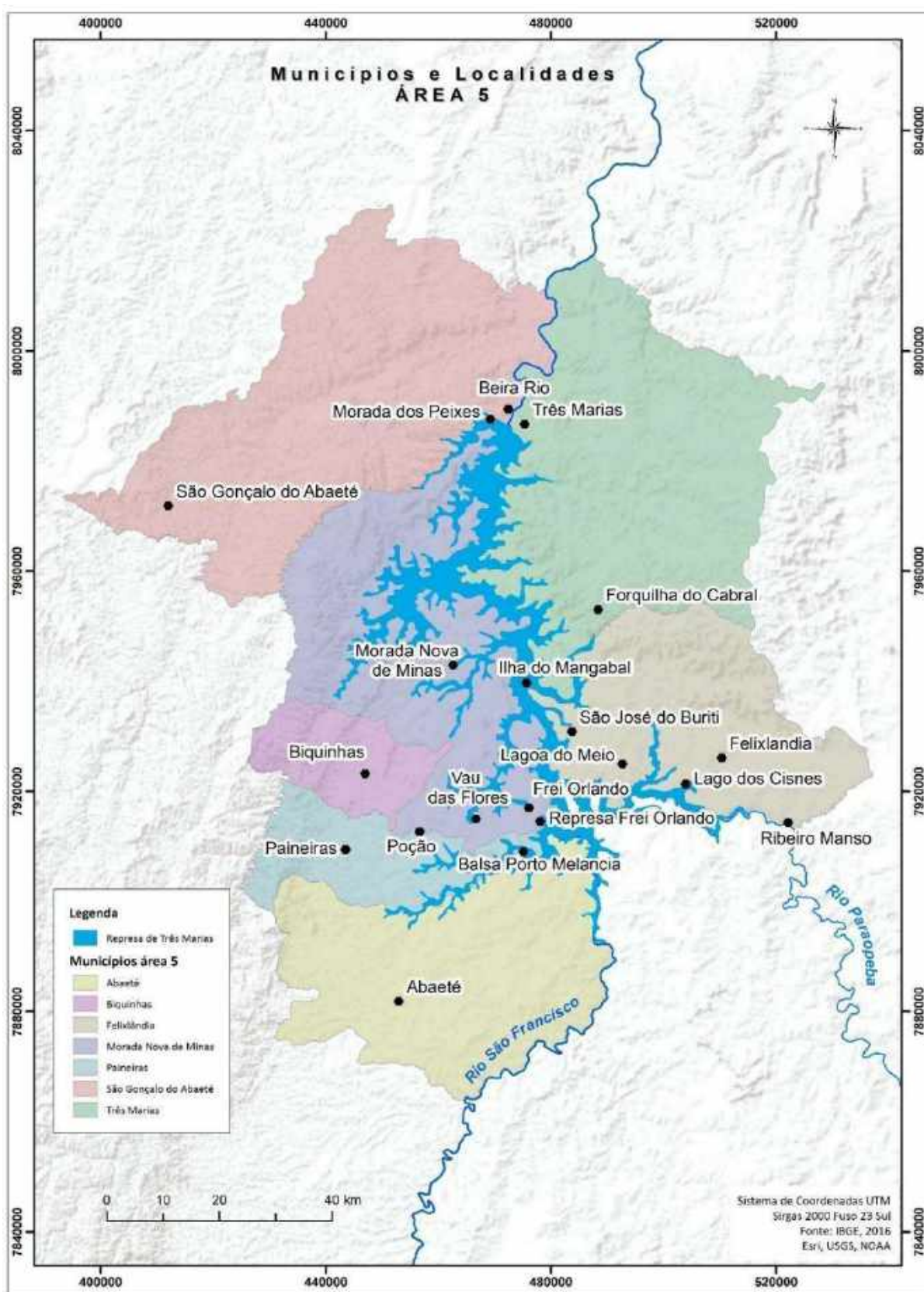


O município de Martinho Campos se estende em uma área de 1064,13 km² e população estimada de 13.388 habitantes. A densidade demográfica é de 12,58 habitantes por km² e apresenta IDH considerado médio, de 0,669. Martinho Campos apresenta 42,4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado e 23,8% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Segundo o IBGE em 2017 o salário médio mensal era de 1,9 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 29,3% (IBGE, 2019). Segundo o censo do IBGE (2010), o município apresentava 12,7% da sua população em área rural.

O *Mapa 2*, a seguir, mostra a localização das comunidades atingidas na Área 5.



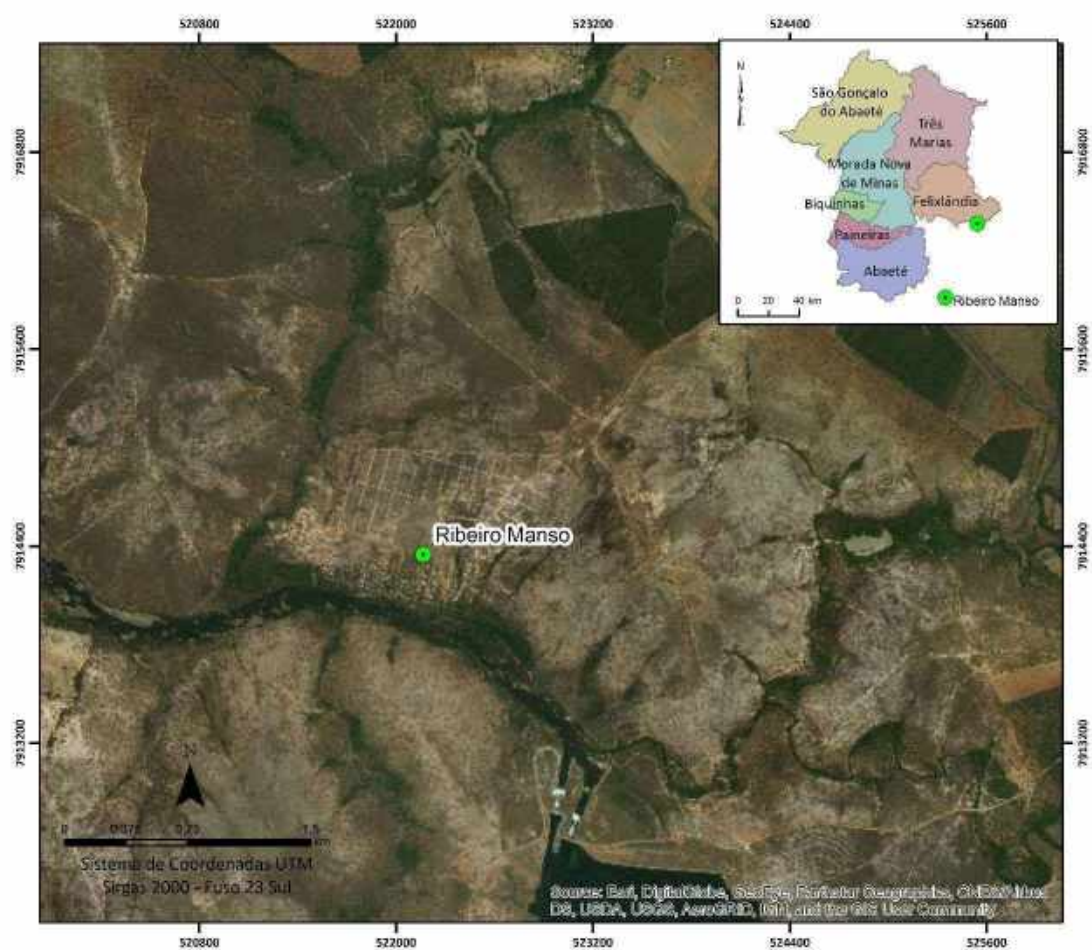
Mapa 2 - Localidades atingidas na Área 5



Fonte: Instituto Guaicuy, 2019.



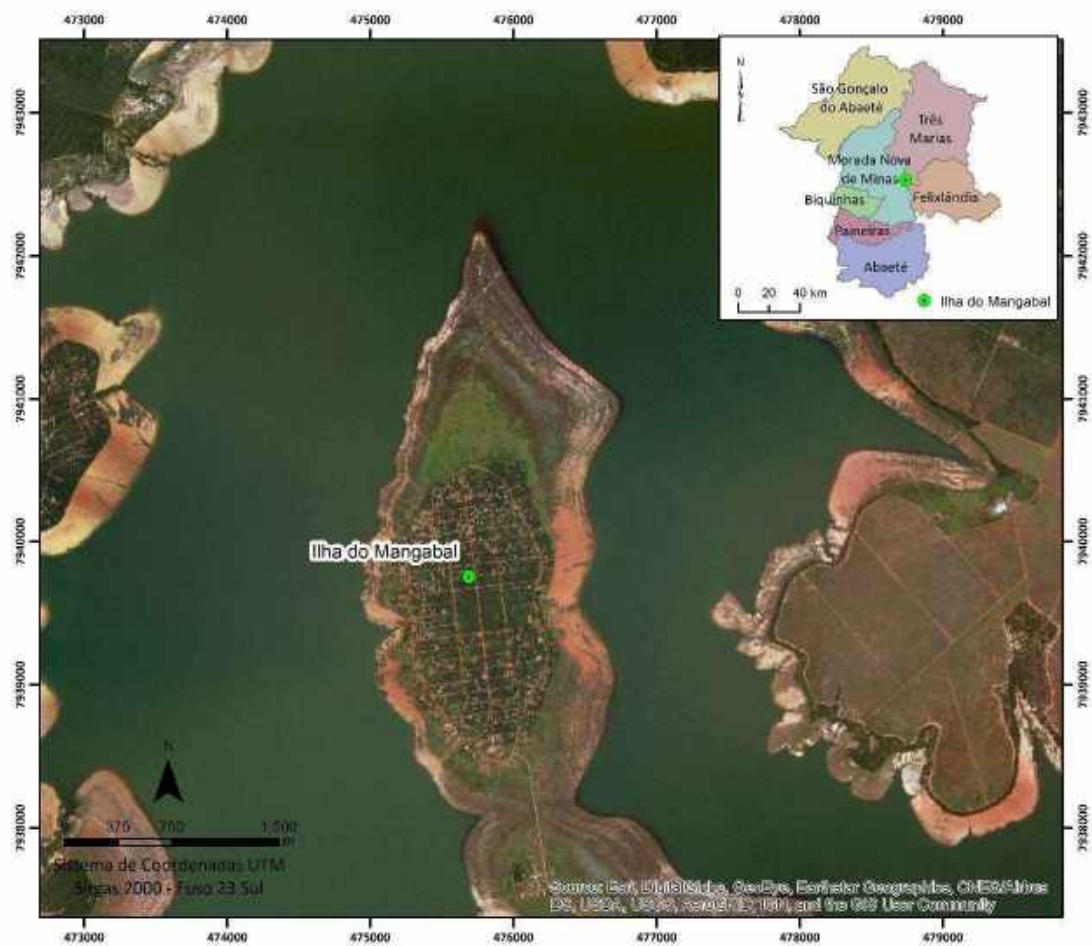
Figura 1 – Comunidade de Ribeiro Manso



Fonte: Instituto Guaicuy, 2019



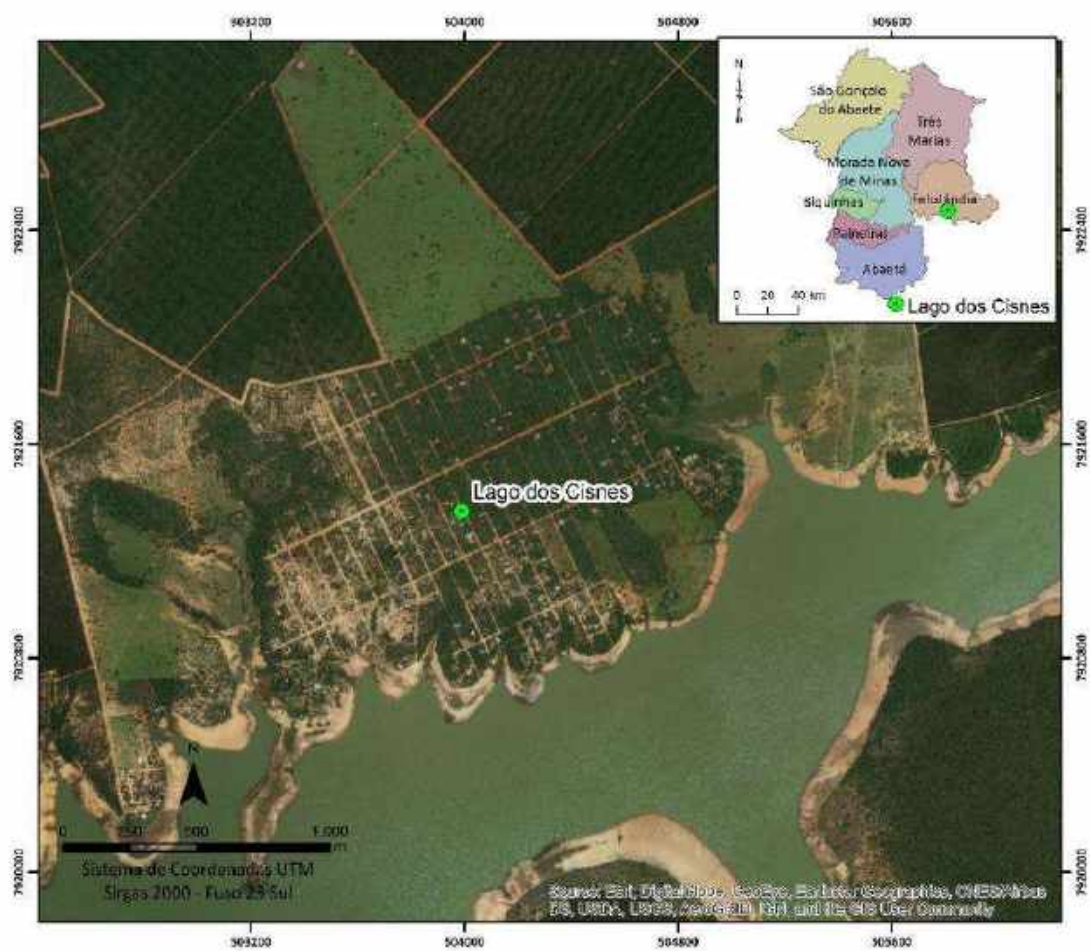
Figura 2 – Comunidade de Ilha do Mangabal



Fonte: Instituto Guaicuy, 2019



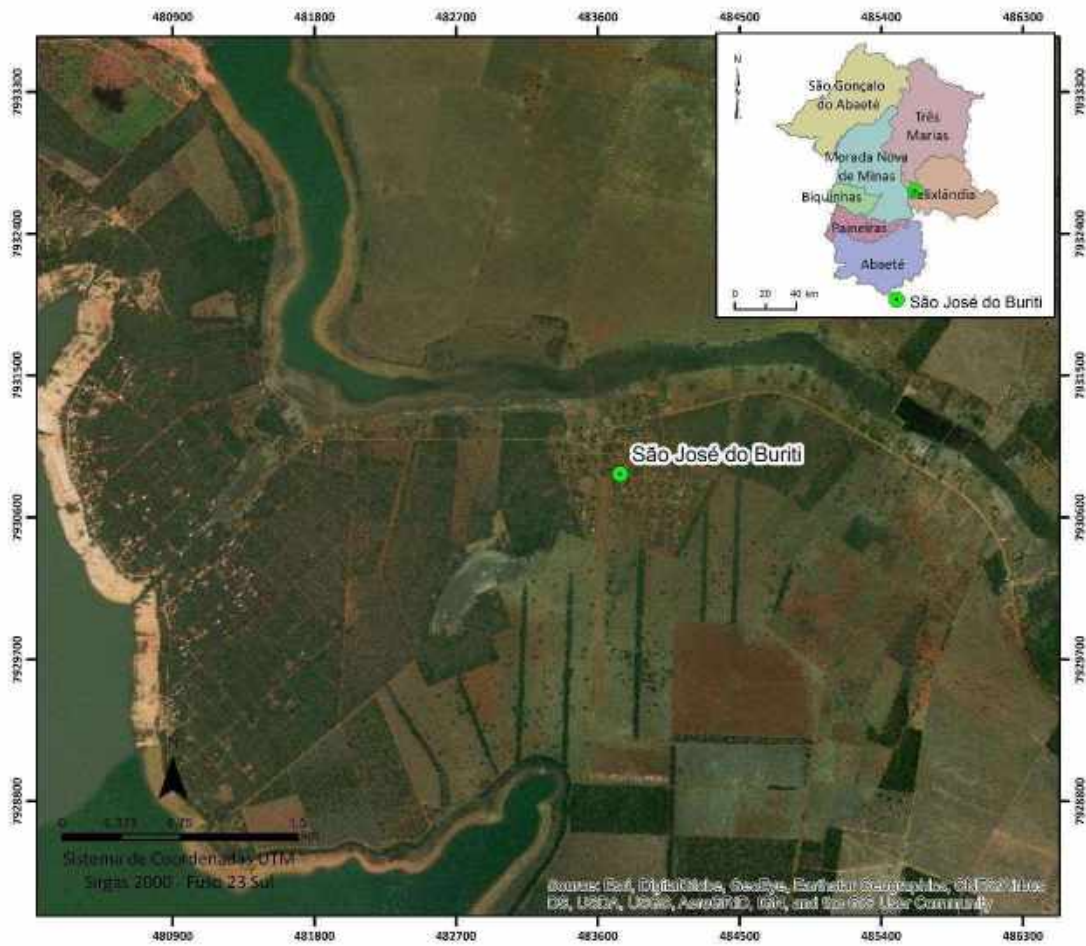
Figura 3 – Comunidade do Lago dos Cisnes



Fonte: Instituto Guaicuy, 2019



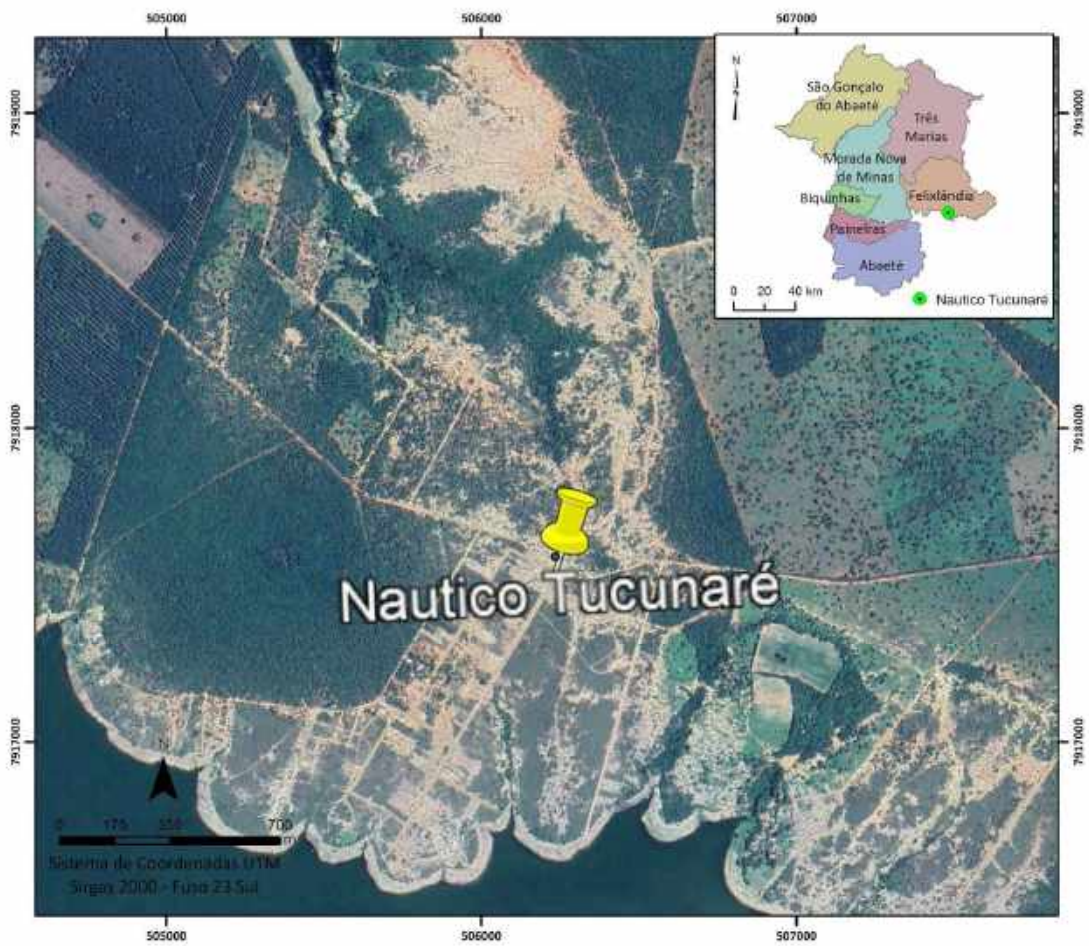
Figura 4 – Comunidade de São José do Buriti



Fonte: Instituto Guaicuy, 2019



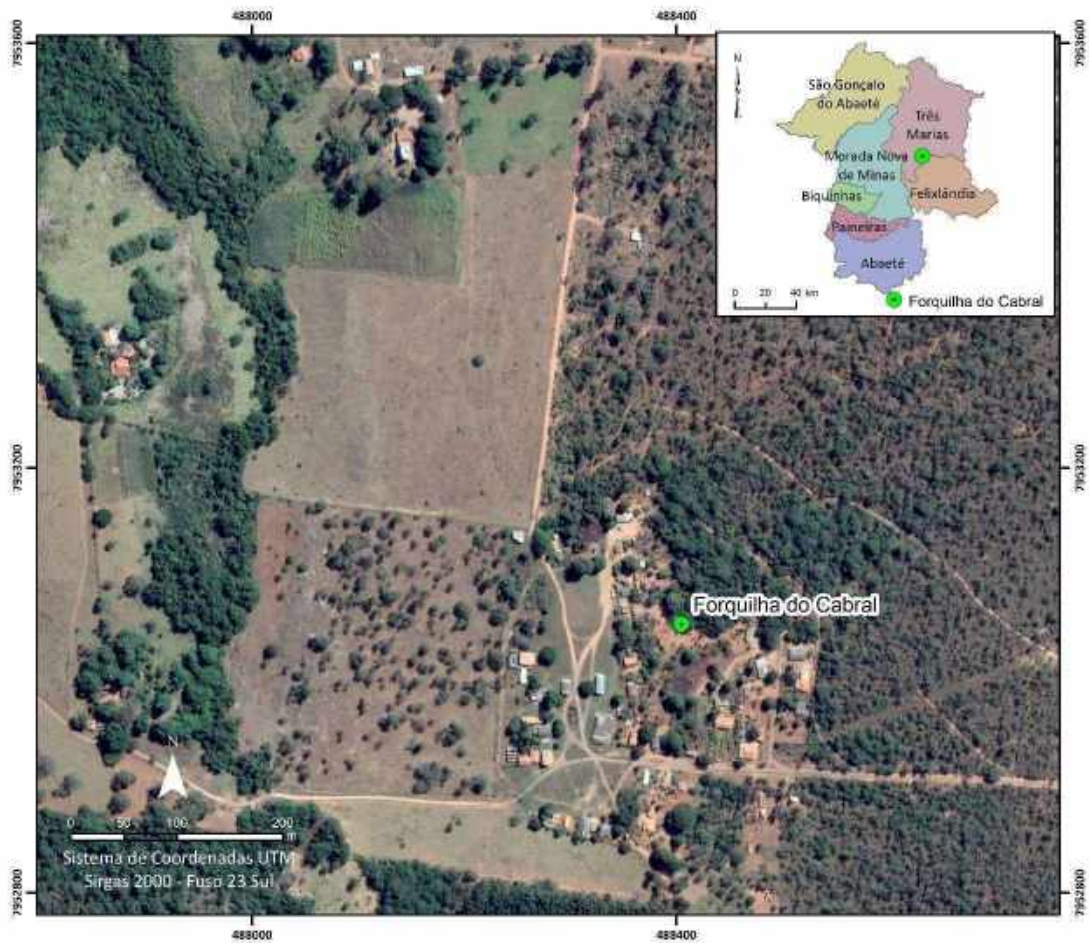
Figura 5 – Comunidade de Náutico do Tucunaré



Fonte: Instituto Guaicuy, 2019



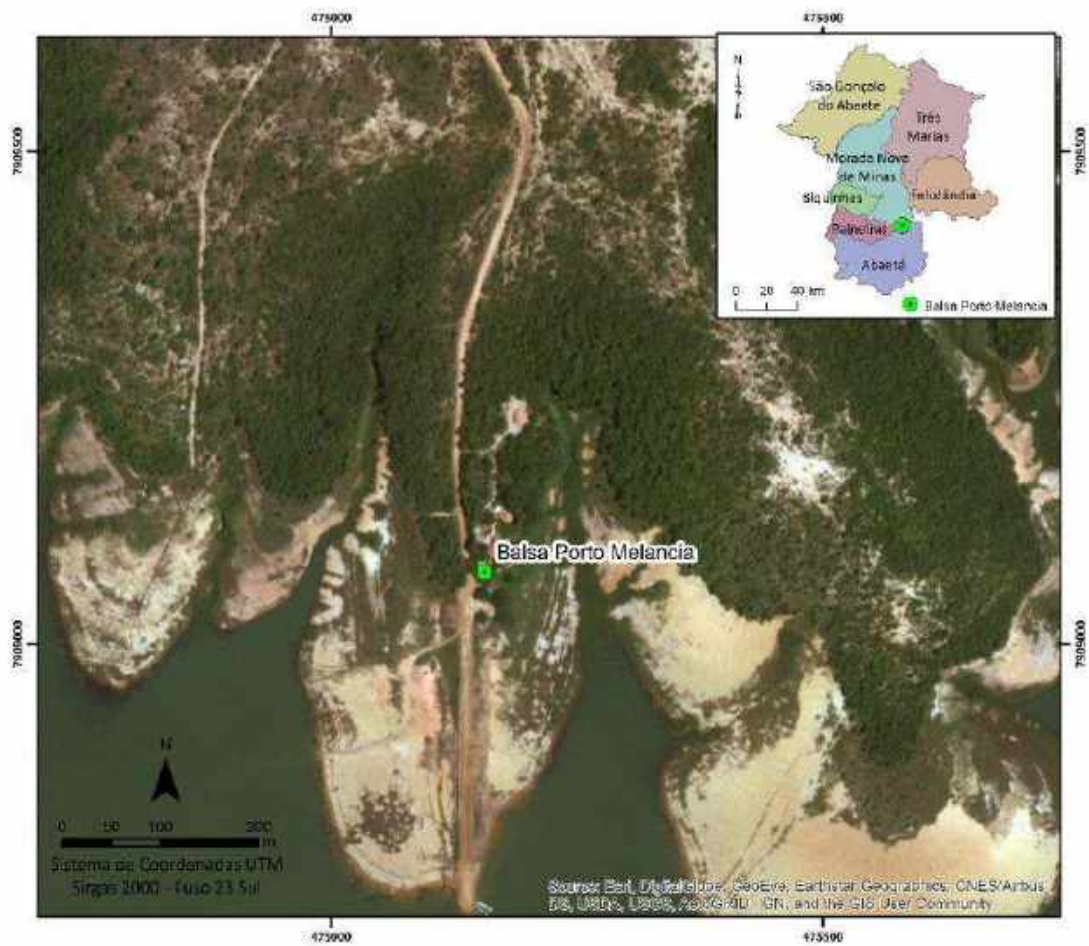
Figura 6 – Comunidade de Forquilha do Cabral



Fonte: Instituto Guaicuy, 2019



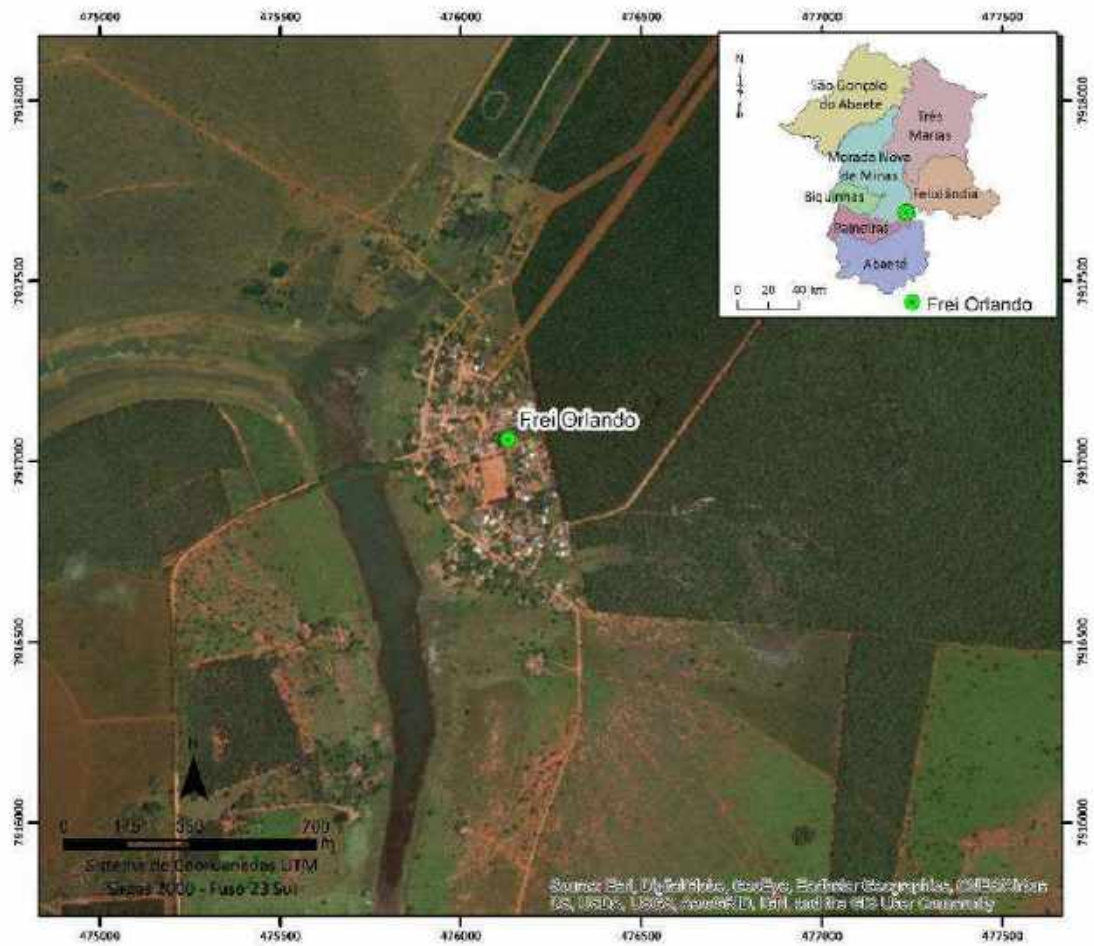
Figura 7 – Comunidade de Balsa Porto Melancia



Fonte: Instituto Guaicuy, 2019



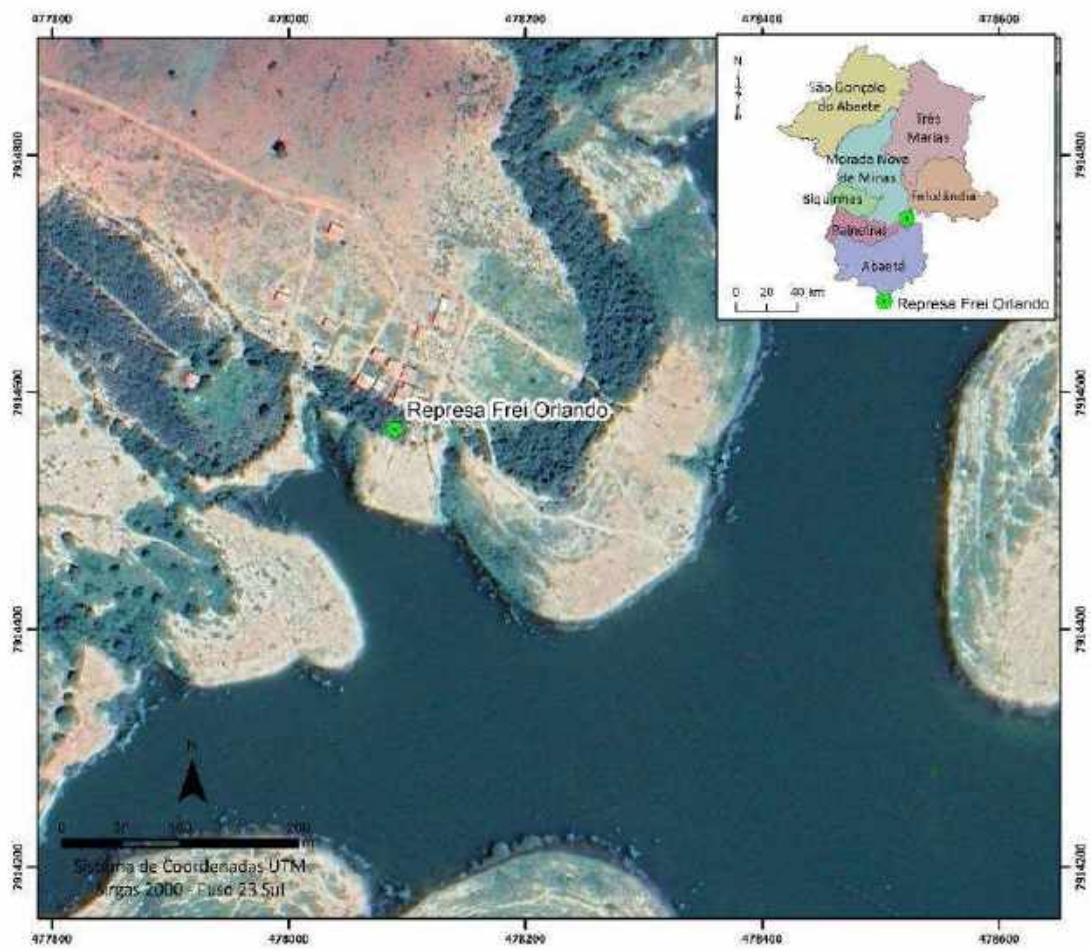
Figura 8 – Comunidade de Frei Orlando



Fonte: Instituto Guaicuy, 2019



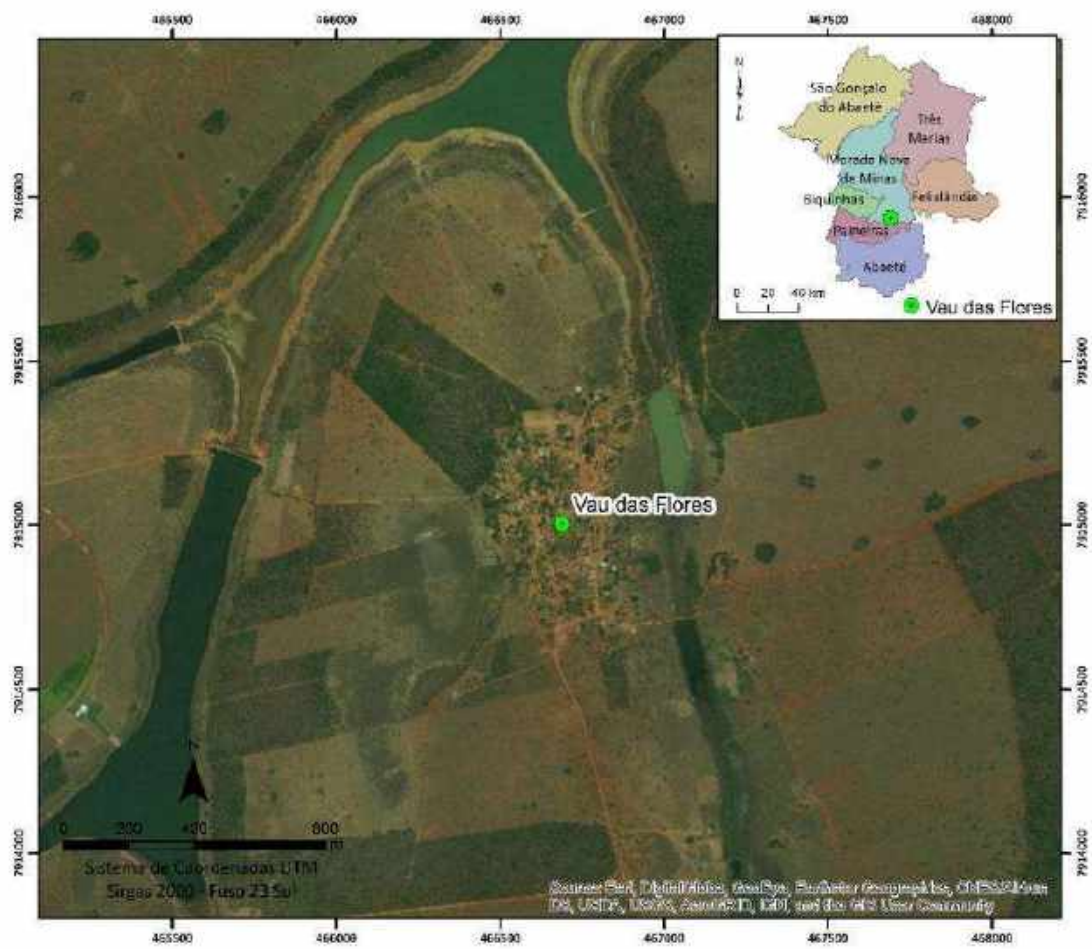
Figura 9 – Comunidade de Represa Frei Orlando



Fonte: Instituto Guaicuy, 2019



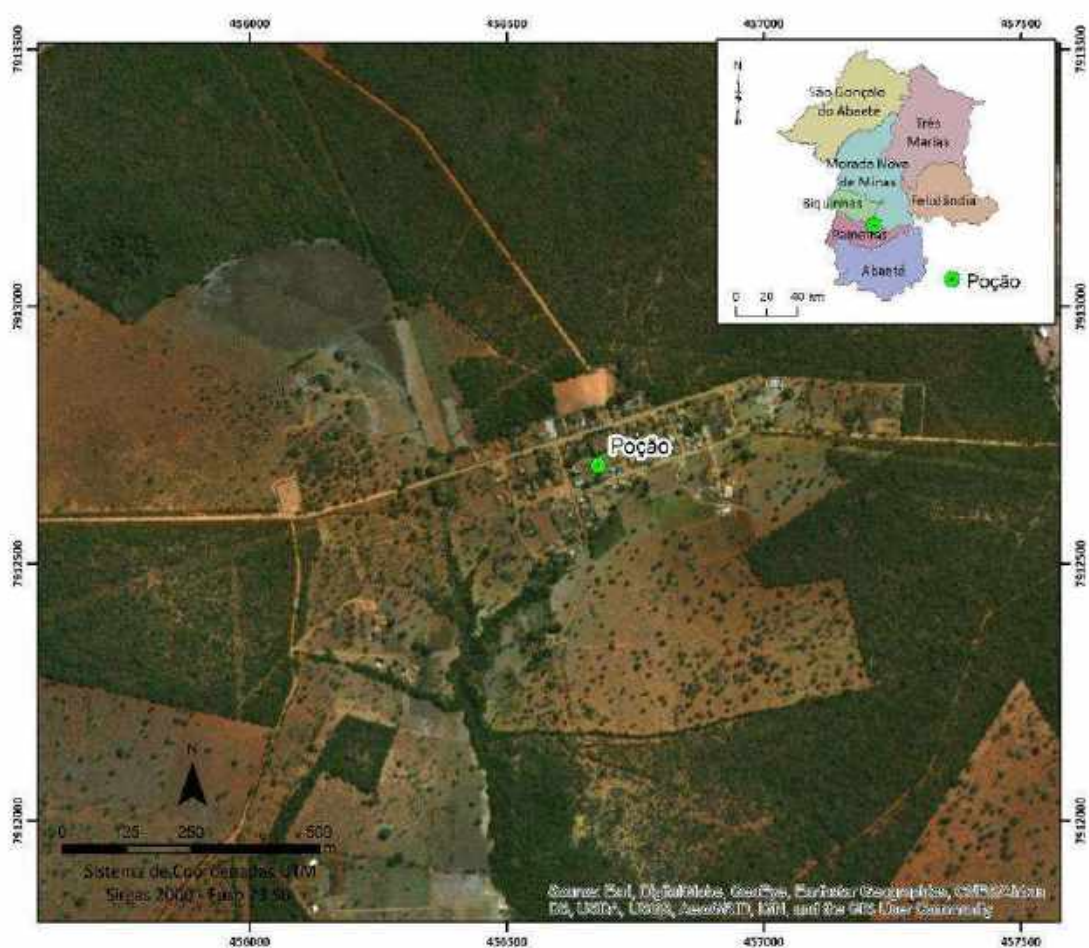
Figura 10 – Comunidade de Vau das Flores



Fonte: Instituto Guaicuy, 2019



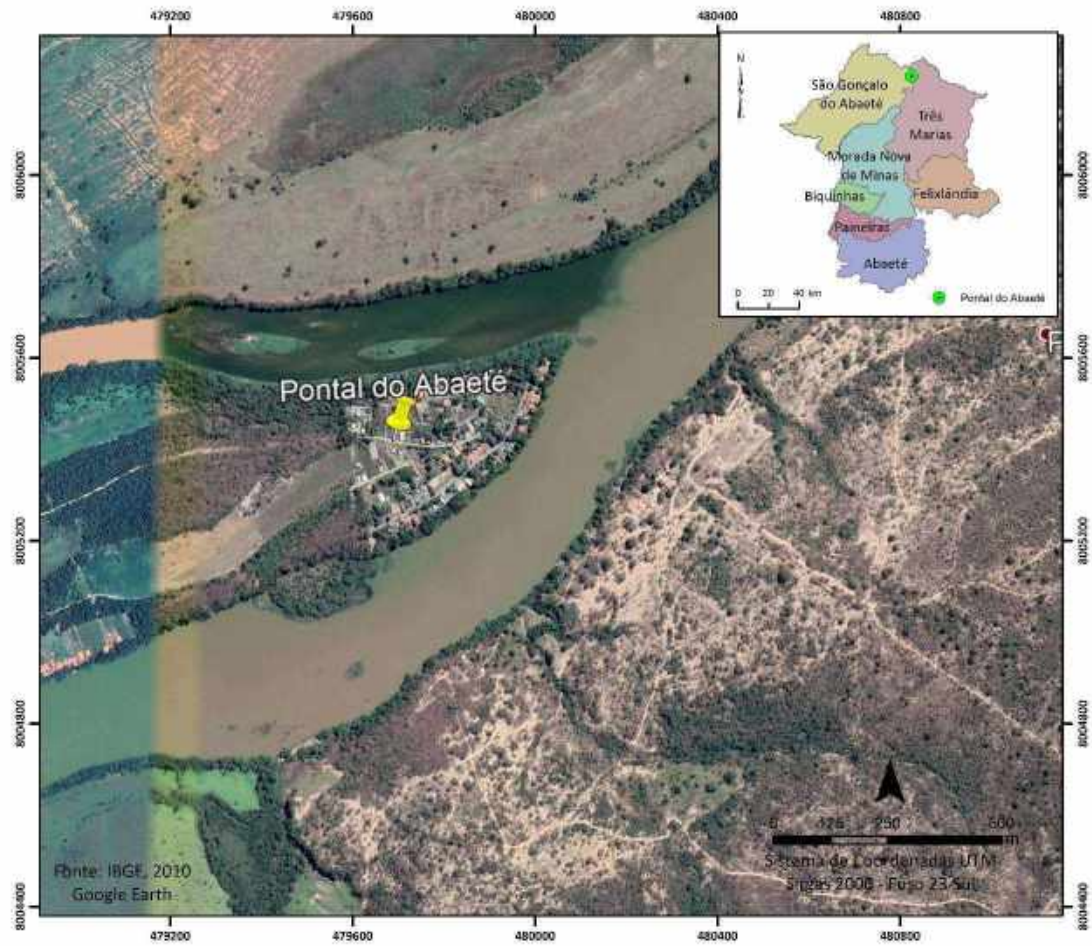
Figura 11 – Comunidade de Poção



Fonte: Instituto Guaicuy, 2019



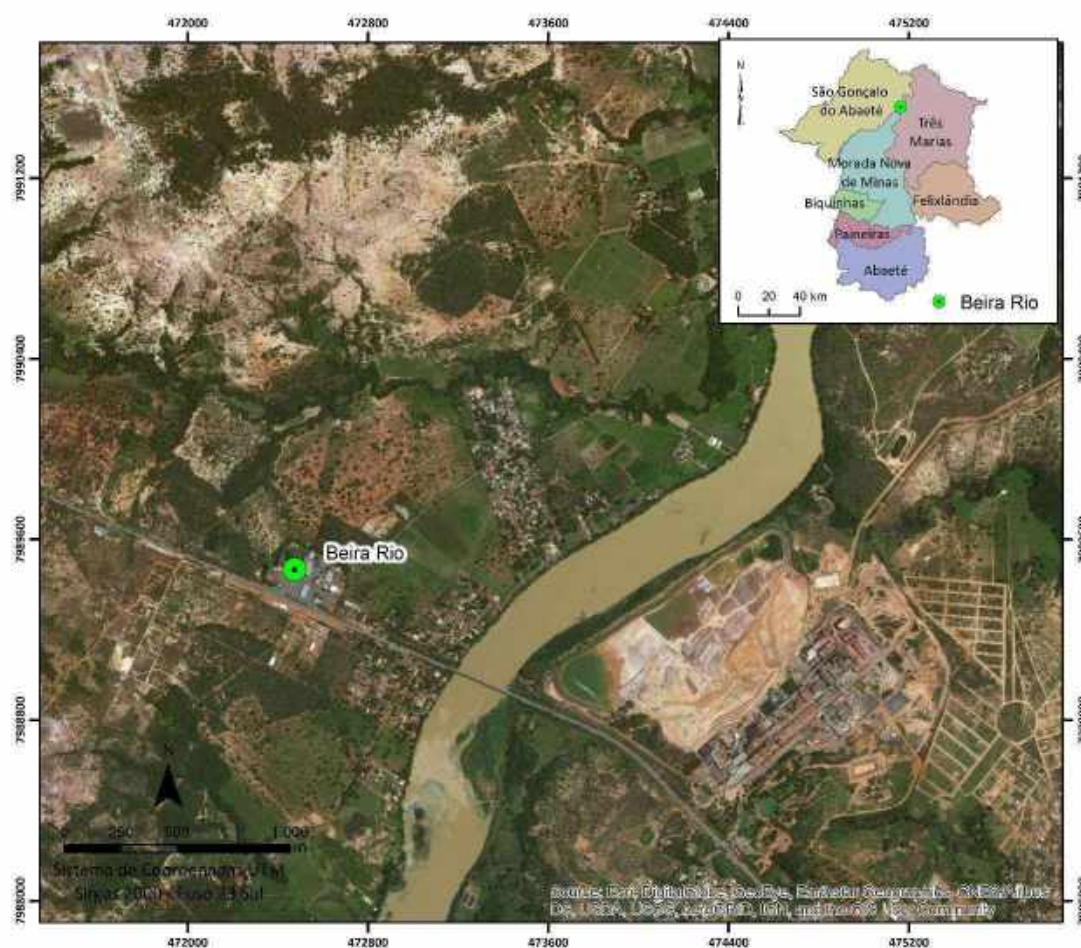
Figura 12 – Comunidade de Pontal do Abaeté



Fonte: Instituto Guaicuy, 2019



Figura 13 – Comunidade de Beira Rio



Fonte: Instituto Guaicuy, 2019

As características físicas dos territórios que as imagens e descrições apresentam, assim como as percepções iniciais aferidas nos trabalhos realizados em campo, demonstram a proximidade de todas as comunidades com a represa de Três Marias, foz do rio Paraopeba. Neste contexto é imprescindível que a construção deste plano de trabalho seja feita a partir da vivência e visões das pessoas atingidas, a partir dos seus modos de vida peculiares, que possuem a centralidade da vida ligada ao Rio, com ênfase no turismo, pesca e piscicultura. E que assim possam, eles mesmos decidirem sobre os rumos do processo de reparação dos danos causados pelo desastre provocado pelo rompimento da Barragem B-I e soterramento das barragens B-IV e B-IV-A da Minas córrego do Feijão da mineradora Vale S.A.

Além das comunidades apresentadas neste plano e mapeadas pelo Ministério Público, vê-se a necessidade de realizar busca ativa no território para identificar e caracterizar grupos populacionais que tiveram sua renda, meios de subsistência, e/ou modo de vida comprometidos, ou que tenham sofrido ou venham a sofrer qualquer tipo de dano



por fatos decorrentes do rompimento, conforme previsto no Item 1.4 do edital que deu início ao processo de escolha da Assessoria Técnica Independente.

6 PÚBLICO POTENCIAL DA ATI

Considerando a realidade das localidades da Área 5, foram realizadas estimativas domiciliares e populacionais obtidas por meio de informações geradas pela vetorização das edificações, utilizando imagem Google Earth e do Software Arcgis. Foram mapeados os topos de cada edificação identificada.

A estimativa populacional foi realizada considerando que a região abrangida pelos municípios apresenta, segundo o IBGE (2010), aproximadamente 4 habitantes por domicílio. Com isso, obteve-se, estimativa de residências e população que estão apresentados no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 – Estimativa de residências, famílias e população, por localidade

Município	Comunidades	Nº estimado de edificações/ famílias	População estimada
Felixlândia	*Felixlândia - Sede do município	-	-
	Ribeiro Manso	219	876
	Ilha do Mangabal	578	2312
	Lago dos cisnes	417	1668
	São José do Buriti	802	3208
	Náutico Tucunaré	114	456
	Náutico La Poveda	86	344
Três Marias	*Três Marias - Sede do município	-	-



	Forquilha do Cabral	61	244
Abaeté	*Abaeté - Sede do município	-	-
	Porto Melancia	5	20
Morada Nova de Minas	*Morada Nova de Minas - Sede do município	-	-
	Frei Orlando	218	872
	Represa Frei Orlando	18	72
	Vau das Flores	235	940
Paineiras	*Paineiras - Sede do município	-	-
	Poção	107	428
São Gonçalo do Abaeté	*São Gonçalo do Abaeté - Sede do município	-	-
	Morada dos Peixes	47	188
	Pontal do Abaeté	102	408
	Beira Rio	398	1592
Martinho Campos	*Martinho Campos - Sede do município	-	-
Biquinhas	*Biquinhas - Sede do município	-	-
Total de edificações nas comunidades	-	3407	13628

Fonte: Instituto Guaicuy, 2019.



Para o quantitativo dimensionado nesse momento do Plano de Trabalho para a Área 5 foi contabilizado, nesse primeiro momento, a atuação direta junto às comunidades indicadas. Dessa forma, a referência é de 3.407 famílias (13.628 pessoas) atingidas de acordo com as edificações das localidades. Esse valor pode ser alterado a depender das ações de mobilização social e de recebimento de demandas de outras comunidades e localidades ainda não incorporados ao processo de planejamento. Pode também diminuir, a contar com pessoas que são diretamente atingidas sob determinados critérios socioeconômicos, mas não se reconhecem como atingidas. Para se chegar a este número, excluíram-se da contagem as sedes dos municípios, que contam com população essencialmente urbana. Ressalta-se que não é intuito desta assessoria excluir tal população de serviços oferecidos nas sedes situadas nos mesmos, mas que serão considerados mais enquanto autorreconhecimentos específicos do que enquanto impactos coletivos mais ampliados. Por outro lado, caso se identifique aumento no quantitativo das populações atingidas será necessário recalcular o custo do Plano de Trabalho para atendimento às populações não previstas nesta estimativa.

7 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

A partir da necessidade de entendimento das especificidades de cada comunidade, e dada a distância e as condições físicas entre as mesmas, foram realizados estudos preliminares de reconhecimento da área através de Google Earth e posteriormente visitas à campo para compreender melhor as comunidades. Os acessos às comunidades foram validados em campo com o objetivo de reconhecer pontos estratégicos de apoio em cada local e identificar as melhores rotas de acesso, para, assim, elaborar um modelo de logística para o início dos trabalhos de campo com toda equipe do Instituto Guaicuy para o diálogo junto às comunidades para a elaboração do Plano de Trabalho.

O Diagnóstico Rápido Participativo

Para a elaboração do Plano de Trabalho foi desenvolvida uma pesquisa social qualitativa através do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), com base na ampla experiência acumulada pelo Instituto Guaicuy e sua equipe técnica, ao longo de seus mais de vinte anos atuando com metodologias participativas junto às populações ribeirinhas. A escolha desta abordagem se deve pelo entendimento de que um processo participativo deve proporcionar a oportunidade de os sujeitos sociais serem protagonistas da leitura de sua própria realidade.



Por meio de metodologia participativa oriunda do método Zopp⁴, utilizada no Chile pelos educadores populares, foi empregado o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), técnica reconhecida e muito utilizada no Brasil em processos de diagnóstico e planejamento rural. Segundo Souza (2009) o DRP tem origem nos trabalhos de Robert Chambers, nos Estados Unidos. Para este autor a “*metodologia prega, além da maior rapidez na obtenção de dados importantes para a promoção do desenvolvimento socioeconômico de populações rurais, a participação ativa dos beneficiários envolvidos no processo e uma multidisciplinaridade técnica*” (SOUZA, 2009, p. 35).

A metodologia foi selecionada para a elaboração do presente plano em função da sua característica de representar um processo aberto, sobre o qual é possível construir novos caminhos e técnicas, de acordo com a realidade local. O DRP, além de ser um instrumento de pesquisa, traduz e constrói-se com os elementos das culturas locais através das falas, dos desenhos, dos relatos, dos causos e das oralidades. Nessa metodologia, em contraponto à pesquisa estruturada do questionário, que para os entrevistados torna-se, na maioria das vezes invasiva e coercitiva, o DRP é bem acolhido pelas comunidades devido à linguagem lúdica que utiliza a postura dialógica e acolhedora dos entrevistadores. Assim, o DRP através de vivências, dinâmicas e trabalhos em grupo vai construindo um sistema de representações, de símbolos, em uma base de dados humanizada, a partir das representações da cultura do grupo a que pertence. Outro aspecto importante é que o DRP promove a capacidade reflexiva sobre os efeitos de vida cotidianos, capacidade de criar e recriar não somente objetivos materiais, mas também, e fundamentalmente, criar e recriar formas novas de vida, bens imateriais e de convivência social.

A participação por meio da escuta e da promoção da fala individual tem o potencial de aproximar as pessoas que se viam representadas nas falas do colega. A participação popular, nesse contexto, busca valorizar a possibilidade de trazer para o Plano de Trabalho visões de mundo que levem os sujeitos envolvidos a refletir sobre a própria prática e a definir os caminhos que desejam para a reparação integral dos danos causados pelo desastre. Alguns relatos individuais feito pelas pessoas atingidas merecem destaque. Quando perguntados “o que tinham antes do desastre”, em Três Marias e Felixlândia, por exemplo, responderam:

⁴ O *Zielorientiert Projectplanung* (ZOPP) ou método de Planejamento de Projeto Orientado por Objetivos é uma técnica de planejamento de intervenção social, criada e desenvolvida pela Sociedade Alemã de Cooperação Técnica na década de 1980 para atender à necessidade de ações mais efetivas ligadas aos fatores mais próximos às causas dos problemas, identificados por meio da escuta cuidadosa das pessoas envolvidas e beneficiadas pelos projetos sociais, como gestores, grupos beneficiários e técnicos responsáveis pela implementação, para construção conjunta de decisões.



“Um ano atrás tínhamos famílias que vinham para tomar banho na prainha de Minas; Turma de pescadores que vinha para pescar” (morador de Três Marias, 2019)

“Tinha muito peixe e tinha preço bom pra gente viver dignamente. Tinha fartura, não só de peixe, mas criação... A gente tinha a criação de leite, frango, tudo que precisava. Hoje nada tenho.” (morador de Três Marias, 2019)

“Podíamos tomar a água e pescar, comer os peixes e entrar na água com as nossas crianças. Irrigar as plantas da propriedade; tinha turistas na represa; tínhamos valor de mercado” (morador de Felixlândia, 2019).

As falas demonstram que os sentimentos de perda vão muito além da perda econômica, mas têm a ver também com formas de viver que só essas pessoas compreendem, pois se refere a vida delas, o cotidiano delas, e só com a participação delas poderemos ter a ideia de um processo de reparação integral dos danos causados pelo rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Vale S.A. Participar é tomar parte das tomadas de decisões e acompanhar os resultados obtidos de forma dialógica e emancipatória. Neste Plano de Trabalho, o diagnóstico rápido participativo pressupõe produzir conhecimento com as pessoas atingidas, a partir

de um trabalho intelectual e um trabalho político. E também um trabalho emocional porque pressupõe o inconformismo perante uma carência decorrente do carácter incompleto ou deficiente de um dado conhecimento ou de uma dada prática (SANTOS, 2008, p. 129).

O caráter insuficiente é a falta de informações pelas comunidades de todos os danos sofridos, em tudo que foram lesados e futuramente ainda serão. Há muitas incertezas vividas e expressadas pelos moradores: “[tenho] Medo da barragem; medo dos peixes serem contaminados” (morador de Morada Nova, 2019).

As técnicas do diagnóstico rápido participativo buscam valorizar o processo de obtenção de informações. É importante que este processo seja, ele mesmo, um fator de formação e discussão política no seio da comunidade atingida. Os dados devem ser utilizados, principalmente, pela própria comunidade.

Na realização dos primeiros encontros com as comunidades e pessoas atingidas da Área 5, estiveram presentes: Morada Nova: 60 pessoas; Felixlândia: 168 pessoas; Três Marias: 28 pessoas. É importante destacar que a equipe do Instituto Guaicuy fez contato por telefone e presencialmente em todas as comunidades fora das sedes, assim como disponibilizou transporte dessas localidades para os locais das reuniões, com fornecimento de alimentação. Viabilizar a participação é um dos pontos fundamentais nesse processo. A *Figura 14*, a seguir, mostra o DRP realizado Felixlândia:



Figura 14 – Reunião em Felixlândia, aplicação do DRP



Fonte: Instituto Guaicuy (2019)

Figura 15 – Reunião em Morada Nova, aplicação do DRP



Fonte: Instituto Guaicuy (2019)



A Matriz Realidade Desejo e o Rio da Reparação

A Matriz Realidade Desejo é uma vivência para coleta de dados do DRP, importante para levantar as pautas principais das pessoas atingidas pelo desastre provocado pela mineradora Vale S.A. No desenvolvimento do DRP esta técnica foi adaptada em linguagem adequada, em uma matriz na qual foi solicitado que os participantes identificassem “o que tinham” antes do rompimento da barragem, “o que temos” depois do rompimento da barragem e o “que queremos” como as expectativas para o futuro.

Posteriormente a comunidade organizou o “rio da reparação”, no qual os grupos sistematizaram fatos que poderiam vir a ser considerados e aprofundados na execução do Plano de Trabalho. Assim foram pautados de forma preliminar e democrática, os principais problemas vivenciados (impactos sofridos, realidade), assim como as possíveis alternativas para solução (desejo, o que queremos e rio da reparação). A Figura 16 mostra uma das matrizes aplicadas em Três Marias.

Figura 16 – Matriz realidade desejo e Rio da Reparação



Fonte: Instituto Guaicuy (2019)

Importante estratégia de mobilização de subjetividades, cujo processo possibilita a expressão de sentimentos e emoções reprimidas, cuidando simultaneamente de



expressões reivindicativas do coletivo e emocionais. No relato sobre “o que temos”, os moradores demonstram as incertezas que vivenciam: *“Turistas sumiram; a construção está parada; estou devendo; meus filhos sem emprego”*. *“Desvalorização imobiliária, situação de abandono dos proprietários”*. *“Hoje não tem peixe e nem turista”*. *“Os negócios ficaram ruins.”* *“Minhas faxinas diminuíram muito”*. *“A procura por aluguel de casa para temporada acabou”* *“Oficina naval vazia e situação financeira crítica”* (Moradores de Três Marias, 2019).

A reflexão sobre a realidade é primordial para o sucesso do planejamento. O papel do facilitador é de estimular a discussão de cada tema, ajudando os participantes a levantarem as principais dificuldades e potencialidades de cada área e suas possíveis soluções. A fala da moradora atingida ao ser perguntada sobre “o que querem”, é reveladora: *“A vida de volta, a vida praticamente morreu”* (moradora de Três Marias, 2019).

Essa abordagem possibilita levantar expectativas, formas e processos de como realizar a reparação dos danos, assim como levantar a história da organização sócio espacial. Moradores de Felixlândia, falam de sua expectativa: *“reparação dos danos para que possamos retornar a nossa rotina diária e não termos que ficar perguntando uns aos outros se já conseguiram vender o peixe”*. *“Poder vender peixe com segurança; volta da renda; poder pisar na água sem risco de ficar doente; beber água do poço”* (moradores de Felixlândia, 2019).

As informações e os dados coletados a partir da aplicação das metodologias apresentadas foram sistematizados, possibilitando o conhecimento preliminar dos principais problemas vivenciados por cada localidade, levando a compreender de forma inicial os impactos na vida das populações e apontando as aspirações desejadas para o futuro.

Sistematização das informações: nuvens de palavras

No processo de sistematização dos dados, as colunas da Matriz Realidade Desejos identificadas como “o que tínhamos” antes do rompimento da barragem e “o que temos” depois do rompimento da barragem geraram as pautas preliminares percebidas a partir da população local, que serviu também como subsídio para a construção do Plano de Trabalho da Área 5.



Quadro 3 – Pautas iniciais apontadas no DRP pelas pessoas atingidas

Dúvidas em relação à contaminação da água da represa	Saúde mental: tristeza, estresse, depressão angústia...	Possíveis impactos na saúde dos animais	Comprometimento de importante fonte de renda: pesca
Dúvidas em relação à contaminação dos peixes	Desestruturação familiar	Prejuízos para piscicultores, pescadores e peixeiros	Comprometimento de importante fonte de renda: turismo
Desvalorização das propriedades	Redução da qualidade de vida	Perdas econômicas e danos morais	Comprometimento de importante fonte de renda: comércio
Desvalorização do pescado da região	Relações familiares e sociais prejudicadas	Desemprego	Comprometimento de fonte de renda: cultivo/ produção de alimentos
Desvalorização da imagem da região	Sentimentos de sonhos destruídos	Não recebimento do auxílio emergencial	Comprometimento de importante fonte de renda: serviços
Insegurança em relação à qualidade da água e dos peixes	Diminuição significativa do turismo: "cidade vazia"		

Fonte: Dados sistematizados da Matriz Realidade Desejo - Instituto Guaicuy (2019)

Para demonstrar os resultados obtidos a partir do DRP, foi elaborada uma “nuvem de palavras”, que é um recurso gráfico utilizado para descrever os termos mais frequentes de um determinado texto de forma objetiva e direta. As falas e textos dos participantes na coluna “O que queremos” foram transcritos para um *software* que calculou e diagramou as palavras a partir da frequência em que apareceram. Dessa forma, o tamanho da fonte em que a palavra é apresentada está relacionado à frequência da palavra no texto: palavras mais utilizadas são desenhadas em fontes de tamanho maior. Assim é possível ter uma visão geral das colocações e dos principais anseios dos participantes.



Figura 17 - Nuvem de palavras: "O Que Queremos"



Fonte: Instituto Guaicuy (2019)

A sistematização das informações colhidas no DRP, nos apontam para pautas que subsidiam a construção do Plano de Trabalho, visto como a materialização de uma forma de entender o futuro, um prognóstico que parte de um momento histórico e espacial. Como explica o professor Marcelo Lopes de Souza:

[...] planejar sempre remete ao futuro: planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno [...] tentar simular os desdobramentos de um processo com o objetivo de melhor precaver-se dos prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios (2002, p 46).

O Plano de Trabalho é também o resultado de uma conjuntura socioespacial e foi construído em proximidade com as diferentes comunidades e realidades sociais. Mas, é importante destacar que a dinâmica socioespacial sempre é múltipla, dinâmica e complexa. As realidades das comunidades e das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem são ativas, constroem múltiplas territorialidades que se alteram a cada momento, a qualquer decisão e nas diferentes ações. Novas realidades demandam revisões do que se pensou e do que se previu, fazendo com que os planos necessitem de readequações às novas complexidades socioespaciais que foram transformadas pelos atores envolvidos. Por isso, as metodologias e ações propostas podem passar por reajustes e aperfeiçoamentos, de acordo com os desejos das comunidades atingidas. Este eventual processo de alteração será construído de forma ampla, participativa e transparente, estruturando avaliações e dinâmicas que permitam às pessoas atingidas, às instituições de justiça e à assessoria técnica perceber e propor adequações que forem necessárias.

A partir dos objetivos da assessoria técnica, das formas e métodos de trabalho do Instituto Guaicuy, das discussões e dos resultados do Diagnóstico Rápido Participativo, foram estruturados alguns conjuntos de atividades que orientam as formas de trabalho e de ações da assessoria técnica na busca pela reparação integral junto com as pessoas atingidas. Esse conjunto de atividades foi dialogado com os participantes do DRP em devolutivas referentes à estruturação do Plano de Trabalho e que apresentaram as prioridades, as ações e as formas de trabalho, discutido em reuniões realizadas nas visitas à campo (*Figura 18 e Figura 19*).

Figura 18 – Momento de aclamação do Plano de Ação em Felixlândia, em setembro de 2019



Fonte: Instituto Guaicuy (2019)



Figura 19 – Participação de moradores durante apresentação do DRP, em Morada Nova 09/11/2019



Fonte: Instituto Guaicuy (2019)

8 METODOLOGIAS E PRESSUPOSTOS CONCEITUAIS

A dimensão das perdas e dos danos gerados pelo rompimento da barragem é complexa e requer um elaborado arranjo metodológico que disponha, não apenas de metodologias técnico-científicas, mas também de pressupostos de atuação e de definição de formas de entendimento do papel da assessoria frente à realidade complexa das pessoas e comunidades atingidas.

São apresentados três agrupamentos metodológicos: a) Metodologias e pressupostos de mobilização e comunicação social, em que se apresentam as metodologias para os diálogos e as interações sociais (Núcleos Comunitários, Assembleias e Grupos Temáticos); b) Diagnóstico Familiar e Individual sobre Perda das Pessoas Atingidas – DFIPA, para entender de forma mais profunda os danos individuais e completar a geração de dados; c) Tecnologia da informação e suporte de dados, importante para o armazenamento e tratamento das informações.



Posteriormente é apresentada a Estruturação proposta das Atividades a serem desempenhadas no âmbito da Assessoria Técnica.

8.1 Metodologias e pressupostos de mobilização e comunicação social

No cenário de perdas provenientes do desastre socioambiental provocado pela mineradora Vale S.A, um dos aspectos que pressupõe a existência da assessoria técnica junto às pessoas atingidas é a mobilização social. Mobilização social é um processo de diálogo, de construção entre sujeitos,

mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados... Toda mobilização é mobilização para alguma coisa, para alcançar um objetivo pré-definido, um propósito comum, por isso é um ato de razão. Pressupõe uma convicção coletiva da relevância, um sentido de público, daquilo que convém a todos. Para que ela seja útil a uma sociedade ela tem que estar orientada para a construção de um projeto de futuro. Se o seu propósito é passageiro, converte-se em um evento, uma campanha e não em um processo de mobilização. A mobilização requer uma dedicação contínua e produz resultados diariamente. (TORO E WERNECK, 1996)

É papel da assessoria técnica mobilizar as pessoas atingidas para que se consiga convocar e dialogar com as vontades, as ansiedades, as variadas dúvidas e os questionamentos das pessoas atingidas e da sociedade. É construir, em conjunto com as pessoas atingidas, uma ação política e reivindicatória, orientada para a estruturação de um projeto coletivo e participativo na qual o atingido seja o protagonista nos processos de reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem.

O Instituto Guaicuy propõe a dedicação contínua ao processo de mobilização social, buscando fomentar a participação e o engajamento dos sujeitos. Nesse sentido, é preciso dialogar com as pessoas atingidas e promover o desenvolvimento de postura crítica e ativa, que indaga, constata, compara, avalia, valora e decide.

A mobilização social é um instrumento poderoso para o controle social e para a governança em diferentes instituições e políticas. A população, que participa do processo de formulação de uma demanda, aproxima-se das discussões referentes à complexidade do que é discutido e, ainda, passa a reconhecer as variáveis e os esforços que foram necessários para a efetivação de uma política e para a tomada de uma decisão. A mobilização social é um trajeto, um caminho importante para a proximidade e para a construção de autonomia entre os diferentes sujeitos, fomentando a participação social para a reivindicação de direitos. Perceber essa abordagem proposta pelo Instituto Guaicuy é fundamental para o reconhecimento de que a mobilização social é entendida enquanto um processo educativo, que dialoga diferentes saberes e práticas sociais.



Dialogar com os diferentes sujeitos é uma oportunidade para a compreensão das diferentes forças, conflitos e contradições que existem em uma realidade tão complexa, quanto a das pessoas atingidas. É um processo contínuo, múltiplo e de forte subjetividade, pois remete às experiências de vida e a diferentes contextos sociais. Dessa forma, a mobilização social é uma possibilidade para a construção de diferentes leituras de mundo junto ao atingido de seu papel no processo de reparação, de suas possibilidades e responsabilidades.

Construir uma leitura do mundo é perceber os processos da vida, construídos cotidianamente e que expressam tanto nas utopias, como nos limites que são impostos. Dessa forma, é uma prática essencial para a construção de autonomia, na medida em que permite ao atingido pensar a consciência de si, do meio em que se insere, instigando a mudança e a crítica.

Considera-se que a autonomia é uma conquista de pessoas e grupos a partir do entendimento de seus lugares no mundo e dos contextos em que se inserem. É justamente devido à heterogeneidade e à existência de discursos distintos, que é necessário visar a autonomia dos participantes, de forma que o diálogo seja coerentemente efetivado e possibilite a negociação de interesses. Pessoas e instituições autônomas reconhecem seus limites, suas incertezas, mas valorizam os seus diversos saberes – não necessariamente técnicos ou científicos.

O que se propõe neste Plano de Trabalho é a busca de uma autonomia que deve ser entendida como um processo de construção de sujeitos e de coletividades, traduzindo e dialogando conhecimentos, para a elaboração de possibilidades de transformação na direção do que se é pretendido e ansiado pelos grupos e pelas pessoas, com vistas à reparação integral dos danos causados pelo rompimento da barragem de rejeitos.

Para a efetivação da tradução e do diálogo de conhecimentos é necessário, durante o processo de mobilização social, o cuidado com os tempos, com os contextos e com as formas de interação entre as pessoas e seus diferentes saberes. É necessário se permitir a construção coletiva, no tempo necessário para o diálogo e para a interação.

A participação das pessoas atingidas na construção do plano de reparação e de compensação pelos danos gerados pelo rompimento da barragem é fundamento e pressuposto do Plano de Trabalho e parte do reconhecimento de diferentes saberes construídos pela prática social e pela subjetividade dos sujeitos sociais. A participação potencializada pelo processo de mobilização social tem de reconhecer as possibilidades de contribuição dessas formas de conhecimento que não correspondem diretamente aos formatos objetivos da ciência e do método positivista.



Para a efetivação da participação popular é necessária a consolidação de um movimento horizontal de diálogo entre essas diferentes formas de conhecimento. Para a efetivação do diálogo de conhecimentos é necessário, durante o processo de participação, o cuidado com os tempos, com os contextos e com as formas de interação entre as pessoas e seus diferentes saberes. É necessário se permitir a construção coletiva, no tempo necessário.

O processo de mobilização social é complexo e abrangente, sendo constituído por ações de valorização dos saberes locais, buscando evidenciar os pensamentos, as falas e os desejos das pessoas atingidas, de maneira a potencializar as trocas horizontais entre os atores, com a valorização da diversidade, da pluralidade e do reconhecimento de diferentes leituras de mundo. A mobilização social é a compreensão de que o sujeito é parte ativa do conhecimento. Isso leva ao estímulo à participação de caráter ativo, ressaltando a intenção política de promover mudanças na realidade e obter uma racionalidade que seja dialógica com relações comunitárias, os diferentes modos de vida, os modos de produção da cultura, as atividades religiosas e as relações com os territórios. A mobilização social se faz no território, nas comunidades e na proximidade com o cotidiano.

A comunicação é um importante instrumento de mobilização social e de acesso à informação. Ao mesmo tempo é uma oportunidade de reconhecer o valor das culturas tradicionais e populares, dando visibilidade às variadas práticas sociais e incorporando às ações do Instituto Guaicuy saberes transformadores que são construídos no cotidiano e nas práticas sociais.

Optou-se pela abordagem de uma comunicação focada na participação social e na construção coletiva de soluções a partir da própria visão de mundo das pessoas atingidas, mesclando pressupostos e metodologias da comunicação popular (Peruzzo, 2008) e da comunicação para a mudança social (Calderón *et al*, 2015). Na busca pela construção de narrativas que subvertem a lógica estabelecida de poder, a comunicação para a mudança social pode ser sintetizada como *“um processo de diálogo público e privado, a partir do qual as pessoas decidem quem são, quais são suas aspirações, o que necessitam e como podem administrar coletivamente para alcançar suas metas e melhorar suas vidas”* (Calderón *et al*, 2015).

A comunicação popular está profundamente ligada à transformação das estruturas de poder vigentes e tem os diferentes sujeitos sociais como protagonistas e destinatários principais do processo comunicativo, permitindo a construção de uma rica e diversificada rede de experiências que podem desencadear processos comunicacionais com o fim de



fortalecer os laços entre as pessoas atingidas e o reconhecimento entre si como interlocutores essenciais para a construção do processo de reparação.

É uma forma de pensar a comunicação a partir do estabelecimento de laços afetivos de sentimento de comunidade e no desenvolvimento da cidadania a partir dos processos comunicativos, estruturados como instrumentos para a mobilização social, o empoderamento comunitário e a ação individual e coletiva. Assim, optando pelas abordagens da comunicação para a mudança social e a comunicação popular, este Plano de Trabalho entende que a partir do convívio, da escuta e da troca constante entre a assessoria técnica e as pessoas atingidas, poderá ser potencializada a construção de uma concepção coletiva sobre a reparação integral, escrita pelas pessoas atingidas enquanto protagonistas de sua própria história.

Por outro lado, também no objetivo deste Plano, em harmonia com a expectativa determinada pela Justiça, consta a garantia ao direito à informação às pessoas atingidas. Nesse sentido, também será necessário o estabelecimento de uma equipe de Comunicação Institucional que estará, sobretudo, focada em três frentes: 1) acolhimento de denúncias, depoimentos e interpelações diretas das pessoas atingidas via canais de comunicação do Guaicuy; 2) na relação da Assessoria Técnica Independente com outros públicos (imprensa, demais ATIs, órgãos públicos, população em geral etc.); 3) na condução de treinamentos e aperfeiçoamentos necessários da própria equipe da ATI, assim como de processos de comunicação interna, contribuindo para o bem estar dos profissionais assessores e a boa execução dos trabalhos da ATI.

A comunicação com as comunidades e a comunicação institucional são estruturadas com o mesmo objetivo: garantir que a comunicação seja instrumento de fortalecimento da cidadania entre as pessoas atingidas, potencializando um mecanismo democrático de participação de todos as pessoas atingidas nos processos decisórios e, em conjunto com eles e elas, por meio da informação qualificada e dialogada nos tempos e de forma adequada às diferentes leituras de mundo dos variados sujeitos e coletividades envolvidas no processo de reparação.

É na comunidade que emerge o novo, o possível, tecido de cotidiano, de existência, de invenção da vida. Assim, a assessoria técnica deve se aproximar do cotidiano da luta das pessoas atingidas por seus direitos e fomentar espaços de encontro e interação entre as pessoas por meio de assembleias, encontros comunitários e reuniões. Esses encontros e formas de trabalho são entendidos enquanto ferramentas para a construção do diálogo e da interação entre as diferentes formas de conhecimento.



Outras ferramentas são propostas, mas sempre com a finalidade de construir proximidade e facilitar as trocas entre as pessoas atingidas e a assessoria técnica. Ferramentas como a construção de jogos, de maquetes, elaboração conjunta de cartilhas, mapeamentos sociais e oficinas, entre outros. Cada uma dessas ferramentas é entendida enquanto estratégia e plataforma para o compartilhamento de saberes e a produção coletiva de conhecimento e das lutas nos territórios.

Todas as ferramentas e construções são realizadas em conjunto com as pessoas atingidas e terão como referência a realidade social e as práticas de vida. Informações, dados, questionamentos e dúvidas são dialogados com o cotidiano, permitindo relações de aprendizagem (tanto das pessoas atingidas, quanto da assessoria técnica) significadas em proximidade a cada realidade e aos variados contextos sociais.

8.1.1 Metodologias para o diálogo e a interação social

Considerando as pessoas atingidas como protagonistas do processo de reparação, diferentes metodologias de interação e de diálogo social são possíveis. Contudo, considerando a articulação comunitária, são propostos alguns conjuntos de metodologias para o diálogo comunitário, com destaque para: troca de saberes locais; círculos de cultura; rodas de conversa; processos de diálogos e formação; reconhecimento sobre a memória social e intercâmbios entre pessoas atingidas.

A **Troca de Saberes Locais** é uma metodologia qualitativa que busca proporcionar a interação entre as pessoas, estimulando as relações de reciprocidade a partir de discussões de temáticas identificadas de modo participativo. O modelo tem o potencial, ao se pensar a atuação da assessoria e o diálogo com as pessoas atingidas, de associar a troca de saberes à lida com a terra, à alimentação tradicional, às relações com o rio, aos modos tradicionais de vida. O foco dessa metodologia participativa é a construção do saber coletivo, a partir de um conjunto de atividades que proporcionam a socialização de experiências cotidianas e a valorização dos diferentes saberes locais. Isso potencializa a autoestima positiva das pessoas atingidas em relação às suas técnicas, leituras de mundo, conhecimentos transmitidos geracionalmente e diferentes tradições locais.

A **Roda de Conversa** é uma abordagem em grupo que prioriza a relação entre os pares em torno de um tema comum. A participação é voluntária e não há pretensão de se esgotar um tema ou construir um plano de ação para atuar na temática discutida. O objetivo principal das rodas de conversa é a criação de vínculo, de espaços de discussão, de diálogo sobre os problemas, os preconceitos e as diferenças. Considera-se que as rodas de



conversas, por meio da interação, ampliam o repertório discursivo (tanto das pessoas atingidas quanto da assessoria técnica) e de conceitos importantes para o entendimento dos danos gerados pelo rompimento da barragem e das ações necessárias para a reparação integral.

A partir de temáticas identificadas pela mobilização ou demandadas pelos Núcleos, serão realizados **momentos formativos** que têm o potencial de, a partir de temáticas significativas para as diferentes realidades sociais, aproximar discursos e mediar informações para a formação das pessoas atingidas em temas considerados relevantes. Os momentos formativos podem ser desenvolvidos em diferentes formatos, decididos em conjunto com os núcleos, e podem ser das mais diversas temáticas e finalidades, por exemplo: produção de alimentos; informática e acesso à informação; técnicas de conservação do solo e modelos produtivos agrários, e outras temáticas que deverão ser articuladas de modo a potencializar o encontro, o empoderamento comunitário e a reconstrução do território.

Um fator de coesão social, de fortalecimento dos laços comunitários e de manutenção da mobilização do território é a **memória social**. Em visita às comunidades atingidas, vários foram os relatos sobre a destruição da história daqueles diferentes territórios. Um território é carregado de história e cultura, e assim não é só o limite físico que o define, mas o *território usado*, que para o geógrafo Milton Santos:

é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da existência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2007, p. 14).

Para Haesbaert (2004), territorializar pode significar controlar fluxos/redes e construir referências num espaço em movimento, no e pelo movimento. as pessoas atingidas querem controlar e reconstruir suas referências identitárias. Nessa perspectiva, os territórios que antes pareciam cristalizados e distantes, tornam-se conceitualmente permeáveis e dialógicos.

As consequências de não reconhecimento das territorialidades existentes como forma de restringir o conceito de pessoas atingidas é a fragmentação social que provoca uma série de doenças relacionadas à saúde mental, como a depressão, a baixa autoestima e o sentimento de abandono. Além disso, torna-se ainda mais complexo pensar na reparação dos danos causados pelo desastre se a memória comunitária está em processo de destruição. Para o Instituto Guaicuy, o resgate histórico é fundamental para a reconstrução da dignidade das comunidades atingidas na Área 5, principalmente, para mitigar os sofrimentos mentais causados na região. É também fundamental para



compreender as perdas imateriais da comunidade no intuito de reparar integralmente o dano.

Conquanto complementar à análise específica, é necessário o entendimento cultural e social que alicerceie a compreensão das perdas em comunidade. Um trabalho de reconhecimento, manutenção e valorização da memória comunitária dos atingidos será realizado junto às comunidades. Propõe-se uma leitura das Multiterritorialidades e da Memória Sociocultural através do aprofundamento do **Diagnóstico Rural Participativo (DRP)** com recolhimento de técnicas diferenciadas como história oral, das imagens antigas e da elaboração de cartilhas e vídeos sobre os modos de vida das pessoas, incluindo das comunidades tradicionais. Os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização serão os conceitos que balizarão as metodologias para a produção da matriz de danos das comunidades atingidas na Área 5.

Para enfrentar tal desafio, são propostas ações que potencializem a reconstrução da memória das comunidades, contando com a participação constantes dos moradores. A divisão territorial seguirá a dos Núcleos Comunitários, pois a memória social é uma maneira de fortalecer laços e demonstrar a identidade quanto território. Ela também é uma ferramenta importante por reconhecer que o sujeito está inserido em comunidade, que possui história e que, para continuá-la, são necessárias a interação social e a valorização da comunidade, contemplando seus ritos, suas práticas, suas atividades culturais e históricas são também construídas em proximidade com o rio. Prevê-se para a construção dessa memória o aprofundamento do Diagnóstico Rápido Participativo, assim como a produção de cartilha e de um plano final de reterritorialização, que será trabalhado na Matriz de Danos.

O DRP servirá ainda como um instrumento norteador do desenvolvimento do Plano de Trabalho, uma vez que visa levantar dados junto à comunidade, de forma a alcançar as premissas participativas necessárias ao envolvimento dos atingidos. Entende-se dessa forma que acompanhará todo o plano desde o seu início, por meio de atividades que ocorrerão desde o semestre inicial. Dentre as atividades previstas encontram-se as reuniões iniciais com as comissões de atingidos, a sensibilização e capacitação das comunidades atingidas para o desenvolvimento do DRP e o nivelamento das informações levantadas, auxiliando na formação e consolidação dos núcleos comunitários.

Os seis primeiros meses serão primordiais para a estruturação do trabalho, uma vez que as temáticas a serem desenvolvidas serão baseadas nas premissas e levantamentos iniciais do DRP, validadas pela comunidade. Destaca-se que este estudo possibilitará subsidiar a criação de novos critérios para o pagamento emergencial, assim como detectar



problemas neste quesito, de forma rápida e participativa. Esta coleta de dados pode ainda subsidiar temáticas e apontamentos para o desenvolvimento do trabalho a se realizar pelo Comitê Técnico Científico CTC, que poderá aprofundar, ou mesmo levantar temáticas de acordo com resultados encontrados pelo DRP.

O **intercâmbio entre as pessoas atingidas** serve para integrar o território e estabelecer um elo entre as pessoas pelo reconhecimento de que o Rio Paraopeba é um eixo integrador da paisagem e das diferentes práticas sociais. O intercâmbio possibilita conhecer as diferentes realidades da bacia do Rio Paraopeba, sendo um momento que propicia às comunidades a oportunidade de refletir sobre a riqueza histórico-cultural da bacia e que evidencia o rio como o laço que une os diferentes modos de vida. Considera-se que os intercâmbios materializam a mobilização e o engajamento da sociedade e das pessoas atingidas em torno do rio, um momento que pode ser considerado de celebração e oportuno para demonstrar os resultados alcançados pelos moradores no caminho da reparação integral.

Esses diferentes pressupostos metodológicos e ferramentas de diálogo são instrumentais para as ações de mobilização e de comunicação social. Como forma de melhor permitir o diálogo e a interação intracomunitária e entre as diferentes comunidades e pessoas atingidas é proposta a organização duas instâncias de atuação direta de uma estrutura de nucleação e de realização de Assembleias para as tomadas de decisão, garantindo a diversidade social e as particularidades dos territórios.

8.1.2 Núcleos comunitários

Uma das primeiras ações a ser realizada pelo Instituto Guaicuy é a constituição de núcleos comunitários. Eles serão os eixos de organização e de participação das pessoas atingidas em todo o processo de reparação, tendo como expectativa serem duradouros, continuando sua atuação mesmo após a finalização dos trabalhos da assessoria técnica na região.

O Instituto Guaicuy e o Projeto Manuelzão têm um histórico de formação de núcleos para o debate de políticas públicas a partir das águas, são os Núcleos Manuelzão, inseridos na bacia do Rio das Velhas e que associam representantes da sociedade civil, do poder público e dos usuários de água no debate político e público das águas nas vidas das pessoas. A proposta da nucleação é uma ferramenta para viabilizar o diálogo entre as pessoas atingidas, com a participação contínua da assessoria técnica, no processo de



planejamento, avaliação das ações e resultados e construção de um processo de reparação inclusivo, participativo e democrático.

A formação dos núcleos se dará por meio de instrumentos de participação popular, associando instâncias já legitimadas nos territórios com a possibilidade da participação de pessoas que tenham interesse em se envolver no processo, respeitando a organização das famílias locais. Considerando a realidade social de cada localidade, as dinâmicas de trabalho, e a percepção territorial da equipe em campo, o Instituto Guaicuy estimou que a estruturação inicial de 24 núcleos na Área 5 pode ser suficiente para a mobilização social e a efetividade das ações propostas. É importante destacar que pela própria dinâmica da mobilização social e comunitária, novos núcleos podem ser necessários a partir de demanda social, situação em que será preciso a readequação do plano.

Quadro 4 - Proposta de formação de Núcleos comunitários

NÚCLEOS COMUNITÁRIOS	
Localidade	Número de Núcleos
Felixlândia (sede)	1
Ribeiro Manso	2
Ilha do Mangabal	2
Lago do Cisne	1
Lagoa do Meio	1
São José do Buriti	3
Náutico Tucunaré / La povedas	1
Três Marias (sede) / Forquilha do Cabral	2
São Gonçalo do Abaeté (sede)	1
Morada dos peixes / Pontal do Abaeté / Beira-rio	2
Morada Nova de Minas (sede)	1
Biquinhas (sede)	1
Marinho Campos (sede)	1
Paineiras (sede)	1
Frei Orlando	1
Abaeté (sede)	1
Vau das Flores (sede)	1
Represa Frei Orlando / Poção / Porto Novo / Porto Melancia / áreas rurais	1
Total	24

Levando em consideração a estrutura citada, serão convidados a participar diferentes grupos sociais, como as associações de moradores, as comissões de atingidos, entidades religiosas, representantes do setor empresarial (comércio, serviços, turismo,



agricultura e outros), escolas, professores e estudantes que terão acompanhamento e apoio por parte da assessoria técnica.

A participação é voluntária e será fomentada por meio de ações de mobilização social. A divisão territorial de abrangência e forma de trabalho será discutida com cada núcleo, de forma a garantir a diversidade de entendimentos territoriais e de representações, permitindo uma maior diversidade e articulação entre os múltiplos territórios de ação da assessoria técnica.

Os núcleos comunitários serão formados nos primeiros seis meses de atuação da assessoria técnica e serão fomentados a atuarem durante os 17 meses restantes de trabalho da assessoria. Serão publicados relatórios apresentando todos os encontros, registros e considerações sobre a atuação dos núcleos. Estão previstos uma equipe multidisciplinar de técnicos de campo mobilizadores, compostas por profissionais com perfil de comunicadores populares, advogados populares, ciências humanas e agronomia.

8.1.2.1 Mapeamento dos territórios

Agir em determinado território demanda se preparar para obter conhecimento profundo de suas características, redes de relações e espaços de circulação. A busca por informações que se traduzem como peças fundamentais para proposição de ações efetivas, e que busque dialogar com as demandas reais de cada localidade. Os territórios não são necessariamente estáticos em uma área, e sim dinâmicos e construídos a partir das relações entre os indivíduos e os grupos sociais, e suas territorialidades são definidas por essa interação (Machado, 2014). Conforme a autora, as territorialidades, além de incorporarem as vertentes políticas do território, também trazem relações econômicas e culturais, uma vez que representam o modo como os grupos sociais utilizam suas terras e a forma que se organizam.

Realizar o mapeamento dos territórios na Área 5 servirá para orientar a formação dos Núcleos Comunitários. No sentido estrito da palavra, mapear significa rastrear, realizar um rastreamento. Será preciso rastrear as unidades familiares para que se possa propor o mapeamento dos núcleos comunitários com os quais serão dialogados os processos de entendimento dos danos. A etapa contará com trabalho de campo a ser realizado em todas as comunidades que compõe a Área 5, e tem por objetivo validar informações já levantadas e coletar e validar novas informações a serem acrescentadas nos levantamentos já realizados para a elaboração do Plano de Trabalho. Será preciso identificar as unidades familiares para que se possa propor o mapeamento dos Núcleos Comunitários com os quais



serão dialogados os processos de entendimento dos danos. Esta etapa de mapeamento precederá a etapa em que os mobilizadores entrarão em campo para atuarem na formação dos Núcleos Comunitários, e será realizada com a participação dos mesmos, o que permitirá que entrem em campo dotados do conhecimento do território a ser trabalhado e aprofundado durante a atuação da assessoria técnica.

8.1.3 Assembleias

As assembleias são instâncias de decisão amplamente conhecidas e que tem por definição ampliar a participação direta nas decisões fundamentais nas quais o sujeito deva ser protagonista. As assembleias são grandes encontros, realizado entre os atingidos e contemplando a totalidade de núcleos e comunidades.

Assuntos de grande relevância e de impacto regional em todas as comunidades não podem ser decididos por cada núcleo comunitário, pois, o resultado impacta na vida de todos. Nesses casos, serão convocadas assembleias para discutir as particularidades e as necessidades de decisão. Como instância de decisão as assembleias discutem e deliberam sobre questões comuns a todas as pessoas atingidas, como: definição e critérios do pagamento emergencial; composição e estruturação da matriz de danos; estratégias de atuação comunitária em conjunto com a assessoria técnica; diálogos e composição da matriz de reparação.

Considerando a pluralidade de pautas e a complexidade das discussões propostas é considerada importante, para a melhor organização das atividades das assembleias a formação de grupos temáticos que são consultivos e propositivos para a assembleia e sua tomada de decisão.

8.1.4 Grupos Temáticos

Para ampliar a participação popular, não sobrecarregar as discussões em momento de assembleia e engajar mais pessoas no processo de reparação, o Instituto Guaicuy utilizará da metodologia de grupos temáticos para tratar dos instrumentos de trabalho, bem como subsidiando áreas temáticas por meio de levantamento qualitativos das condições de saúde, a proteção social e qualidade de vida, o meio ambiente e os demais aspectos locais. Isso se deve a complexidade do trabalho e a dificuldade em se entender a real dimensão dos danos decorrentes do desastre enfrentados na Área 5, tornando-se notória a necessidade da multidisciplinaridade e da participação direta das pessoas atingidas.



A criação dos grupos temáticos parte da necessidade de se discutir assuntos relevantes, propostas e informações geradas no âmbito do processo de reparação, de forma a investigar a realidade local refletindo nos instrumentos de trabalho do Guaicuy as verdadeiras demandas das pessoas atingidas. Portanto, como metodologia de consulta e deliberação, os grupos se constituem em torno de um tema de trabalho com cronograma de início e fim determinados, tendo como resultado a consolidação do instrumento ou do conceito que será foco de discussão para a assembleia com todas as pessoas atingidas.

Considerando as perspectivas e particularidades dos grupos temáticos, são propostos momentos formativos e de diálogo com especialistas e técnicos de cada área temática, fomentando o reconhecimento de outras experiências, vivências e práticas. O grupo temático é criado a partir de uma demanda e uma chamada pública de participação é amplamente divulgada para os núcleos comunitários. Após a inscrição dos interessados, uma primeira reunião acontece na qual é escolhido o coordenador do grupo. Ele será o responsável por orientar as ações, relatar o andamento das reuniões e demandar ao Instituto quais as necessidades do grupo. Um profissional do Instituto Guaicuy acompanhará as atividades e será o eixo de interlocução com o restante da equipe da assessoria técnica. Para cada grupo efetivado será gerado como produto um relatório temático final e listas de presença dos participantes.

8.2 Diagnóstico familiar e individual sobre perda das pessoas atingidas - DFIPA

Um dos itens considerados fundamentais no processo de entendimento das perdas em decorrência do rompimento da barragem é o conhecimento em profundidade das diferentes práticas sociais que foram alteradas com o desastre. Diferentes níveis de informação são essenciais para a construção de múltiplas dimensões do dano e seu impacto na vida das pessoas atingidas. Essas informações são necessárias para a estruturação de um processo célere e justo de reparação integral.

Para isso, cada família que de alguma forma foi afetada deve ser ouvida com atenção e com cuidado, garantindo a oportunidade de mostrar de quais formas o rompimento da barragem impactou as suas dinâmicas de vida. O instrumento utilizado para adquirir e sistematizar informações, de forma a reconhecer importantes demandas e necessidades das pessoas atingidas, será o Diagnóstico Familiar e Individual sobre Perda das pessoas Atingidas (DFIPA). Vale considerar que ao contrário do território 4, onde a totalidade de determinadas comunidades serão ativamente atingidas, no território 5 temos um enquadramento mais referente ao autorreconhecimento. Isto posto, a análise da



totalidade seria inviável no atual momento dada a diminuição de recursos para a execução do Plano. Do mesmo modo, a área total é muito grande, e um aspecto censitário seria inviável financeiramente. Ao invés disso, serão realizados dois modelos de abordagem: (1) censitário em pequenas comunidades com alto nível de impacto; e (2) postos de atendimento onde famílias com autorreconhecimento de atingidos poderão demandar por um diagnóstico familiar.

O DFIPA tem por objetivo identificar e registrar dados sobre a população do território, delineando características sociais, econômicas, culturais e de relação com o meio ambiente. Este processo deve ser construído em uma relação transversal com as demais atividades e de modo dialógico com as comunidades e com os núcleos comunitários. Os instrumentos de coleta de dados do DFIPA serão construídos por meio de metodologias participativas, DRP, o que garantirá a inserções pertinentes à comunidade e sua validação pelos atingidos.

A aplicação do DFIPA irá atender as pessoas mobilizadas e envolvidas no processo de trabalho da assessoria técnica, de forma a sistematizar as primeiras leituras sobre os danos percebidos pelas unidades familiares, e também oportunizar uma leitura de como esses diferentes danos se manifestam no contexto regional da Área 5.

Essa etapa é essencial para a caracterização de tipologias e formas com que as diferentes pessoas e comunidades foram atingidas pelo rompimento da barragem. Como “tipologia”, apreende-se o entendimento da família no que possa ter sido atingida em sua forma de reprodução da vida rotineira através de redes de trocas, produção de alimentos, pesca, perda de trabalhos terceirizados ou diretos em empresas, prestações de serviço, etc. Assim, o DFIPA tem a finalidade de entender de forma mais profunda e qualificadas as múltiplas dimensões do dano, a partir da realidade de cada núcleo familiar. Essa etapa pode ser dividida em mais de um encontro, a ser definido de acordo com as construções e proposições elaboradas em conjunto com a participação social e os núcleos comunitários.

A coleta de dados para o DFIPA será realizada por assessoria especializada e o tratamento das informações serão realizadas pela equipe técnica do Instituto Guaicuy.

8.3 Tecnologia da Informação: Suporte de dados

O suporte de dados e tecnologia da informação terá como base a segurança dos dados, a gestão da informação e a estrutura dos dados coletados, de forma a propiciar um banco de dados seguro e eficiente que possibilite o repensar dos métodos e as técnicas utilizadas. Esse banco de dados armazenará e organizará, com segurança, os diferentes



dados produzidos em todas as atividades da Assessoria, incluindo os dados do DFIPA, as análises realizadas em cada área temática, os dados secundários produzidos, os dados de gestão do projeto, entre outros.

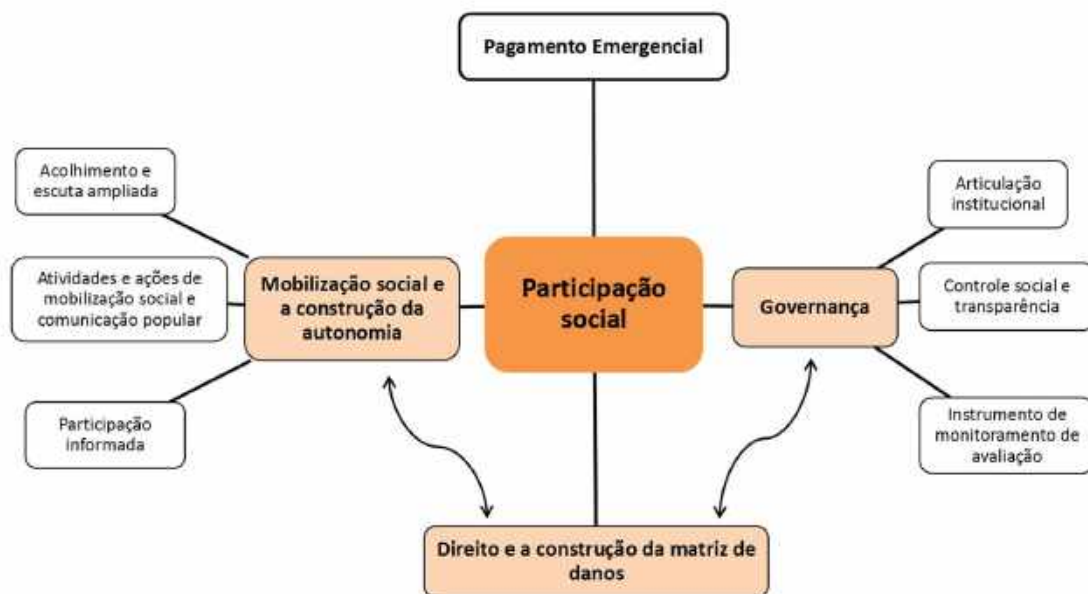
Os diversos dados produzidos por todas as áreas serão transformados em informações a partir de uma articulação entre monitoramento e avaliação com a execução de uma estrutura de dados relacionais articulados a partir de análises de requisitos constantes a partir das necessidades apontadas no decorrer de todo o projeto. Isso permitirá a utilização segura e estratégica das informações disponibilizadas nas diferentes atividades. Importante destacar dois elementos no processo de coleta de dados e relações com as comunidades. É imperativo que os dados sejam administrados com sigilo e segurança, resguardando a privacidade das famílias e indivíduos e garantindo o acesso à informação integral sempre que demandado pelas pessoas atingidas ou pelas instituições de justiça.

8.4 Estruturação proposta das atividades

Para entendimento inicial dos trabalhos a serem desenvolvidos – com vistas à assessoria técnica independente às pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Vale S.A. – foi estruturado um raciocínio organizacional. O escopo do trabalho parte do princípio de ações interdisciplinares, tendo como eixo central a ativa participação das pessoas e comunidades atingidas em todo processo de construção de reparação dos danos causados pelo desastre socioambiental.



Figura 20 – Esquema do raciocínio básico do Plano de Trabalho



As ações do plano de trabalho são estruturadas em quatro momentos complementares: 1) Estruturação de trabalho, análises iniciais e Pagamento Emergencial; 2) Mobilização social e a construção da autonomia; 3) Governança e 4) O Direito e a construção da matriz de danos.

As atividades e ações da assessoria técnica acontecerão muitas vezes de forma simultânea e contemplando mais de um momento de trabalho, contudo, marcam as prioridades de construção de cada momento de atuação.

A estruturação de trabalho, análises iniciais e pagamento emergencial é a primeira etapa de atuação, sendo que engloba necessidades de mobilização de equipe, implantação de estruturas e ações de diagnóstico social, principalmente com formação dos núcleos comunitários, com a finalidade inicial de construção de novos critério para o Pagamento Emergencial e conseqüente ampliação das estruturas de diálogo e acompanhamento social, acolhimento das pessoas atingidas e de sistematização de dados e análises a partir de dados secundários e primários.

A Mobilização social e a construção da autonomia pressupõem os diálogos para a construção da matriz de danos, sendo uma etapa de interação extensiva sobre os danos coletivos e familiares gerados para as diferentes pessoas e comunidades. Prevê-se acolhimento e diligência; atividades de mobilização social e comunicação popular; e a participação informada.



A **Governança** prevê a ampliação dos diálogos através do Controle social e Transparência; dos Instrumentos de Monitoramento e Avaliação; e da potencialização da Articulação Institucional e dos diálogos com o CTC e com a Ré.

A última etapa do plano de trabalho é referente ao Direito e a construção da Matriz de Danos, em que é primordial o **acompanhamento técnico e jurídico** do processo de entendimento dos danos, construídos de forma participativa.

A seguir são apresentados esses conjuntos de ações e atividades que operacionalizam o plano de trabalho, atendendo às demandas e aos objetivos propostos.

9 PAGAMENTO EMERGENCIAL PARA TODAS AS PESSOAS ATINGIDAS

O desastre ocorrido em Brumadinho/MG em decorrência do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Vale S.A., precedido do desastre que ocorreu em Mariana/MG, também em decorrência de rompimento de barragem de rejeito de minério, demandaram a construção de novas reflexões, conceitos e práticas no âmbito dos direitos humanos, sociais e ambientais, dado à extensão dos danos socioambientais, econômicos, humanos e imateriais promovidos em tão curto espaço de tempo em uma mesma região, Minas Gerais. Trata-se de reincidência de práticas empresariais lesivas ao país e seu povo, especialmente para os mais desfavorecidos econômica e socialmente. Pode-se dizer que as medidas de reparação ainda estão em discussão e deve-se, portanto, perseguir à justiça para as pessoas atingidas.

É fato que, dado à complexidade e a multiplicidade dos impactos, suas extensões e alcance ainda não foram mensurados e qualificados em todos os seus aspectos, entretanto medidas paliativas, ainda que insuficientes, vem sendo realizadas, mas elas precisam ir além do epicentro do desastre, incorporando os territórios e pessoas atingidas em toda a complexidade e multiplicidade de formas de danos, ao longo de toda a extensão do Rio Paraopeba e São Francisco. A lama devastou territórios e vidas não apenas no epicentro do desastre, mas ao longo da bacia prejudicou a todos, afetando o uso da água em sua unidade produtiva, e também, as redes de sociabilidade: esporte, lazer, turismo, vizinhança, amigos, parentes, abastecimento de água para consumo, luz, acesso de estradas, modos de vida, etc.

As demandas e necessidades das populações atingidas precisam ser entendidas sob uma ótica nova e não ortodoxa, com métodos sociais e jurídicos que sejam inovadores ao mesmo tempo que permitam ação com participação e diálogo. A experiência de operadores do direito no acompanhamento das pessoas atingidas pelo desastre ocorrido



em Mariana joga luz sobre a importância de práticas “reinventadas”, que privilegiem o território, mas não desvia dos processos de desterritorialização impostos às pessoas atingidas, para não revitimizá-los mais ainda, ao contrário, transita entre o território e aquilo que não tem mais lugar (uma casa, um quintal, uma escola), que não seja na subjetividade das pessoas que tudo perderam.

Ressalta a centralidade do testemunho das pessoas atingidas e não (somente) das provas documentais, pois as questões sociais devem ocupar destaque, avançando sobre o escopo de demandas puramente patrimoniais. (CAMPOS E SOBRAL, 2018). Essa incorporação do novo, do informal, do (ainda) imponderável e imensurável, da valorização do testemunho e da palavra das pessoas atingidas devem orientar uma prática/procedimentos não ortodoxos como pressuposto para a discussão da reivindicação do Pagamento Emergencial⁵ para todos as pessoas atingidas.

Uma das medidas paliativas acordada entre o Estado e a empresa Vale S.A é o Pagamento Emergencial, que abrangeu todos os municípios de Brumadinho, incluindo todas as pessoas atingidas e também as de alto nível socioeconômico, com imóveis em condomínios fechados de luxo. Para as pessoas atingidas dos demais territórios ao longo do Rio Paraopeba, o critério de elegibilidade adotado considera a comprovação de residência a mil metros da calha do Rio. Contudo, para as populações localizadas na Área 5, no entorno da represa de Três Marias nenhuma pessoa atingida recebeu o Pagamento Emergencial.

São diversas as práticas sistemáticas de assédio moral que questionam, desqualificam, silenciam e rejeitam as reivindicações dos atingidos, fazendo emergir a disputa travada nos territórios, onde se colocam de lado as pessoas atingidas, que se encontram para além do epicentro do desastre, que lutam para fazer valer princípios constitucionais como a prevalência dos direitos humanos e de solução pacífica dos conflitos (BRASIL, 1988) e garantia de reparação, indenizações pelos danos decorrentes do desastre.

É compreensível a emergência e a visibilidade dispensadas ao município de Brumadinho, entretanto, um desastre socioambiental da proporção do ocorrido, cujos impactos afetam um número de pessoas e comunidades ainda não identificadas e mensuradas demanda envidar esforços coletivos institucionais e políticos para que nenhum território e pessoas atingidas fiquem de fora dos processos de reparação.

⁵ Pagamento Emergencial: no caso do desastre de Brumadinho refere-se ao pagamento, em dinheiro, às pessoas atingidas. Adultos recebem um salário mínimo, adolescente meio salário mínimo e criança um quarto do salário mínimo, por um período de 12 meses, extensivo por mais 10 meses (Ata da Audiência Pública realizada em 28/11/2019, na Comarca de Belo Horizonte).).



O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH, 2010, p. 30), em seu Relatório Final⁶ considera pessoas atingidas, como

Proprietários e não proprietários, pequenos meeiros, parceiros, posseiros (de terras públicas ou privadas), empregados, autônomos, trabalhadores informais, pequenos empresários e outros poderão ser considerados atingidos. A ausência de título legal de propriedade, de vínculo legal de emprego ou de formalização da ocupação ou atividade não será tomada como critério para excluir grupos, comunidades, famílias ou indivíduos do adequado reconhecimento como atingido.

Com base nesse pressuposto, a Assessoria atuará na Área 5, com vistas a promover não somente a mobilização e participação social, mas também identificar e incluir “grupos, comunidades e famílias ou indivíduos” que não receberam o Pagamento Emergencial e que deveriam ser contemplados, vistos os prejuízos e danos gerados pelo rompimento da barragem.

A presença em campo, os relatos das pessoas atingidas, assim como os estudos sobre o tema nos faz considerar que o critério definido em acordo entre as partes, até o momento, mostra-se inadequado (CAMPOS E SOBRAL, 2018) por desconsiderar as singularidades territoriais, as cadeias produtivas, os modos de vida e culturas das pessoas atingidas, cujo contexto de comunidades rurais e de pescadores, entre outros – fogem das padronizações hegemônicas e tradicionais, que invisibiliza modos de vida e de produção singulares e específicos.

As populações da Área 5 já sofrem com a percepção e a imagem de que os peixes da região estejam contaminados. Nas reuniões realizadas em Felixlândia e Três Marias, os participantes relataram: “é preciso divulgar que nosso peixe não está contaminado, pois o preço do pescado caiu devido a essa tragédia.” “Não pesco mais, pois as pessoas não compram, meu freezer está cheio de peixe”. “Perdi minha renda e meu trabalho.” “Não faço mais faxina, os turistas sumiram porque acham que o lago está contaminado”.

Por um lado, a empresa Vale S.A. não fornece o Pagamento Emergencial para as comunidades e pessoas atingidas da Área 5, por outro o preconceito com os produtos advindos da região impedem que os peixes sejam vendidos como antes, impactando diretamente uma extensa cadeia produtiva.

Entende-se, que o Pagamento Emergencial consiste em repasse financeiro a pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, assim como insegurança alimentar, iniquidades de gênero e étnico/raciais, extrema pobreza, alto risco para suprir

⁶ Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH). Comissão Especial “Atingido por barragens”, 2010.



necessidades básicas da vida cotidiana, entre outros, e pessoas que, pela redução de recurso na região, correm risco de entrar em uma situação de vulnerabilidade.

Desta forma, os critérios utilizados pela Vale S.A., empresa violadora dos direitos mais básicos das populações da bacia do Rio Paraopeba, é restritivo e não garante objetividade. Assim, também, viola outras séries de direitos de grupos sociais que foram excluídos por não terem sido qualificados como elegíveis de reparação.

Constata-se ser de fundamental importância reconhecer a condição de “pessoas atingidas”⁷ como aquelas que sofrem os efeitos provocados por empreendimentos econômicos, reforçando o sentimento de pertencimento a um campo de luta por direitos, e legitimado enquanto categoria de grupo, como por exemplo acontece ao integrar-se ao Movimento de Atingidos por Barragens (MAB). Torna-se, portanto, essencial compreender as dimensões dessa categoria para além dos limites impostos pelas empresas violadoras de direitos.

Entende-se que tais empresas buscam limitar o entendimento do conceito para reduzir tanto o pagamento das indenizações quanto o Pagamento do Emergencial. Como um conceito em disputa, a noção de pessoas atingidas diz respeito, de fato, ao reconhecimento, legitimação, de direitos e de seus detentores. De acordo com Vainer, a definição que *“estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por certo empreendimento significa reconhecer como legítimo - e em alguns casos como legal - seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária”* (VAINER, 2008, p.40). Quando a determinação do critério se esquece dos sujeitos em suas relações com o meio, tanto ambiental, quanto social e econômica, e não estabelece um critério baseado na pessoa atingida e sim em uma dada extensão de território, tal estratégia deixa para trás grupos populacionais vulnerabilizados e em riscos sociais e pessoais.

O não fornecimento do Pagamento Emergencial para as pessoas atingidas na Área 5 está equivocado, pois foram alterados a imagem dos recursos disponíveis para suas atividades produtivas. Devem ser considerados os efeitos provocados à jusante em toda sua extensão. Carlos Vainer ressalta que *“A restrição ou perda do potencial pesqueiro, mudanças do regime hídrico, efeitos sobre a navegação e comunicação, perda ou redução dos recursos para agricultura de vazante ou outras formas de exploração das várzeas”*, assim como todas as interferências devem ser reparadas, e o Pagamento Emergencial é o primeiro momento dessa reparação. Assim como deverá ser considerada a dimensão

⁷ O Instituto Guaicuy, assim como outros grupos opta por utilizar a expressão “pessoas atingidas”, como forma de ampliar o alcance de gêneros também pela linguagem.



temporal dos impactos, de modo a incorporar o caráter essencialmente dinâmico dos processos sociais, econômicos, políticos e ambientais.

Neste contexto é preciso entender o empreendimento, e neste caso o desastre provocado pelo rompimento da barragem de rejeitos da mineradora, como provocador de mudanças cotidianas na vida de pessoas e comunidades inteiras. Assim, compreende-se que é importante *“entender a natureza do processo social deflagrado pelo empreendimento, processo simultaneamente econômico, político, cultural e ambiental. Trata-se, com efeito, de um processo de mudança social que interfere com várias dimensões e escalas, espaciais e temporais”* (VAINER, 2008, p 41).

Junte-se a esses argumentos os conceitos trazidos por Wanderley no Dicionário Crítico da Mineração, em que traz várias categorias, entre elas aqueles Economicamente afetados, que são indivíduos que perderam ou tiveram reduzidas suas fontes de alimento, renda e matéria-prima necessárias para manutenção do modo de vida, por meio de interrupção ou eliminação dos meios de geração de renda ou de subsistência, como: áreas de coleta, terrenos agrícolas ou áreas de pesca; comerciantes que perderam mercado consumidor; trabalhadores que perderam o emprego; ou ainda, os indivíduos que se tornam dependentes de projetos sociais ou indenizações das empresas, perdendo sua capacidade de auto-produção e de autonomia. E as pessoas atingidas socialmente, que são aqueles que sofreram com as especulações sobre a terra, a comida e outros produtos; impactados pela degradação da vida na cidade e no campo ou pela fragmentação social das comunidades; desempregados e grupos excluídos, em atividades e áreas de risco ou desassistidos pelo Estado e pela empresa; indivíduos prejudicados pelo encerramento da exploração mineral (ou de outras fases do empreendimento) e pelos passivos deixados.

À luz de tais entendimentos, considera-se para efeito desses estudos as condições já citadas das comunidades e o acordo celebrado, em audiência realizada em 28 de novembro, na 6ª Vara da Fazenda Pública Estadual e Autarquias, em Belo Horizonte (MG), a saber: a) Vale assegura a continuidade do pagamento mensal emergencial por mais 10 meses, a partir de 25 de janeiro de 2020; b) o acordo permitirá também que o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), a Defensoria Pública Federal (DPU) e o Estado de Minas Gerais requeiram a inclusão de comunidades específicas não contempladas nos critérios acima e ainda aquelas contempladas que não receberam nenhum tipo de Pagamento Emergencial desde o rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Vale S.A.

Isto posto, busca-se argumentar que o Pagamento Emergencial pode ser uma estratégia para minimizar danos, a ser adotada para as pessoas atingidas pelo desastre



provocado pelo rompimento da barragem de rejeito de minério da empresa Vale S.A, até que a reparação integral seja garantida.

Após as visitas preliminares a campo e o Diagnóstico Rápido Participativo realizado nas comunidades atingidas, fica evidente que os critérios para o recebimento do Pagamento Emergencial não podem ser pensados de maneira linear e positivista. Qualquer conceito – no caso o de Pagamento Emergencial – e/ou saber está inacabado e condicionado a interesses e ideologias, portanto as Instituições de Justiça devem buscar meios de fazê-lo em processo constituinte que englobe os interesses das pessoas e comunidades atingidas.

Qualquer conceito – no caso o Pagamento Emergencial – e/ou saber está inacabado e condicionado a interesses e ideologias, portanto o Ministério Público de MG deve buscar meios de fazê-lo em processo constituinte que englobem os interesses das pessoas e comunidades atingidas.

Os critérios para acesso ao Pagamento Emergencial foram elaborados sem a participação das pessoas atingidas, e devem ser passíveis de reformulações/ampliações, fazendo valer o saber e as necessidades (reivindicações e proposições) das pessoas e comunidades atingidas. A Assessoria Técnica Independente Guaicuy trabalhará, junto às pessoas atingidas, na problematização e na garantia da participação na elaboração de critérios, com vistas à inserção do direito ao Pagamento Emergencial das pessoas atingidas na Área 5.

A Assessoria propõe estratégias para dar visibilidade/identificar às pessoas atingidas, considerando situações de vulnerabilidade, de condições familiares, de renda, sanitárias e fundiárias. Para tanto, a proposta de trabalho da ATI em relação ao Pagamento Emergencial consiste em conjuntos de ações e atividades, que serão realizadas de forma concomitante nos primeiros seis meses de atuação da Assessoria em campo, sendo eles: 1) definição de novos critérios para o recebimento do Pagamento Emergencial através de metodologias participativas; 2) Dimensionamento preliminar de danos nas economias e sistemas produtivos da Área 5.

O trabalho de participação social compreende todas as etapas da assessoria técnica. Não existe possibilidade de dar voz e garantir a escuta reivindicativa dos atingidos que não seja com metodologias humanizadas dialógicas. O conhecimento da equipe de assessoria com as comunidades iniciou-se através de vivências do Diagnóstico Participativo. Esta etapa foi fundamental para elaboração do Plano de Ação desejado pelas comunidades.



Na construção do plano de trabalho identificou-se constante narrativas que falavam do Emergencial e de formas desiguais de tratamento dado pela Vale às pessoas e comunidades atingidas. O emergencial tornou-se o elemento básico para qualquer processo reparatório. Assim será realizado um Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) temático de reparação emergencial com instrumentos de participação que estabeleçam os critérios que as comunidades atingidas desejam que sejam contemplados.

No decorrer do primeiro semestre o desenvolvimento do DRP envolverá os núcleos comunitários. Os grupos de aplicação serão constituídos por no máximo 50 pessoas, sendo o esperado a participação em torno de 2 pessoas por família, de acordo com as reuniões já realizadas.

Como metodologia proposta, observa-se as seguintes etapas: (i) capacitação da equipe Guaicuy; (ii) sensibilização de participantes da comunidade; (iii) visitas convite para o DRP/mobilização social; (iv) curso de capacitação dos moradores da comunidade e equipe de campo em DRP; (v) realização de entrevistas e aplicação de técnicas DRP; (vi) sistematização e análise dos dados recolhidos; (vii) validação pela comunidade; (viii) relatório final.

Dentre as técnicas a serem selecionadas de acordo com a realidade dos grupos envolvidos, encontram-se as especificadas no quadro a seguir:

Quadro 5 – Metodologias sugeridas por público

TÉCNICAS	PÚBLICO
História Oral	Idosos e jovens
Mapa Histórico	Antigos moradores, líderes comunitários
Mapa de danos	Todos, líderes e moradores em geral
Mapa de emergencial	Famílias
Rotina Diária	Mulheres
Croqui de Quintal/ Familiar	Famílias
Caminhada Transversal	Líderes/ Comissões de Atingidos
Diagrama de Venn	Todos, líderes e moradores em geral
Matriz Realidade Desejo	Todos, líderes e moradores em geral



Para a realização do DRP Emergencial acontecerão duas reuniões de aproximadamente 8 horas em cada núcleo comunitário, totalizando 36 visitas. A aplicação ocorrerá no decorrer de 9 finais de semana, e contará com a equipe de Mobilização Social e toda equipe multidisciplinar do Instituto Guaicuy.

Para a aquisição de dados para a realização do primeiro conjunto de mapeamentos do Pagamento Emergencial, será contratada consultoria específica. Além disso, haverá uma etapa de coleta de informações será realizada através da etapa I do Diagnóstico Familiar e Individual sobre Perda das pessoas Atingidas – DFIPA, como um instrumento central para a sistematização de informações sobre as pessoas atendidas, visando a identificação dos atingidos e o Pagamento Emergencial.

Portanto, a proposta é construir, junto com a população, critérios e condições que permitam o reconhecimento das pessoas e das comunidades atingidas em sua multiplicidade social, garantindo a busca da justiça por meio da participação popular em todo o processo, para assim estabelecer novos parâmetros que deverão ser utilizados para o direito ao Pagamento Emergencial.

Como apresentado, as ações de mobilização social são fundamento da atuação da assessoria técnica. É por meio da mobilização e com seus diferentes instrumentos e metodologias que o diálogo e o atendimento ao atingido se efetiva na dinâmica cotidiana da assessoria técnica. A mobilização social, dessa forma, se inicia com a atuação da assessoria técnica, mas, espera-se que não termine com o fim dos trabalhos. A mobilização social é entendida como uma busca junto com os atingidos, para a construção de um justo processo de reparação. Diferentes ações e atividades estão associadas à dinâmica de mobilização social e são apresentadas a seguir.

10 A MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA

Como apresentado, as ações de mobilização social são fundamento da atuação da assessoria técnica. É por meio da mobilização e com seus diferentes instrumentos e metodologias que o diálogo e o atendimento às pessoas atingidas se efetivam na dinâmica cotidiana da assessoria técnica. A mobilização social, dessa forma, se inicia com a atuação da assessoria técnica independente, mas, espera-se que não termine com o fim dos trabalhos. A mobilização social é entendida como uma busca junto com as pessoas atingidas, para a construção de um justo processo de reparação. Diferentes ações e atividades estão associadas à dinâmica de mobilização social e são apresentadas a seguir.



10.1 Acolhimento e escuta ampliada: contatos iniciais e contínuos com os sujeitos e com as comunidades

O Instituto Guaicuy orienta-se pelos princípios da globalidade e da ação política enquanto narrativa coletiva inequívoca dos sujeitos sociais, visando a organização e a mobilização social como ferramentas potentes para responder a um acontecimento sem precedentes, mas que precisa ser reparado para garantia de direitos, com autonomia e em respeito à liberdade dos sujeitos. Nesse ponto é fundamental destacar a contribuição do Serviço Social, do Jurídico, da Saúde e das Ciências Sociais no acolhimento e na escuta ampliada individual/grupal dos sujeitos e de suas demandas e necessidades, estimulando a expressão das singularidades e questões transversais, como gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais.

O conceito de acolhimento adotado no âmbito do Plano de Trabalho inspira no conceito de “dispositivo” (Foucaultiano) “caracterizado por uma forte heterogeneidade dos seus elementos constitutivos” (Foucault, 1977, citado por CHIGNOLA, 2014, p.6), ou seja, acolhimento enquanto rede de relações, um lugar/território para “cabem” todas as expressões e demandas (concretas e subjetivas) das pessoas atingidas, cumprindo função estratégica enquanto *locus* de criação de vínculos, co-responsabilização, autonomia e afetos. É um local físico ou em trânsito permeado por territorialidades e desterritorialidades.

É preciso lembrar que no Diagnóstico Rápido Participativo realizado na Área 5, os atingidos relatam que não sabem o que fazer e onde vão ficar sem as águas, sem os parentes que os visitavam, sem o local de lazer e espaço de identidade. Uma visível mostra da desterritorialização em processo, mas ao mesmo tempo expressam o desejo de terem o rio e as relações de volta: a reterritorialização.

Nesse contexto, o caráter do Acolhimento das pessoas atingidas comportará um fazer intersetorial e interdisciplinar desburocratizado e humanizado, integrando e compartilhando atividades e seus resultados, reduzindo os riscos de novos danos aos grupos e às pessoas atingidas. O acolhimento é entendido enquanto um momento de escuta e de diálogo, onde e quando os sujeitos demandarem, ou seja, ocorrerá na Visita Domiciliar, na Busca Ativa, nos encontros formais/entrevistas/atendimentos ou informais, nos pontos de encontros de vizinhos, escolas, nas orientações jurídicas, sociais, e em atividades coletivas. É uma oportunidade de proximidade entre a Assessoria e as pessoas atingidas, dialogando histórias, subjetividades e experiências prévias e posteriores ao rompimento da barragem.

Acolhimento é dispositivo “Porta Aberta” entendida como uma experiência dialógica e interativa. Não se tratar de ouvir apenas, mas escutar e interagir, dialogar com as pessoas



atingidas diferentes informações jurídicas, orientações técnicas e atenção psicossocial, coleta de variados dados, garantindo apoio e orientações jurídicas e demandas de encaminhamentos aos serviços públicos e outros.

A escuta ampliada pelo acolhimento individual/grupal dos sujeitos e de suas demandas e necessidades serão realizadas durante todo o processo de assessoria técnica. O trabalho desenvolvido será interdisciplinar e objetiva potencializar resultados e respostas às demandas das pessoas atingidas, de forma que todas as ações coletivas tais como atividades culturais, lazer, produção de materiais informativos e formativos, organização comunitária e territorial, possam ser construídas conjuntamente.

O acolhimento promoverá o encaminhamento responsável e qualificado de demandas apresentadas pelas pessoas atingidas a serem dialogadas em fóruns, atividades e ações de mobilização e de formação continuada. O acolhimento ocorrerá ao longo dos próximos meses, nas sedes regionais que serão localizadas em Felixlândia e Morada Nova, e também através da Unidade Móvel, que semanalmente estará nas comunidades com equipes multidisciplinares. São previstos nove profissionais que atuarão durante a execução do projeto

10.1.1 Acolhimento

O acolhimento psicossocial e administrativo são braços operacionais e metodológicos do acolhimento geral da Assessoria Técnica Independente e, neste sentido, também compõem a rede de relações construída entre a Assessoria Técnica Independente e as pessoas atingidas, criando vínculos, co-responsabilização, autonomia e empatia. O acolhimento administrativo tende a ser realizado de forma preferencial na casa do/a atingido/a ou nos pontos de atendimento da Assessoria, gerando, sobretudo, duas formas de tratamento das demandas acolhidas: internamente, as demandas individuais atendidas pelos técnicos da ATI alimentarão a própria base de dados da Assessoria, possibilitando a aglutinação de demandas repetitivas por tema, região, data ou demais indicadores que se revelem relevantes.. Além disso, a base de dados interna facilitará o controle do fluxo das demandas, indicando qual medida a ser adotada para cada caso e quais diligências serão executadas pela equipe administrativa ou por outra área pertinente (quando compatível). Além da base de dados, os acolhimentos administrativos cumprirão a função interna de alimentar os diagnósticos de danos em curso, em especial na qualificação e exemplificação da extensão e repercussão dos danos. Neste quesito, é importante notar que o acolhimento não necessariamente é individual, podendo ocorrer em grupos ou representantes de



coletividades. Concomitante a estes processos, e em sua dimensão exterior, serão gerados relatórios mensais dos acolhimentos e diligências realizadas.

As duas formas mencionadas de tratamento das demandas, seja alimentando o banco de dados para fins de aglutinação das demandas e administração dos fluxos, seja para alimentar os diagnósticos de danos em curso, contam com o encaminhamento complementar do Jurídico da ATI. A partir da aglutinação, possibilita-se a identificação e sistematização das demandas repetitivas, que facilitam a reivindicação da intervenção judicial, cabendo ao Jurídico da Assessoria, de posse desses dados e documentos, encaminhar ao Ministério Público. O aproveitamento dos dados para diagnóstico e matriz de danos, a atualização e constante aprimoramento dos fluxos institucionais para resolução de demandas, assim como várias outras interfaces com o Jurídico do Instituto Guaicuy, estão previstos no capítulo dedicado ao Direito.

O Acolhimento Psicossocial comportará as seguintes ações/atividades, com equipe multiprofissional de profissionais de serviço social, psicologia e saúde: identificação e acolhimento de demandas psicossociais; escuta e abordagens coletivas, abordagem e encaminhamento de famílias/pessoas em situação de risco social e pessoal; encaminhamento responsável para rede de serviços de saúde, educação e Socioassistenciais; visitas domiciliares e busca ativa, construção de subsídios para acompanhamento e monitoramento das políticas públicas; produção de informações e dados para a composição da matriz de danos; produção de relatórios estatísticos e descritivos e parâmetros para o Pagamento Emergencial; promoção de articulação institucional, pactuações e parcerias com serviços públicos municipais, regionais dentre outros; estímulo à participação dos atingidos nas instâncias de controle social das políticas públicas, atendimento de demandas das equipes do DFIPA e de Mobilização Social relativas à atenção às situações de violação de direitos e demandas de saúde.

Relatórios semestrais das atividades, número de atendimentos e análises serão produzidos, a partir dos dados gerados e aferidos nesse momento de mobilização social e de contato entre as pessoas atingidas.

10.2 Atividades e as ações de mobilização e de comunicação social

Pautado pelo desenvolvimento de relações de confiança e de proximidade, o processo de mobilização permite desenvolver relações de reciprocidade entre e a assessoria técnica e as pessoas e comunidades atingidas. Contudo, considera-se ainda mais fundamental para o processo de construção da reparação integral, o diálogo intracomunitário fomentado a partir das ações e dos encontros entre as pessoas atingidas.



A partir de um contato constante - remoto ou não - é possível identificar situações de vulnerabilidade, relações de conflitos, expectativas e desejos que atravessam as relações comunitárias e familiares. Neste sentido, esta aproximação possibilita identificar os caminhos possíveis para a o fortalecimento político e social das pessoas e das comunidades atingidas.

Dessa forma, são apresentadas algumas estruturas e formas de ação para potencializar a mobilização social das pessoas e das comunidades atingidas pelo rompimento da barragem.

São propostas reuniões mensais com cada núcleo comunitário, na qual serão discutidas e dialogadas a partir de diferentes metodologias, a realidade de cada comunidade, o entendimento do dano gerado nas pessoas, com a finalidade de compreender e complexificar as discussões, garantindo a particularidade local. Para isso serão disponibilizados técnicos de campo para atuação junto aos núcleos e assembleias, assim como realização de mobilização ativa, junto às comunidades atendidas. Serão realizados eventos, momentos formativos e de diálogo, divulgação ampla e irrestrita sobre as informações, dados e consequências do rompimento da barragem para os variados modos de vida.

Será realizado o mapeamento das principais formas, meios e serviços de comunicação utilizados no cotidiano das comunidades, bem como as reuniões, festas, eventos, pontos de encontro e outras atividades coletivas que já acontecem, buscando compreender a dinâmica local e potencializar formas de diálogo e interação comunitárias. Será importante propor estratégias para as pessoas que criam e moderam grupos em redes sociais das comunidades, comissões e associações.

Nesse ponto, será essencial usar, de forma integrada, as possibilidades do diagnóstico rural/rápido participativo (DRP) proposto neste plano. De modo que a aproximação com os atingidos aconteça de forma dinâmica e a construção de laços seja baseada em uma fonte diversa de informações.

Será oferecido apoio técnico, organizacional e formativo para o uso efetivo dos meios de circulação da informação mapeados, buscando empoderamento e a autonomia das pessoas atingidas na divulgação de denúncias, demandas, eventos etc.

A assessoria técnica busca integrar os agentes mapeados pela comunicação popular e os comunicadores da ATI para a produção conjunta de vídeos, cartilhas, folders, banners e outros materiais e documentos que sejam considerados pelas pessoas atingidas como essenciais para a publicização de seus problemas e questões para a mobilização social. Ao mesmo tempo, a informação deve ser problematizada e contextualizada junto



com os núcleos comunitários, de forma a provocar um debate ampliado na sociedade, a partir da perspectiva das pessoas atingidas, sobre a construção e o andamento do processo de reparação dos danos gerados pelo rompimento da barragem. É ainda uma forma de promover, na comunicação interna e externa, o ponto de vista das pessoas atingidas, através da gestão das demandas das comunidades e da assessoria de imprensa.

Em consonância com o levantamento de informações e as ações de mobilização social, será realizada, por meio de consultoria específica, a aquisição de dados e informações através do Diagnóstico Familiar e Individual sobre Perdas das Pessoas Atingidas. O DFIPA consiste na realização de pesquisa junto aos atingidos e que tem como finalidade o aprofundamento da coleta de dados já realizada sobre os impactos e danos nas unidades familiares atendidas pela assessoria técnica.

Para a efetivação das ações contínuas de mobilização social, atuação junto aos núcleos comunitários, assembleias e grupos temáticos são propostos 40 técnicos de campo, contemplando profissionais de variadas formações (comunicador popular, advogado popular, ciências agrárias, entre outras relevantes) e que atuarão durante todo o processo de construção da matriz de danos.

As atividades e ações de mobilização social apresenta relatórios trimestrais que serão disponibilizados no site do Instituto Guaicuy e relatórios de prestação de contas semestralmente. O site será desenvolvido a partir para que possa dar visibilidade a todas a informações e dados gerados pela assessoria técnica independente, de forma clara e interativa. Na plataforma, serão desenvolvidos espaços virtuais alimentados pelas diversas áreas de atuação da equipe, pela voz dos atingidos e ainda pela comunicação institucional do Guaicuy.

10.3 Participação informada: formação e empoderamento comunitário

A assessoria técnica considera o conhecimento como fator fundamental para a geração de independência e de autonomia para as comunidades, como pressuposto para a atuação crítica de cidadã. Conhecimento não é apenas o técnico, o positivo e o metódico. É também o conhecimento das realidades, das práticas de vida e das tradições.

A produção de conhecimento é entendida pela assessoria técnica enquanto potencialidade para a cidadania e para a autonomia das pessoas e dos grupos sociais. Dessa forma, a perspectiva é de construir conhecimentos inclusivos, que incorporem e dialoguem com a dimensão técnica com os conhecimentos e saberes populares, uma vez que o protagonista do processo de reparação é o atingido.



Esse conhecimento aproximado das realidades sociais e complexidades espaciais fomenta o empoderamento comunitário por meio da construção de formas autônomas de se entender o processo de reparação. É através do conhecimento e de seu empoderamento que as comunidades e pessoas atingidas tem a possibilidade de equiparar forças e discursos com outros atores, como a empresa Vale S.A. Por isso, a assessoria procurará estimular a promoção dos saberes nas comunidades, seja estimulando a troca de técnicas locais, as conversas entre os pares ou no fornecimento de momentos formativos demandados pelas pessoas atingidas.

Como descrito anteriormente, a mobilização desempenhará o papel de escuta ativa para perceber as necessidades das pessoas atingidas, incluindo as necessidades de diálogos e interações entre diferentes formas de conhecimento, atuando através de metodologias abrangentes e que priorizem a troca, o diálogo, a convivência, mediando informações junto às pessoas atingidas no centro do processo de construção de autonomia.

Diferentes informações são essenciais para a construção de espaços de diálogo junto às comunidades e pessoas atendidas pela Assessoria Técnica Independente da Área 5. Durante as consultas realizadas pelo Diagnóstico Rápido Participativo, diferentes dados e informações foram entendidos pelas comunidades como uma oportunidade de estudos independentes construídos e dialogados a partir das demandas das próprias comunidades.

As diferentes informações geradas serão apresentadas em linguagem acessível e dialogadas com as comunidades e pessoas atingidas, garantindo o respeito aos tempos e às diversidades de conhecimentos. Todos os materiais coletados em campo para análises externas serão georreferenciadas por GPS (Calibração DATUM SIRGAS 2000), identificados por código de barras GS1-128, lacrados e cadastrados em sistema digital com informações relativas à amostra, ao processo de coleta e constando informações sobre o responsável técnico. Todas as análises serão realizadas em laboratórios credenciados, certificados e acreditados, constando as identificações codificadas das amostras, resultados, parâmetros de referência pela legislação brasileira e acompanhados de anotação de responsabilidade técnica.

Em caso de não detecção de algum parâmetro e devidamente justificado pela equipe técnica, poderá ser sugerido às comunidades a inserção de novas análises ou a supressão de análise ou parâmetro em andamento nas análises técnicas. Nesse caso, será informado e justificado a supressão ou inserção de parâmetros e análises às instituições de justiça, após encaminhamento junto às comunidades e pessoas atendidas.

Todos os resultados de análise serão apresentados às pessoas e comunidades atendidas em linguagem adequada à cada realidade local e acessível a todas as pessoas.



Todos os relatórios publicados pela Assessoria Técnica estarão disponíveis em mídia digital no site do Instituto Guaicuy e serão entregues versões impressas e assinadas pelos técnicos responsáveis para as comunidades e pessoas atendidas, por cada programa ou demanda. Os materiais técnicos serão debatidos e apresentados às comunidades locais, de forma a possibilitar um maior envolvimento e entendimento das pessoas e comunidades atendidas de variadas perspectivas de danos gerados a partir do rompimento da barragem.

A seguir, são apresentados alguns conjuntos de dados e informações a serem gerados e dialogados e que foram considerados pela assessoria e pelas pessoas atingidas, no momento de reavaliação do DRP, como estruturantes para o entendimento do dano gerado pelo rompimento da barragem.

Importante destacar que os dados e análises desenvolvidos pela Assessoria Técnica são considerados como complementares à outras medições e análises realizadas pela empresa, pelo Comitê Técnico da UFMG e por diferentes instâncias públicas e privadas. As informações geradas pela assessoria respondem à demanda social e serão geradas sempre que necessário para atendimento às pessoas e às comunidades atingidas.

10.3.1 Setor agrário, pesca e sistemas aquícolas

Os municípios da Área 5 destacam-se no cenário agropecuário nacional no setor de aquicultura e pesca, sendo referência como a região de maior produção de peixe tilápia do país. Além da aquicultura e pesca, a região também é produtora de bovinos de corte e bovinos de leite, além da produção de hortifrúti esta por sua vez mais voltada para pequenos mercados locais e subsistência.

A população residente da área rural, organizadas historicamente em pequenas comunidades rurais, das quais é onde na prática ocorre a produção agropecuária, assim como suas formas próprias de organização, hábitos e culturas, vê-se contemplada como público a ser trabalhado pela Assessoria Técnica Independente.

Após o rompimento da barragem da empresa Vale S.A. no alto curso do Rio Paraopeba, todo um sistema hídrico, social e ambiental é afetado, interferindo nos modos de vida à jusante que estão diretamente ligados ao rio. Não apenas a vida do pescador que usava o rio para a pesca, mas também a vida dos agricultores é diretamente afetada, assim como os empreendimentos agropecuários e suas respectivas cadeias produtivas.

Compreendendo a necessidade de se ter o máximo de clareza das consequências do desastre para a região sobretudo para os moradores dependentes diretos das atividades pesqueiras e/ou que necessitam da água como fonte de reprodução do seu modo de vida



se faz necessário qualificar esses impactos por meio do diálogo entre informações técnicas e a percepção social das pessoas atingidas.

Com objetivo de fornecer informações e possibilidades de empoderamento de forma integrada em todas as áreas do conhecimento, os temas que permearão o constante debate estão voltados para o entendimento das perdas sentidas e apresentadas pelos moradores dos locais impactados, dentre os caminhos a serem percorridos para se realizar tal condição, encontram-se:

- Visitas específicas por profissionais aos produtores rurais para realização de análises, para avaliação e definição de cálculos de perdas de produção e bens rurais;
- Realização de momentos formativos que visem às orientações e cuidados necessários das técnicas de cultura e manejos agrícolas, como forma de diversificar a produção agrícola;
- Realização de eventos para a divulgação de informações e com intuito de fomentar a comercialização de produtos provenientes da agricultura familiar.
- Dimensionamento dos impactos e perdas dos produtores;
- Participar e assistir os pescadores, aquicultores e demais produtores e integrantes das cadeias produtivas do segmento agropecuário nas instâncias públicas de participação social com objetivo de gerar condições para que as pessoas atingidas possam exercer protagonismo social e mobilização comunitária através da auto-organização com vistas ao aperfeiçoamento de suas funções cidadãs;
- Realização de análises técnico/laboratorial dos produtos de origem animal sob demanda e participação de forma comunitária por parte das pessoas atingidas para que possa avaliar pontualmente se determinado material está contaminado e se isso pode trazer riscos para a saúde humana.

As ações visam esclarecimentos e orientações sobre “o que” foi afetado assim como esclarecer “como” foi afetado, permitindo assim o saneamento das principais dúvidas e permitindo autonomia e avaliação própria por parte da população sobre como eles enxergam o futuro cenário e outras possíveis consequências a partir de seus modos de vida.

Todas essas atividades se propõem a serem realizadas comunitariamente através de metodologias participativas diversas que contemplem a participação de maneira democrática, com respeito à diversidade e dialogado com cada realidade local.

As informações sobre agropecuária, agricultura familiar e extensão rural geram relatórios individuais para cada propriedade, além de apresentar relatórios semestrais



consolidados informando resultados e analisando informações. Por suas características próprias, as atividades são desenvolvidas, nos primeiros 23 meses do plano de trabalho e uma equipe de técnicos de campo com perfil de ciências agrônômicas atuará juntamente com a equipe de mobilizadores para realizar essa etapa do trabalho, além de consultorias específicas.

10.3.2 Informações ambientais

Diferentes informações são essenciais para a construção de espaços de diálogo junto às comunidades e pessoas atendidas pela Assessoria Técnica Independente da Área 5. Como já afirmado a dimensão ambiental dos danos à Área 5 é de complexa mensuração e entendimento no tempo e no espaço, principalmente considerando a presença do reservatório de Retiro de Baixo, imediatamente à montante e que foi responsável por amortecer o transporte de sedimentos advindos do rompimento da barragem.

Os estudos ambientais tem a finalidade de, ao serem construídos juntos com a comunidade, de fundamentarem entendimentos dos tempos e dos impactos esperados para a Área 5, considerando as particularidades de diferentes contextos ambientais. É uma área complexa em que diferentes características demandam cuidados de entendimento: há o trecho fluvial à montante do reservatório, o trecho do reservatório associado ao Rio São Francisco, áreas de maior probabilidade de deposição, o trecho fluvial à jusante do reservatório, entre outros que precisam ser melhor entendidos e detalhados.

Os estudos ambientais fundamentam entendimentos particularizados em uma perspectiva de fomentar momentos de diálogos entre o conhecimento técnico e os diferentes saberes das populações locais. São diferentes conhecimentos essenciais para a construção, de forma autônoma pelas pessoas atingidas, do entendimento de como o dano causado pelo rompimento da barragem é responsável por diferentes alterações nas práticas cotidianas de suas vidas. Em diversos momentos, durante o DRP, os participantes abordaram as preocupações em relação às questões ambientais e o desejo de mais informações, como mostram as frases a seguir: “[queremos] *a revitalização do meio ambiente*”, “[queremos] *compensação pelas perdas; ver o resultado das análises da água para provar que não está contaminada*”, “[queremos] *informação sobre o nível de contaminação de outros meios que não sejam da Vale*”. De forma complementar a outros estudos e análises já realizados por instituições públicas e privadas, a Assessoria Técnica irá adquirir dados e informações, independentes, como requisitado pelos atingidos em diferentes momentos do DRP realizado para a construção do plano de trabalho.



As informações ambientais serão apresentadas em linguagem acessível e dialogadas com as comunidades e pessoas atingidas, garantindo o respeito aos tempos e às diversidades de conhecimentos. Para atendimento à tais demandas, garantindo-se a participação informada, inclusive técnica, foram estruturados cinco conjuntos de informações a serem gerados e que serão objeto de discussão com as pessoas atingidas: 1) Impactos no sistema hídrico; 2) Biomonitoramento; 3) Valoração Ambiental; 4) Territorial e uso da terra.

A partir do rompimento da barragem diversos impactos foram amplamente divulgados, muitas informações (nem sempre corretas, ou noticiadas corretamente) foram responsáveis por construir uma situação de desconfiança com os dados técnicos e de bastante ressalva com os impactos do rompimento para a saúde humana, animal e, principalmente, as possibilidades de uso das águas. Na região da área 05, esse contexto foi estruturado em uma dupla complexidade: ao mesmo tempo que a percepção do impacto gerou fortes contextos de desvalorização e de diminuição de importantes atividades produtivas, os laudos técnicos oficiais não apresentavam indícios significativos de alterações no sistema hídrico. As frases a seguir, escritas pelos participantes do DRP, demonstram que essa é uma preocupação significativa para a população da Área 5: “[queremos] o monitoramento da água e dos peixes para desmentir essas mentiras que o rejeito da barragem chegou aqui”, “[queremos] acesso ao resultado das análises da água da represa e dos poços artesianos”, “queremos segurança e certeza que nosso rio não está e nem será danificado”, “Hoje alguns pássaros sumiram; não tem mais venda de peixes; água está com coloração inadequada e com mau cheiro”.

Serão realizadas **análises de água e de sedimentos em** na área de trabalho, contemplando a calha do Rio Paraopeba entre o reservatório de Retiro de Baixo e o Reservatório de Três Marias, o reservatório de Três Marias e a calha fluvial do Rio São Francisco à jusante do reservatório de Três Marias. A atividade tem duração de 15 meses, período em que serão realizadas 10 campanhas de monitoramento em 30 pontos da área de trabalho. Cada campanha de análise realizada terá um relatório técnico específico, sendo que serão publicados relatórios consolidados incorporando os dados aferidos em uma série histórica e comparando com dados e análises de domínio público e realizadas por diferentes instituições públicas e privadas. Os parâmetros de análise e os pontos serão detalhados considerando as especificidades ambientais e normativas associadas à monitoramento de recursos hídricos e de sedimentos.

Os diferentes materiais advindos do processo de rompimento da barragem de rejeitos de minério da Vale S.A. impactam a dinâmica hidrossedimentar do curso d'água e consequentemente as diferentes relações morfológicas e ecológicas dos sistemas hídricos.

Considerando que a Área 05 tem como um de seus principais atrativos a dinâmica de pesca e o contato primário com o reservatório de Três Marias, uma das questões mais recorrentes e de grandes preocupações apresentadas durante o DRP é referente à possibilidade da pesca e do consumo dos peixes, como mostram as frases a seguir: *“temos dificuldade para vender nossos peixes porque os compradores ficam com medo de consumi-los, e mesmo para o nosso consumo temos medo”, “[queremos] reconhecer nossos prejuízos; Valorizar o preço do peixe; fazer algo para recuperar a nossa dignidade; trazer turistas de volta”, “[queremos] esclarecimentos reais sobre a contaminação ou não das águas e dos peixes”, “[queremos] respostas verdadeiras sobre a qualidade das águas e dos peixes; reparação da natureza; reparação dos nossos prejuízos e dificuldades financeiras”.*

O **biomonitoramento** tem como finalidade analisar as alterações no sistema ecológico e seus possíveis impactos toxicológicos para a ictiofauna da Área 5. As coletas de espécimes e a preparação de amostras deverão ser feitas conforme legislação e normativas técnicas vigentes e de forma a atender todas as regulações da legislação brasileira. As coletas de espécimes serão realizadas no trecho atendido e sob demanda no caso de criação de peixes cativos. No caso de análise de peixes em criatório, será realizada relatoria individual para cada análise demandada, que será apresentada em linguagem adequada às pessoas e comunidades demandantes. Será realizada relatoria consolidada semestral, considerando as análises realizadas no período, outros dados creditados e disponibilizados por instituições públicas ou privadas e o histórico de monitoramento realizado pela Assessoria Técnica Independente.

A **cobertura do uso da terra** é um importante dado de análise para o entendimento de como diferentes contextos podem ser responsáveis por processos de intensificação, diminuição ou alteração nas dinâmicas sociais e ambientais. Na Área 5 diferentes processos de uso da terra foram impactados a partir do rompimento da barragem e do consequente impedimento e/ou restrição de acesso ao curso d'água e aos diferentes usos da água. O estudo de uso da terra tem por objetivo analisar, por meio de ferramentas de geoprocessamento e de análise ambiental, como as dinâmicas de ocupação territorial e de produção foram alteradas a partir do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Vale S.A. A análise de cobertura de uso da terra publicará um relatório final seis meses após o início da atividade.

Os serviços ambientais de diferentes atributos do Rio Paraopeba foram impactados e tinham importância e valor para a população local e para a sustentabilidade ecossistêmica. Desta forma, estimar o valor de tais atributos pode contribuir para mensurar o valor do dano ambiental causado às populações. O desenvolvimento de metodologia de valoração ambiental tem como finalidade estimar o valor monetário atribuído aos serviços



ambientais em diferentes níveis de acesso, vínculo e valor para diferentes usos e contextos de atuação da população, como subsídio a mecanismos para a reposição integral dos danos socioambientais gerados a partir do rompimento da barragem. Dentre os bens ambientais, prioritariamente a serem valorados, destacam-se:

- Água: contendo a identificação dos diversos tipos de usos; origem; volume e aplicações. Para estimativa da água será aplicado o método do Valor Econômico Total (VET), e concomitantemente, o método DaP para valorar o grau de importância dada pela população à água usada para os diversos fins.
- Cobertura vegetal: Identificar o quantitativo suprimido, para mensurar sua contribuição no sequestro carbono, biodiversidade, regulação climática, polinização, disseminação de sementes. Todos estes, poderão ser estimados a partir de dados locais. Para estimativas de carbono será aplicação do método de quantificação utilizado pela Embrapa; para regulação climática será utilizado método aplicado por Costanza et al. (2011).
- Paisagem: Valorar a paisagem junto aos moradores locais e estimar o valor cognitivo e espiritual alterado a partir da aplicação do método empírico da paisagem.
- Pessoas: avaliar como os impactos ambientais influenciam no cotidiano das pessoas, e o que causou nelas. aplicação do Método de valoração de Contingente.

Para a atividade de valoração ambiental serão utilizadas de forma complementar diferentes estruturas metodológicas, como: pesquisa comunitária (em diálogo direto com o DFIPA), pesquisa bibliográfica, painel delphi e de especialistas, aplicação do método de valoração de contingente; aplicação do método empírico da paisagem; estimativas de carbono; valor econômico total e outros que se fizerem necessário. O programa de valoração ambiental tem duração de 13 meses e serão publicados relatórios semestrais.

Para a elaboração das informações ambientais são indicados quatro técnicos de campo, com formação específica nas áreas técnicas necessárias aos estudos, além de consultorias específicas para análises ambientais.

10.3.3 Impactos nas economias e nos sistemas produtivos

O estudo relativo aos impactos econômicos estruturais busca mensurar quali-quantitativamente as perdas, a partir do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora



Vale S.A, que resultaram em quebras, rupturas e descontinuidades nos sistemas de produção e circulação de mercadorias nas localidades especificadas.

Não se trata, assim, da construção de uma matriz de danos individualizada, mas da constituição de um modelo descritivo e causal explicativo voltado à determinação dos principais problemas ligados, dentre outras coisas, às cadeias produtivas estabelecidas no território, às estruturas urbanas e viárias e aos sistemas cooperativos de produção que, por seu caráter macro, constituem limitações ao desenvolvimento da região pós-rompimento.

De forma objetiva, trata-se, em grande medida, de uma análise de cenários, pré e pós-rompimento, os quais, constituídos por uma série de variáveis econômicas, resultam em ambientes mais ou menos favoráveis para o desenvolvimento de atividades produtivas. A conformação desses cenários é realizada a partir da utilização dos dados primários produzidos no âmbito da assessoria técnica, de informações secundárias das áreas atingidas em comparação a outras similares que não passaram por impactos semelhantes, de documentos cartográficos bem como de elementos qualitativos advindos de entrevistas, acolhimentos, busca ativa rodas de conversa e toda gama de contato e aproximação com as pessoas atingidas pelo rompimento da barragem.

Para a estruturação do estudo pretende-se uma abordagem multiescalar e multinível. Na primeira, observam-se e mensuram-se os componentes ligados às políticas públicas, instituições, volume de investimentos e infraestrutura existente nas escalas municipal, estadual e federal que aparecem como elementos fundamentais para a constituição e compreensão dos cenários supracitados.

Em termos da análise multinível, a caracterização local e a mensuração dos impactos partem, inicialmente, do maior nível de agregação setorial econômica, seguida de seu desmembramento. Nesses termos, consideram-se os setores primário, secundário e terciário, inclusive a Administração Pública, como referências aglutinadoras. Cada um deles compreende, por seu turno, em seu interior uma série de atividades, rotinas e cadeias produtivas que foram comprometidas após o rompimento, e que podem ser exemplificadas a partir das seguintes frases escritas durante o DRP: *“caiu o preço e caíram as vendas do peixe”, “Prejudicou a imagem do peixe no comércio; prejuízo econômico do turismo; desemprego; perdas; deixamos de produzir mais”, “Peixe ruim para vender porque ninguém compra, e quando aparece comprador, quer pagar barato”, “Falta do turismo afastou os compradores de minhoca”, “Queda no turismo, causando perdas para os pescadores, agricultores, expositores, feirantes, comerciantes, redes hoteleiras, hospedagens, casas alugadas para temporada e desvalorização imobiliária”, “Minhas faxinas diminuíram muito”,*



“Não vendo mais artesanato; Crio galinhas, mas não vendo mais como antes”. Dentre as atividades comprometidas, destacam-se:

1. Pesca e piscicultura;
2. Agropecuária de nível familiar;
3. Atividades varejistas comerciais de pequena escala;
4. Prestação de serviços básicos;
5. Atividades turísticas;
6. Indústrias de transformação de pequena escala,
7. Atividades ligadas à economia popular e solidária;
8. Programas de transferência de renda;
9. Aposentadoria e formalização do trabalho.

Em cada um dos subsetores, questões como os volumes de produção, os mercados existentes e rompidos, as possibilidades bloqueadas, as quedas em termos de faturamentos e incrementos de passivos, os graus de endividamento e precarização das condições de trabalho, dentre outras, constituem-se como pontos de atenção. Busca-se compreender de que modo tais questões, impactadas negativamente, influenciaram não apenas nas fontes de trabalho e renda das populações, mas também em seus modos de vida e relação com os territórios que habitam.

Por fim, a avaliação dos cenários contempla, ainda, as condições e perdas ligadas à estrutura e dinâmica urbana, arquitetônica e imobiliária, as quais, pela deterioração e desvalorização enfrentadas nos últimos anos, comprometem o desenvolvimento da economia nos lugares impactados.

A mensuração de todas as variáveis apontadas resulta, por seu turno, no apontamento de ações de reparação, as quais, direcionadas de modo estratégico, voltam-se à correção e aprimoramento das trajetórias econômicas das regiões em análise.

10.3.3.1 Turismo

A partir dos relatos para identificação das atividades econômicas dos municípios em torno da UHE Três Marias, o turismo foi identificado como um dos setores mais relevantes. Além de constituir uma das principais fontes de renda, para um grande número de famílias, ele também se apresenta como uma das estratégias mais importantes de valorização das manifestações culturais do Estado de Minas Gerais. Após o rompimento das barragens de



rejeitos situadas na Mina do Córrego de Feijão, foi constatado a restrição do uso da água inclusive nas áreas a jusante do desastre, o que ocasionou a mudança de fluxo turístico, das quais geraram uma série de dificuldades para o contexto de trabalho e renda na região.

Nesse sentido, apresenta-se como proposta de atuação do Instituto Guaicuy buscar caminhos para o reconhecimento de todos os danos relacionados ao desenvolvimento da atividade turística junto aos atingidos e apontar quais as ações adequadas para se obter a reparação integral. Tais informações só podem ser construídas a partir de uma participação ampliada dos atingidos e constantes diálogos, com diversos setores afetados pela diminuição e ausência da atividade turística. Abaixo estão elencadas algumas ações que objetivam instruir esse processo.

- Mapeamento do cenário atual da governança local em relação a cadeia do turismo para posterior elaboração de agenda de visitas/encontros locais, por técnicos regionais, com os atingidos de cada localidade.
- Encontros regionais que articulem todos os envolvidos nas atividades turísticas já existentes e em potencial.
- Identificação de roteiros turísticos ameaçados de acordo com as realidades e potencialidades locais, bem como suas belezas naturais e culturais e serviços turísticos.
- Suporte na concepção e planejamento coletivo pelo atingidos de centrais de comercialização dos serviços turísticos, com fundamentação no desenvolvimento do turismo de base comunitária.
- Suporte na concepção e planejamento coletivo pelos atingidos de comunicação para permitir a divulgação de informações confiáveis sobre a atividades turísticas na região.
- Suporte na avaliação coletiva pelos atingidos dos danos percebidos, em suas dimensões humanas e culturais, modos de vida, modos de produção, relação com os territórios, relações comunitárias, relações de parentesco por se tratar de uma atividade desenvolvida também no âmbito familiar e demais aspectos que podem surgir ao longo do processo de participação social.

Produtos: Relatórios trimestrais.

Para a garantia da reparação integral é fundamental o monitoramento e avaliação, no qual consiste na observação e no registro regular do desenvolvimento das ações reparatórias. É um processo rotineiro de acúmulo de informações em todos os seus aspectos. O monitoramento permite que todas as informações reunidas sejam usadas na



tomada de decisões pelos atingidos em prol da efetividade do processo de participação social e garantia de direitos. Nesta etapa, pretende-se:

- Analisar a situação nas comunidades e atividades desenvolvidas.
- Verificar se os investimentos realizados correspondem à construção coletiva desenvolvida no processo.
- Informar aos atingidos sobre todas as atividades executadas com clareza em relação aos tempos e instituições envolvidas.
- Produtos: Relatórios trimestrais por um ano.

10.4 Sistematização de dados secundários

A região atendida pela assessoria técnica já apresenta uma quantidade significativa de informações que são anteriores ao rompimento da barragem de rejeito de minério da Vale S.A. São informações de saúde, economia, meio ambiente, e diversas outras, realizadas tanto por instituições públicas quanto e privadas e em diferentes escalas e variadas importâncias. A partir do rompimento da barragem, diferentes campanhas de monitoramento e de diagnóstico foram iniciadas e outras intensificadas, apresentando uma quantidade de dados que deve ser sistematizado, comparado e compreendido pelas pessoas e comunidades atingidas e pela assessoria técnica.

Considera-se que os diferentes níveis de dados (pré e pós-rompimento) representam importantes informações para a percepção das alterações e dos danos ambientais e sociais gerados a partir do rompimento da barragem. A sistematização de dados e das relatorias tem como objetivo principal estruturar um banco de dados contendo grande parte das informações disponíveis sobre a bacia do Rio Paraopeba e em especial no trecho de atuação da Assessoria Técnica do Instituto Guaicuy. Os dados aferidos serão convertidos em unidades e índices intercambiáveis e analisados em nível de correlação, componentes principais, desvios e mudanças. Considera-se que esses dados são importantes para fundamentar uma percepção de qualidade ambiental e social pré-rompimento e conseqüentemente fundamentar uma justa reparação dos danos gerados.

Essa etapa subsidiará também o empoderamento das pessoas e comunidades atingidas, uma vez que é uma forma de acesso às informações jurídicas e técnicas de todas as áreas descritas na participação informada, fundamentadas e apresentadas em linguagem adequada, para suas considerações e para a contínua avaliação e comparação das atividades desenvolvidas em conjunto com a assessoria técnica. O projeto de sistematização de dados e de relatorias tem duração de 23 meses, e serão publicados relatórios trimestrais.



11 O DIREITO E A CONSTRUÇÃO DA MATRIZ DE DANOS

Consoante Plano de Trabalho elaborado pelo Instituto Guaicuy as ações são estruturadas em quatro momentos complementares: o 1) Estruturação de trabalho, análises iniciais e Pagamento Emergencial; 2) Mobilização social e a construção da autonomia; 3) Governança e 4) O Direito e a construção da matriz de danos.

O trabalho do jurídico perpassa todas as etapas do Plano de Trabalho. Além de acompanhar os trabalhos do ponto 10.1.1 **Acolhimento**, o direito perpassa a etapa 1: estruturação de trabalho, análises iniciais e pagamento emergencial, participando ativamente na medida em que seu trabalho é interligado com toda a equipe e é fundamental a intersecção seja no trabalho de mobilização e formação de equipe, nas ações de diagnóstico social, principalmente com formação dos núcleos comunitários, com a finalidade inicial de construção de novos critério para o Pagamento Emergencial e consequente ampliação das estruturas de diálogo e acompanhamento social, acolhimento das pessoas atingidas e de sistematização de dados e análises a partir de dados secundários e primários.

Na etapa 2: **a mobilização social e a construção da autonomia** e que pressupõem os diálogos para a construção da matriz de danos, a participação do direito se dará de maneira ativa, seja garantindo o acesso à informação adequada, seja participando dos diálogos, seja encaminhando diligências, ou contribuindo no processo de formação e construção da autonomia.

Da mesma forma, na etapa 3: **Governança**, o direito também estará participando ativamente buscando a ampliação dos diálogos através do Controle social e Transparência; dos Instrumentos de Monitoramento e Avaliação; e da potencialização da Articulação Institucional e dos diálogos com o CTC e com a Ré.

Na quarta etapa, e não menos importante, cujo nome se resume em **Direito e a construção da Matriz de Danos**, será ainda mais relevante o acompanhamento técnico e jurídico no processo de sistematização e entendimento dos danos, construídos de forma participativa nas etapas anteriores.

Há que se mencionar ainda que referencial jurídico do trabalho de Assessoria Técnica Independente proposto pelo Instituto Guaicuy alicerça-se num pressuposto inexorável: o advento de sua existência se dá no bojo de um procedimento judicial. Conquanto não figurem as Assessorias como partes processuais, é inegável sua adequação no preenchimento de interface entre os titulares de direitos violados e seus



substitutos processuais, quais sejam os autores das ações civis públicas que correm na 6ª Vara da Fazenda Pública de Belo Horizonte. Consoante determinação do exmo. juízo daquele procedimento no dia 05/03/2020, as Assessorias Técnicas Independentes passaram a exercer ainda a função processual de “assistentes técnicos” dos autores, devendo agir junto aos atingidos como facilitadores na identificação e mensuração dos danos gerados pelo rompimento da barragem, de forma a possibilitar a positivação de sua ocorrência.

Há necessidade de garantir a participação informada por parte das pessoas atingidas, cuja realidade foi alterada abruptamente em diversos sentidos, com diferenciados perfis de atingimento de danos decorrentes do desastre socioambiental, sempre garantindo formas de participação horizontais, dialógicas e nos tempos e nas linguagens acessíveis e necessárias. Para isso, o direito busca se interligar com as outras equipes, e utilizar princípios e pressupostos de uma assessoria jurídica popular, que leva em consideração não somente a dimensão do processo, mas também a necessidade de formação e educação jurídica popular que considere, primeiramente a voz das pessoas atingidas.

Importante destacar ainda que a promoção de tal participação não pressupõe somente a organização da tomada de decisões e o apoio técnico para a vocalização dos interesses comunitários.

O trabalho deverá também envolver a sistematização da realidade e das territorialidades que foram alteradas em diferentes sentidos e intensidades, proporcionando às pessoas atingidas o protagonismo em dialogar, decidir e orientar a elaboração dos produtos técnicos e formas políticas adequadas para demonstrar sua realidade e sua posição política/jurídica a respeito dos direitos tutelados judicialmente no âmbito do processo acima citado. Ou seja, a atuação da Assessoria também visa contribuir também na qualificação e sistematização de informações que as Instituições de Justiça (IJs) eventualmente possam carrear aos autos através de inteligência sistematizada, produzida por meio de metodologias participativas, que garantam a expressão da vontade individual e coletiva dos atingidos em suas afirmações.

Nenhum ator ou atriz, das diversas IJs presentes no processo, terá tamanha qualidade de contato com a realidade fática das pessoas atingidas para produção junto aos mesmos de tal conteúdo como será possibilitado às Assessorias Técnicas Independentes. Isso decorre de sua condição ontológica: foram criadas exatamente para exercer funções técnicas voltadas a garantia da participação informada, conduzindo seu papel mobilizador do território com capilaridade social e coesão política.



Ressalte-se que, ao se afirmar tal realidade, impõe-se assumir como necessária a presença das ATIs como agente retificador da assimetria vigente até sua implantação, em que a ré exerce vasta hegemonia de presença física no território, direta ou indiretamente, além de repisar intensa e continuamente suas posições na mídia, por força de seu poderio econômico.

É necessário também verificar o nexó causal dos danos identificados com o crime socioambiental para o qual se busca reparação integral, de forma a possibilitar a harmonização do aspecto volitivo da participação informada em inteligência jurídica que contribua com as IJs para a efetivação da liquidação do título judicial já exarado. E, ainda, o desdobramento qualitativo de mensuração de danos em propostas de reparação integral através de econometria adequada técnico-juridicamente e validada socialmente.

Para ultimar tais pretensões, o planejamento do direito conta com as seguintes ações e atividades, abaixo listadas, a serem executadas por diferentes operadores do direito:

11.1 A construção da matriz de danos (O que?)

A matriz de danos é o instrumento que contém os danos individuais, coletivos e difusos das pessoas atingidas e ultima os esforços de participação informada das pessoas atingida no processo de reparação integral. A matriz de danos será construída juntamente com as pessoas atingidas nas instâncias deliberativas, através de metodologias participativas. Ressalte-se que as informações técnicas produzidas pelo Instituto Guaicuy no Diagnóstico Familiar e Individual sobre Perda das Pessoas Atingidas – DFIPA, nos estudos de agropecuária, agricultura familiar e setor agrário, nos estudos ambientais, nos estudos de impactos nas economias e nos sistemas produtivos, bem como nas consultorias contratadas também subsidiarão a formação da opinião da pessoa atingida para a tomada de decisão.

Os/as profissionais do direito que atuarão nesta construção devem ser formados numa perspectiva e um olhar específico para auxiliar na condução e construção deste processo de identificação e avaliação dos danos. Para tanto contaremos com uma consultoria que promoverá uma formação aos profissionais com olhares voltado à identificação desses danos.

11.1.1 O diagnóstico de danos individuais

O diagnóstico de danos individuais é o instrumento que contém informações detalhadas dos danos individuais de determinado núcleo familiar. Esse diagnóstico será



construído a partir das informações obtidas pelo DFIPA, bem como das informações geradas nos encontros comunitários e de todas as demais fontes de informação produzida pela ATI em suas diversas áreas técnicas, através de pesquisas, diligências, exames, dentre outras, que particularize a atenção direcionada ao núcleo familiar.

O diagnóstico deverá ser aprovado pelas pessoas atingidas do respectivo núcleo familiar, sendo parte integrante da Matriz de Danos, correlacionado aos danos individuais homogêneos.

11.1.1.1 Da identificação e dimensionamento de perdas patrimoniais e de renda

No tocante a identificação de danos materiais, ocupa lugar de destaque as decorrentes da diminuição patrimonial e de renda, que abaixo se conceitua e exemplifica.

- a) Do levantamento de fontes de renda impactadas:** O levantamento das fontes de renda impactadas tem como finalidade apurar a perda das atividades econômicas ocasionadas pelo rompimento da barragem. Nesse item será considerado todo trabalho assalariado, formal ou informal, e as atividades geradoras de renda, tais como pesca, agropecuária, comerciais, serviços, extrativistas, industriais ou agroindustriais que foram impactados.
- b) Do georreferenciamento dos imóveis rurais:** Para a correta aferição das espacialidades eventualmente atingidas pela desvalorização imobiliária, proceder-se-á ao levantamento topográfico de todos os imóveis cujos proprietários e possuidores demandarem tal serviço. Além de contribuir no dimensionamento do dano patrimonial eventualmente ocorrido, tal expediente é requisito para a regularização fundiária dos imóveis rurais e urbanos, questão potencialmente ligada às demandas de compensação na região 4, cujo perfil de ocupação do solo caracteriza-se por comunidades organizadas em chacreamentos e condomínios gerais cujo parcelamento da terra carece de formalização em grande medida.
- c) Do estabelecimento do quantum médio de desvalorização imobiliária:** A desvalorização imobiliária recorrentemente relatada nas etapas de campo necessita o desenvolvimento de ferramentas de mensuração do quantum individual, que será determinado pelos atingidos através de metodologia e econometria próprias a serem desenvolvidas nos espaços de participação propostos ao longo desse plano. A ATI concorre para o sucesso de tal empreitada provendo capacidades técnicas e ferramentas que possam auxiliar no balizamento de mercado e à prática dos tribunais. Ocorre que a simples indenização da diferença dos valores venais



anteriores ao desastre ambiental em relação aos atuais, proporciona reparação parcial da desvalorização, uma vez que a mesma continuará sofrendo reflexos da resposta negativa do mercado local. Isso ocorre em decorrência da perda das características intrínsecas das localidades em suas expressões desejáveis às funções de recreio, lazer, descanso e produção agropecuárias. Vale dizer, a título de exemplo, que um impacto de tal magnitude como a “destruição de um rio”, não afeta somente as condições objetivas de balneabilidade, mas o conceito subjetivo a respeito da mesma, muitas vezes condicionado firmemente por crenças com alta resistência de superação, mormente em se tratando de zonas rurais de baixa escolarização. Mesmo alterando-se as condições objetivas, (restituindo-se a sanidade ambiental), tendem a permanecer por muito mais tempo as condições subjetivas, podendo nunca mais ser recuperadas e refletindo negativamente na valorização imobiliária local. Para propor parâmetros de correção desse desvio, a ATI produzirá estudo diagnóstico no mercado imobiliário local, com formulação de tipologia imobiliária adequada à realidade regional, determinação das séries históricas de comportamento de preços e formulação de duas curvas de comportamento futuro do mercado: uma contando com o evento “desastre ambiental” e outra estimando o comportamento sem a ocorrência do evento.

11.1.1.2 Da identificação e dimensionamento das lesões imateriais (dignidade, saúde mental, honra, memória, imagem, sonhos, etc)

O dano moral decorre da violação aos direitos que não possuem mensuração econômica, sendo imateriais ou extrapatrimoniais. No caso em tela existem inúmeros direitos cuja mensuração econômica não encontra cálculo exato, sejam decorrentes dos danos individuais homogêneos, coletivos ou difusos. A ATI facilitará a discussão dos atingidos de forma a se levantar e valorar todas as possibilidades de dano moral sofrido, estimulando inicialmente que os mesmos debatam sobre o conceito e relatem experiências.

Caso haja necessidade, atuará exemplificando casos concretos e sugerindo dimensões de danos não visualizados anteriormente, de modo que as diversas situações vivenciadas possam ser reconhecidas ou não como dano imaterial.

Os resultados da discussão serão sistematizados para construir parte da Matriz de Danos.

11.1.2 O diagnóstico de danos coletivos e diagnóstico de danos difusos

Seguindo a mesma lógica aplicada ao diagnóstico de danos individuais, os danos



coletivos e difusos também serão especificados e reunidos cada um em um diagnóstico próprio, expressando o conjunto de discussões acumuladas, ao longo das metodologias participativas, e deliberadas, através das instâncias decisórias. Os estudos técnicos decorrentes de pesquisas, consultorias especializadas e ações de monitoramento serão, após apreciação e aprovação, igualmente incorporadas aos diagnósticos. Destaque-se que, por diagnóstico de danos difusos, entende-se aquele que compreenderá os danos difusos e, a depender da vontade expressa das assembleias pertinentes, o que se quer por reparação e recomposição aos danos discriminados. Pela natureza dos danos difusos, estima-se que eles serão identificados por município, sendo essa uma das possibilidades de delimitação dos interessados na construção de cada diagnóstico e de suas respectivas propostas de reparação compensatória. Já o diagnóstico de danos coletivos distingue-se do difuso por endereçar grupos de pessoas específicas, ligadas por um liame sensível - profissional, confessional, cultural, de gênero, dentre outros. Notadamente, a principal diferença organizacional deste diagnóstico para o outro, é o grupo social que o valida em Assembleia (nesse caso, específica dos participantes do grupo determinado). Neste como naquele, o papel da Assessoria também será o de enriquecer a construção e autopercepção das pessoas atingidas apresentando-lhes os frutos das pesquisas e trabalhos de campo desenvolvidos, para apreciação e deliberação quanto à integração dos diagnósticos.

Os/as operadores/as do direito, neste caso, atuarão a partir da perspectiva da assessoria jurídica popular, especialmente no tocante à formação e educação em direitos das pessoas atingidas, dos povos e comunidades tradicionais, entre outros. Será fundamental também na construção deste diagnóstico uma consultoria sobre direito das pessoas atingidas, bem como dos povos e comunidades tradicionais.

11.2 Acompanhamento jurídico-processual

O acompanhamento constante dos processos judiciais envolvidos é um pressuposto para toda a execução do trabalho de uma Assessoria Técnica Independente e envolve atividades como a leitura dos autos, o acompanhamento e participação em audiências judiciais e extrajudiciais, redação de peças e manifestações juntadas diretamente aos autos e/ou em colaboração com as Instituições de Justiça.



11.3 O trabalho em assistência técnica aos autores processuais e a interação necessária com o perito judicial

A decisão do juízo da 2ª Vara de Fazenda Pública e Autarquias de Belo Horizonte do dia 05 de março aponta para a consolidação do papel institucional das ATIs no processo judicial, equiparando seu funcionamento ao de perito assistente da parte autora.

A partir desse entendimento, as ATIs passam a incorporar competências e prerrogativas próprias do processo civil, cuja disposição na Lei 13.105 de 16 de Março de 2015 (Novo Código de Processo Civil) encontra guarida nos artigos 465, (inciso II) e decorrentes.

As prerrogativas legais incidem diretamente no trabalho do perito judicial, cuja composição é formada por banca de professores e pesquisadores da UFMG (Comitê Técnico da UFMG - CTC-UFMG). Tendo em vista a instituição do Comitê Técnico Científico (CTC-UFMG) como auxiliar do Juízo para a produção de provas, cumpre ao Instituto Guaicuy, na qualidade de assistente técnico das partes autoras, dentre outras, a tarefa de estabelecer quesitos a serem respondidos pelos estudos e pesquisas que serão realizados sob a supervisão do CTC.

Após a definição da proposta vencedora de cada uma das chamadas e estabelecimento do respectivo prazo de quesitação pelo Juízo, caberá ao Instituto Guaicuy elaborar e encaminhar à Coordenação Metodológica os quesitos. O envio deverá ocorrer 05 (cinco) dias úteis antes do encerramento do prazo estabelecido pelo Juízo.

Em suma, às ATIs competirá as seguintes funções enquanto assistentes técnicos das partes:

- acompanhar diligências e exames realizadas pelo CTC-UFMG (art 466, § 2º);
- apresentar quesitos iniciais e complementares, através dos autores (art. 465, §1º, inciso III e art. 469, caput);
- apresentar laudos e pareceres (art. 471, § 2º)
- emitir parecer divergente, após protocolado o laudo do CTC-UFMG (art. 477, § 1º)
- ter os pontos de divergência esclarecidos pelo CTC-UFMG (art 477, § 2º)

As ATIs, desde a investidura das competências e prerrogativas processuais tem se organizado para atuar junto ao CTC-UFMG, inicialmente com o estudo das pesquisas já selecionadas e esclarecimento do planejamento proposto ao juízo, de modo a oferecer quesitação e demais expedientes que possam concorrer para a produção da melhor prova técnica pelo perito, sem prejuízo para a produção própria. Vale dizer, as ATIs planejaram



independentemente a atuação nos territórios (1 a 5 ao longo da calha do Paraopeba), tendo seus pressupostos de método e metodologias sido amoldados de acordo com a participação local encontrada nas fases de campo em cada uma das áreas. Além dessa diferenciação, cada ATI provém de trajetória singular, encerrando atributos e capacidades próprias, todas respeitáveis e desejadas em sua multiplicidade de matizes técnicos e (multi)disciplinares. Cumpre harmonizar, contudo, as parametrizações de pesquisa, prazos, fluxos e demais dinâmicas que desenvolvam produtos de consumo judicial/processual, de modo a ajustar a ação dos assistentes em um conjunto sistêmico e coeso. Vale dizer, o que se busca é que as diferenças produzam enriquecimento e não descompasso ao trabalho de produção coletiva da prova técnica. Com vistas a coordenar essa harmonização, as ATIs alocaram 6% dos respectivos orçamentos já liberados pelo juízo para a contratação de uma entidade civil que funcione garantindo a melhor interface entre as IJs e seus assistentes técnicos e desses entre si.

12 GOVERNANÇA

Ao longo das discussões junto às comunidades sobre o processo de desenvolvimento das ações da assessoria técnica pelo Instituto Guaicuy, ficou marcada a importância de possibilitar às pessoas atingidas participar de forma ativa para os processos de decisão e das ações da assessoria técnica. Permanentemente avaliado, discutindo e mudando o que for necessário. A discussão proposta sobre governança e transparência, nesse momento do plano de trabalho, é referente a um conjunto de estruturas e de ações que tem como finalidade a construção de arenas de encontro e de diálogo de forma a garantir a transparência para as ações e permitir de forma direta o controle social nas atividades da assessoria técnica.

A governança, ainda, transpassa a própria relação entre o atingido e a assessoria técnica. Outras instituições e atores sociais estão em atuação nessas complexas territorialidades que envolvem as pessoas atingidas. São instituições públicas, privadas que desenvolvem ações, que têm influência na gestão dos territórios e do processo de construção de reparação para todas as pessoas e comunidades atingidas.

Dessa forma, apresenta-se a seguir alguns princípios para governança: a) a Articulação institucional, que abrange a relação com o Poder Público, com o Comitê Técnico Científico e com o Empreendedor, a Empresa Vale S.A.; e b) a transparência e o controle social das atividades da assessoria técnica que abrange o conselho gestor e os instrumentos de monitoramento e avaliação.



12.1 Articulação Institucional

O trabalho intersetorial e interinstitucional visa fomentar o diálogo e as ações das diversas áreas de conhecimento, setores e serviços, com a finalidade de responder às demandas e necessidades das pessoas atingidas de forma ampla e integral, subsidiando a construção de propostas para o incremento ou implantação de políticas públicas, programas e projetos locais e regionais.

12.1.1 Articulação com o Poder Público

O desastre do rompimento da barragem provocou diversos danos às pessoas, à comunidade e ao meio ambiente e intensificou a pressão em serviços públicos já defasados ou precarizados, explicitando diferentes lacunas das políticas públicas nos municípios afetados. São velhos problemas com roupagens ampliadas, fruto, em parte, das iniquidades no acesso a direitos e a serviços públicos de qualidade, especialmente, quando se trata de periferias urbanas e territórios geograficamente distantes (Fiorati, 2016).

A nova configuração dada aos territórios pela Constituição Cidadã (1988) coloca o município no centro da governança, delegando aos mesmos a execução e gestão das políticas públicas. O caso mais bem-sucedido no âmbito do estado brasileiro é a política de saúde e o Sistema Único de Saúde/SUS, contudo as iniquidades sociais ainda se constituem como um dos maiores desafios para a garantia do direito à saúde. A maioria dos municípios protagoniza índices inaceitáveis de pobreza e de exclusão social de parcela da população, impedindo assim o acesso ao direito à saúde, educação, habitação, trabalho e renda, transporte e mobilidade, meio ambiente sustentável e a redes de suporte social.

No âmbito dos municípios da Área 5, as iniquidades sociais estruturais já citadas, somam-se aos danos e aos impactos decorrentes do desastre na bacia do Paraopeba, apontando a necessidade imediata de articulação e incidência política sobre atores políticos e serviços públicos para readequar e fortalecer os serviços existentes às demandas da população atingida. Importante salientar que a organização e melhoria da qualidade dos serviços e equipamentos públicos, no âmbito das negociações de compensação.

Um exemplo de Articulação Institucional com o Poder Público está no âmbito da Saúde e Assistência Social. Os efeitos imediatos e mais trágicos do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Vale S.A são as mortes e os sofrimentos psicossociais. Mas, e depois? O que acontece com as populações que ali permanecem e com aquelas ao longo do trajeto da lama? Uma pesquisa realizada em Barra Longa, na bacia do Rio Doce, relata que a violência, o uso problemático de álcool e outras drogas são recorrentes na



região, principalmente por falta de trabalho e de meios de sociabilidade para os moradores. O adoecimento e agravamento de doenças pré-existentes são fatores decorrentes do desastre, como apontam estudos mais recentes realizados pela UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto) sobre a contaminação de parte da mesma população com metais pesados como níquel e arsênio; o efeito desestabilizador e o sofrimento psíquico também foi observado no desastre de Mariana, por Azevedo e Freitas (2018) e mais recentemente, o Relatório produzido pelo Fórum Mineiro de Saúde Mental (FMSM), por solicitação do Ministério Público Federal, traz um diagnóstico contundente e preocupante da saúde mental das pessoas atingidos, pelo desastre de Brumadinho

Os impactos e os cuidados à saúde das pessoas atingidas exigem uma abordagem ampliada com o reconhecimento e a integração das dimensões físicas, mentais, sociais e espirituais do processo saúde-doença, numa perspectiva individual e coletiva, no curto, no médio e no longo prazo. A população atingida deve ser suprida nas suas necessidades assistenciais e de vigilância em saúde pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Os municípios da Área 5, possuem estruturas instaladas de serviços de saúde, assistência social, educação e uma rede ampla que compõe o Sistema de Garantia de Direitos/SGD para a Infância e Adolescência e pessoas vulnerabilizadas, como idosos e aquelas com necessidades especiais. São serviços de base territorial que contam com financiamento dos três níveis de governo, sendo, portanto, oportuno e necessário fortalecê-los para que seus propósitos sejam cumpridos de forma contínua e estável.

Nesse sentido, a Assessoria Técnica atuará junto às pessoas atingidas, com vistas a mobilizar e potencializar os recursos existentes, como os conselhos de direitos – Saúde, Educação, Assistência Social, Criança e Adolescente e outros – para reorganização das políticas públicas e a consequente garantia de direitos. Pretende-se trabalhar na articulação da Rede de Assistência, buscando assim priorizar ações junto ao poder executivo municipal e estadual, para fortalecimento das políticas sociais básicas, no âmbito da Atenção Primária em Saúde (APS), dos Serviços Socioassistenciais e educação. A participação das pessoas atingidas nas instâncias de participação e controle social das políticas sociais será estimulada e priorizada, como mais um fator para o fortalecimento de suas demandas no processo de reparação integral.

Todas as estratégias para incidência política e articulação institucional no âmbito das políticas sociais serão construídas a partir de diagnósticos participativos e intersetoriais e de ações coletivas envolvendo trabalhadores, gestores e as pessoas atingidas. Mesmo reconhecendo o papel estratégico das políticas sociais locais para a garantia de direitos das pessoas atingidas, a Assessoria Técnica Independente buscará produzir estudos que demonstrem os impactos do rompimento da barragem nas condições de saúde e na



qualidade de vida das pessoas atingidas e nos serviços públicos locais. assim, dois estudos serão desenvolvidos na Área 5, um Estudo Clínico com Trabalhadores da Cadeia Produtiva de Pesca e Estudos Epidemiológicos e Análises de Indicadores Oficiais da Saúde, da Assistência Social e Educação. Esse último estudo contribuirá para elaboração de parâmetros e critérios para o direito ao Pagamento Emergencial.

No âmbito das temáticas das políticas sociais básicas, a Assessoria Técnica buscará convergência, complementariedade e diálogos com o Comitê Técnico Científico para ampliar e qualificar a produção de dados, mas também, contribuindo com tal parceria na redução danos de revitimização das pessoas atingidas, as quais serão bordadas e estimuladas a relatar suas perdas e sofrimento aos inúmeros atores/instituições que atuarão nos territórios atingidos.

12.1.2 Canais de Diálogo com o Comitê Técnico Científico

O Instituto Guaicuy irá fomentar, junto aos atingidos, variados momentos de diálogo e de interação entre as informações geradas pelo Comitê Técnico, a assessoria técnica e diferentes outros dados secundários. A estruturação de uma dialógica forma de interação, parte do entendimento de papéis diferenciados, mas também que as diferentes instituições compõem uma complexa rede de responsabilidades e de competências, que tem, como finalidade, a construção de um processo de reparação justo a todas as pessoas atingidas. Os dados e as informações produzidos pelo Comitê Técnico serão discutidos e analisados em diferentes momentos ao longo da construção do processo de reparação, garantindo interação e diálogo com as pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de rejeito de mineração da Empresa Vale S.A.

12.1.3 Canais de Diálogo com o Empreendedor

As ações de articulação institucional são, principalmente, formas de diálogo entre a Assessoria Técnica, as pessoas atingidas e as diferentes instituições que atuam no território, permitindo a interlocução de ações e o encaminhamento/acompanhamento das demandas e ações externas demandadas pelos núcleos comunitários e pelas pessoas atingidas.

Dessa forma, entende-se que o diálogo com a mineradora Vale S.A. é importante e necessário para o desenvolvimento do trabalho da Assessoria Técnica Independente. Para



tanto, foram determinadas duas diretrizes para trazer coerência e garantir transparência no relacionamento com a ré, sendo elas:

- a) Todas as reuniões realizadas entre a ATI e a ré devem, obrigatoriamente, contar com a presença de pessoas atingidas;
- b) Todas as reuniões devem ter ata, lista de presença, fotos e demais formas de registro, que serão divulgadas pela ATI.

13 CONTROLE SOCIAL E TRANSPARÊNCIA

O Instituto Guaicuy considera que a participação social autônoma das pessoas atingidas na tomada de decisão é fator preponderante para se alcançar a reparação integral dos danos e contemplar as comunidades atingidas como sujeito de direitos. O entendimento é que as comunidades são interlocutores legítimos e de direito que não podem ficar à margem dos processos decisórios. Portanto, é importante garantir que haja um espaço de inclusão para que as comunidades participem das decisões estratégicas na atuação da assessoria técnica. Dessa maneira, o Instituto Guaicuy sugere uma metodologia de instâncias participativas, decisórias e democráticas com o objetivo de garantir o empoderamento da população atingida considerando o Conselho Gestor como principal estrutura de acompanhamento.

A função do Conselho Gestor será de participar das ações da assessoria técnica. Ele será consultado periodicamente para opinar sobre o planejamento e a execução das ações, assim como, analisará relatórios e resultados das atividades. Além disso, ele também poderá sugerir mudanças que considerem necessárias para a adequação às dinâmicas sociais e territoriais. Importante destacar que qualquer alteração no plano de trabalho proposto será realizada dentro da legalidade e do compromisso com a transparência ampla para toda a sociedade.

Outro papel importante do Conselho é assegurar que o Instituto execute seu trabalho dentro de preceitos e conceitos que contemplem as comunidades e as particularidades locais. O Instituto Guaicuy será responsável por garantir os meios para que todos representantes participem das atividades propostas pelo conselho ou que venham a ser demandadas pelo Guaicuy.

Os membros do Conselho serão escolhidos pelos Núcleos Comunitários. Cada Núcleo elegerá três representantes. O Instituto acredita que com esse quantitativo, será possível que membro da Comissão das pessoas atingidas, da associação e um representante autônomo possam ser escolhidos para compor o Conselho. Possibilita

